

Relatório da Administração

2024



Relatório da Administração | 2024



Caro leitor,

2024 foi um ano desafiador para toda a indústria, mas, novamente, o BB conseguiu traduzir em números toda a dedicação de um time altamente comprometido com o futuro do banco e do país e com isso registramos lucro líquido de R\$ 35,4 bilhões.

Temos trabalhado continuamente para entregar um Banco do Brasil personalizado para cada cliente, com relacionamento próximo e experiência figital. Desta forma, a geração de negócios é sustentável e o retorno aos nossos acionistas e à sociedade é uma consequência natural do nosso jeito de ser BB.

Além de remunerar acionistas e sustentar o crescimento do crédito, geramos R\$ 85,4 bilhões em valor adicionado à sociedade, considerando impostos, salários, dividendos e outros componentes.

A nossa carteira classificada superou R\$ 1,1 trilhão, com evoluções significativas em todos os segmentos em que atuamos.

Na carteira PF, destacamos as operações de crédito consignado, que alcançaram R\$ 138,7 bilhões ou 41,8% dessa carteira. Somos líderes de mercado nesse produto, com cerca de 8.000 convênios e acordos para consignação, seja com entes públicos ou privados.

A carteira PJ, que é distribuída em três grandes públicos: MPME, Grandes e Setor Público, alcançou 346,5 bilhões, crescimento de 12,8% comparado com 2023, demonstrando nosso compromisso com esses segmentos, com destaque para o crescimento da carteira de Grandes Empresas, que encerrou dezembro de 2024 com um saldo de R\$ 143,6 bilhões, comparado a R\$ 130,4 bilhões em dezembro de 2023.

Ampliamos nossa proximidade com o setor público, totalizando mais de R\$ 77,8 bilhões em crédito para

estados e municípios, um crescimento de 30,5% em relação a 2023 e com as Micro, Pequenas e Médias Empresas com saldo de R\$ 125,0, crescimento de 6,7% em 12 meses. Ampliamos também nossa proximidade com o setor público, totalizando mais de R\$ 77,8 bilhões em crédito para estados e municípios, um crescimento de 30,5% em relação a 2023.

No agronegócio, destacamos o desempenho positivo da carteira ampliada (+11,9%) em comparação com o ano anterior, com desembolsos de R\$ 114,8 bilhões no Plano Safra 2024/2025 e R\$ 18,0 bilhões na cadeia de valor do agro, totalizando R\$ 132,8 bilhões. Foram mais de 365 mil operações contratadas em mais de 5 mil municípios em todo o país, com 68,1% destinadas à agricultura familiar (Pronaf) e médios produtores (Pronamp).

Mantivemos nossa posição histórica como o principal agente financeiro no país, contribuindo expressivamente para a demanda de crédito do segmento e sua cadeia, alcançando uma carteira de crédito classificada agro de R\$ 357,5 bilhões.

Já a carteira de negócios sustentáveis alcançou R\$ 386,7 bilhões, alta de 12,7% em relação a dezembro/2023, sendo que apenas no agronegócio são R\$ 169,6 bilhões ou 43,9% do total. Nosso compromisso para 2030 é que essa carteira alcance R\$ 500 bilhões, sendo que atualmente, ela já representa 35,1% do nosso portfólio.

Investimos na nossa estratégia digital para sermos um banco ainda mais próximo, personalizado, completo e disponível para os nossos clientes, oferecendo soluções adequadas ao perfil e momento de vida de cada um em nossa plataforma integrada de canais, aplicando inteligência analítica e artificial para a hiperpersonalização do relacionamento.



Como resultado do nosso compromisso contínuo com a excelência no atendimento aos clientes, finalizamos o ano, pela 10^a vez consecutiva, na melhor posição do ranking de reclamações do Banco Central entre os cinco maiores conglomerados financeiros do país, ocupando o 14^o lugar entre as 15 Instituições Financeiras reguladas com mais clientes.

Avançamos na transformação cultural, evoluindo no modelo operacional de trabalho das nossas equipes que se tornaram ainda mais ágeis. Crescemos em práticas de inovação interna com laboratórios de experimentação para novas tecnologias e desenvolvimento de soluções de dados e analytics, além de parcerias com fintechs e startups que cocriam conosco.

Como reconhecimento à nossa contribuição para uma economia mais sustentável, estamos classificados pela 6^a vez como o banco mais sustentável do planeta pelo ranking das 100 Corporações Mais Sustentáveis do Mundo 2025 – Global 100, da Corporate Knights.

Mantemos nosso engajamento com a diversidade, equidade e inclusão e como resultado disso, fomos selecionados pelo 2º ano para compor o primeiro índice latino-americano que mede critérios de gênero e raça em empresas brasileiras listadas na bolsa de valores (iDiversa da B3), estando na melhor posição entre as empresas financeiras.

Em 2025, renovamos nosso compromisso de gerar resultados sustentáveis para nossos acionistas, ao mesmo tempo em que agregamos valor à sociedade. Nosso propósito é estar sempre presente e relevante na vida das pessoas, contribuindo para o desenvolvimento do Brasil.

Convidamos você a explorar nossas realizações nas próximas páginas.





Resultado das Demonstrações Contábeis Consolidadas

Alcançamos o lucro líquido de R\$ 35,4 bilhões em 2024, reflexo do bom desempenho no crédito, nas captações, serviços e negócios do conglomerado, além do controle de custos. O Índice de Basileia alcançou 13,75% e o Índice de Capital Principal finalizou dezembro em 10,89%.

Para saber mais detalhes sobre os itens de resultado e patrimoniais do período, consulte as Notas Explicativas constantes das Demonstrações Contábeis e o Relatório Análise do Desempenho.

Em janeiro/25 entrou em vigor a Resolução CVM nº 4.966/2021, que dispõe, dentre outros temas, sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e cujo impacto inicial de adoção pode ser consultado na Nota Explicativa 2.

Lucro Líquido de **R\$ 35,4 bilhões**

Carteira de Crédito Classificada

R\$ 1,1 trilhão

crescimento de 12,8%

em relação a 2023

	BB Banco	Múltiplo	BB Cons	olidado
Resultado (R\$ milhões)	2024	2023	2024	2023
Lucro Líquido	35.260	33.615	35.440	33.819
Resultado da Intermediação Financeira	56.249	53.436	66.797	65.707
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(41.731)	(32.439)	(41.852)	(32.651)
Receita de Prestação de Serviços	21.278	21.066	35.477	33.831
Despesas Administrativas e de Pessoal	(37.031)	(35.299)	(38.877)	(37.325)
Patrimoniais (R\$ milhões)	Dez/24	Dez/23	Dez/24	Dez/23
Ativos	2.395.432	2.208.054	2.433.868	2.172.480
Carteira de Crédito Classificada	1.077.766	964.925	1.100.471	975.349
Recursos de Clientes	833.290	787.539	873.711	811.944
Patrimônio Líquido	180.879	163.638	190.072	173.076



Acionistas

Contamos com uma base de 1,5 milhão de acionistas, sendo 99,0% de pessoas físicas locais. Ao final de dezembro, nossa composição acionária estava distribuída entre 50% de ações em poder da União Federal, 49,6% em *free float* e 0,4% em tesouraria. Os investidores locais detinham 76,5% das ações, e os estrangeiros 23,5%. Nossas ações (BBAS3) representaram 3,8% do Ibovespa no último quadrimestre.

O total destinado aos acionistas em 2024 foi de R\$ 15,2 bilhões, referente a um payout de 45%, e o valor por ação foi de R\$ 2,86.

Estratégia Corporativa

A Estratégia Corporativa (ECBB) é o documento que traduz a essência da nossa empresa. É o nosso porquê enquanto organização. Ela envolve a definição de prioridades, metas claras, alocação de recursos e tomada de decisões estratégicas que nos ajudarão a gerar resultados mais sustentáveis e valor para toda a sociedade.

A ECBB tem um horizonte temporal de cinco anos e é revisada a cada ano, por meio de um processo estruturado, participativo e com uso de metodologias consolidadas. A última revisão, para o período de 2025-2029, foi aprovada em dezembro de 2024 e contou com a colaboração de mais de 13 mil funcionários.

Neste ciclo, ratificamos nosso propósito e nossos valores, reafirmando o compromisso de apoiar nossos clientes e parceiros em todos os momentos. E mantivemos o foco em nossos objetivos de longo prazo, que pautam nossa atuação focada na experiência do cliente, na responsabilidade socioambiental, na transformação digital e na inovação.

O engajamento e colaboração do nosso corpo funcional são peças essenciais para atingirmos nossos objetivos, por isso, promover o aprendizado contínuo e um ambiente cada vez mais seguro e inclusivo fazem parte de nossa cultura.



Clientes

O cliente está no centro da nossa estratégia e estamos focados na hiperpersonalização dos nossos relacionamentos com o objetivo de entregar um banco para cada cliente e considerando a visão 360° de cada um deles.

Seguimos engajados no processo de analisar os dados dos clientes e transformá-los em insights cada vez mais valiosos para a geração de negócios sustentáveis. O uso da IA Generativa já é uma realidade, e as ferramentas para desenvolvimento de novos modelos estão cada vez mais ágeis e robustas. Com isso, é possível personalizar ofertas, melhorar o atendimento e criar estratégias de marketing mais eficazes.

Temos 1,14 milhão de clientes entre 0 e 17 anos, sendo que cerca de 33% utilizam a BB Cash, conta para crianças e jovens. Em 2024, quase dobramos a base de contas BB Cash, aumento de 96% em relação a dezembro de 2023.

Esses clientes mostram um engajamento superior a 95%, com mais de 67% do público realizando transações via Pix, que superaram o valor de R\$ 1,3 milhões no ano de 2024, com mais de 100% de incremento em relação a 2023. Além disso, aproximadamente 70% usam cartão e mais de 30% desses clientes têm algum tipo de investimento financeiro.

O Ponto BB (.BB), localizado em Recife-PE, tornouse referência no Porto Digital como parceiro, acoplando-se a diversas frentes de tecnologia, inovação, cultura e empreendedorismo. Desde sua inauguração, em março/2024, recebeu mais de 7,5 mil visitantes por mês. O sucesso do .BB foi confirmado com o prêmio Ouro no The Customer Summit Awards na categoria Customer Experience - Melhor Estratégia de Encantamento do Cliente. Criado em 2004, o BB Estilo e o Private, nossos modelos de relacionamento para clientes de Alta Renda completaram 20 anos.

Para as empresas do país, temos um portfolio completo de soluções e uma rede especializada.

O Painel PJ, ferramenta para os micros e pequenos empreendedores, que centraliza a gestão financeira e oferece uma plataforma integrada e segura para serviços personalizados e suporte estratégico, atingiu, em 2024, 211 mil usuários e gerenciou R\$ 856 bilhões em faturamento anual.

A Conta PJ Digital, de exclusiva abertura pelo App PJ para os públicos MEI, EI e Sociedade Limitada Unipessoal, bateu recordes em 2024, com 58,9 mil novas contas abertas, um aumento de 37% em relação ao ano anterior.

Em novembro, lançamos, em conjunto com a Cielo, a solução Tap on Phone, que transforma smartphones em máquinas de cartão, permitindo pagamentos por aproximação. Essa inovação facilita transações comerciais para micro e pequenos empreendedores.

A edição MPE Week de 2024, movimento do BB que apoia as micro e pequenas empresas, contou com mais de 630 mil visitantes na plataforma. Nesse período, desembolsamos R\$ 7,6 bilhões em capital de giro e antecipação de recebíveis para pequenas empresas e tivemos recorde de Contas PJ Digital abertas.

Seguimos comprometidos com o empreendedorismo feminino com a estratégia Mulheres no Topo. Oferecemos soluções, produtos e serviços que atendem às diversas necessidades das mulheres empreendedoras.

Possuímos mais de 1,3 milhão de empresas dirigidas por mulheres, representando 42% da carteira de clientes. Foram desembolsados R\$ 1 bilhão em linhas exclusivas para empresas dirigidas por mulheres em 2024.



Tecnologia que Transforma

Possuímos uma tecnologia que transforma a experiência dos clientes e funcionários em negócios sustentáveis, com eficiência e protagonismo.

Nossa Estratégia Digital tem foco na otimização e transformação digital e cultural. Implementamos ações envolvendo tecnologia de ponta, novos modelos de negócio e a escalada da agilidade na organização, com o objetivo de encantar clientes e gerar resultados perenes, consolidando-nos como um banco tecnológico e digital.

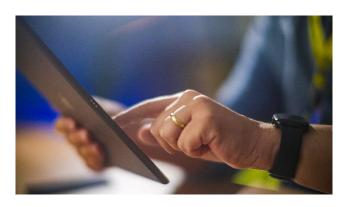
Em 2024, integramos tecnologia e acessibilidade para oferecer, com excelência, um banco digital eficiente e inclusivo. O cartão BB com voz e em braile demonstra essa integração, permitindo que o celular emita áudio com detalhes da transação na máquina POS. Além disso, contamos com 24 mil terminais de autoatendimento equipados com módulos de acessibilidade. O Super App BB destaca-se como um dos mais bem avaliados no mercado, figurando entre os 10 mais populares entre os brasileiros e sendo o mais acessível no setor financeiro.

Transacionamos 25% de toda a movimentação financeira do Pix no país desde a criação desse meio de pagamento e fomos os primeiros a disponibilizar a funcionalidade de Pix por aproximação diretamente em nosso aplicativo. Além disso, reforçando a eficiência de nossas soluções tecnológicas, a resolutividade do WhatsApp BB é de 98,7%, com apenas 1,3% dos atendimentos sendo transferidos para o atendimento humano.

Evoluímos exponencialmente em soluções desenvolvidas com IA e Analytics. Comparado ao ano anterior, houve acréscimo de mais de 300% na quantidade de produtos orientados por dados disponibilizados, proporcionando aos clientes experiências encantadoras, melhorando a jornada

dos nossos funcionários e gerando resultados sustentáveis.

Para os clientes micro e pequenas empresas (MPE), lançamos a ARI (Área de Recomendações Inteligentes), uma solução inovadora que utiliza inteligência artificial e analítica para fornecer recomendações automatizadas e personalizadas.



Ao final de 2024, o Shopping BB registrou aproximadamente 34 milhões de transações, movimentando mais de R\$ 1,2 bilhão em vendas de produtos e serviços não financeiros para cerca de 5,1 milhões de clientes únicos.

Esses serviços e inovações são suportados por uma infraestrutura de TI robusta. Nosso parque tecnológico está entre os maiores da América Latina. São picos de mais de 17 bilhões de transações em um único dia que viabilizam, com excelência, os grandes movimentos do BB e do mercado. Adicionalmente, seguimos avançando em nossa estratégia híbrida de cloud: neste 4T24, ampliamos em cerca de 60% as implantações em nuvem em relação ao mesmo período do ano passado.

Esses números e iniciativas, reforçam que seguimos oferecendo soluções tecnológicas inovadoras para cumprir nosso propósito de sermos próximos e relevantes na vida das pessoas onde, quando e como elas quiserem.



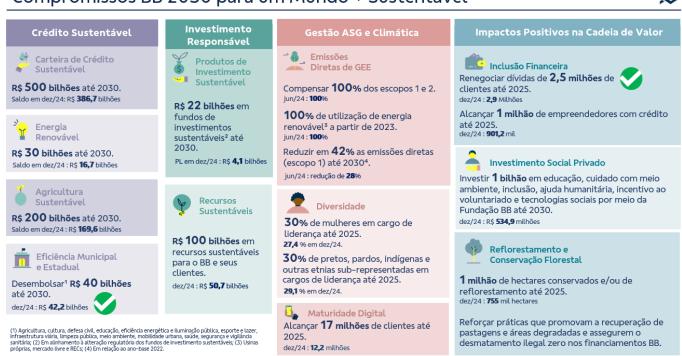
Agenda ASG (Ambiental, Social e de Governança)

Somos referência em práticas Ambientais, Sociais e de Governança (ASG), com ações de gerenciamento de riscos e oportunidades. Nosso Plano de Sustentabilidade - Agenda 30 BB, alinhado aos ODS da ONU e ao Acordo de Paris, é nosso principal instrumento, incluindo 47 ações e 100 indicadores

para 2023-2025. Além disso, os Compromissos BB 2030 para um Mundo +Sustentável estabelecem objetivos em quatro frentes de atuação: crédito sustentável, investimento responsável, gestão ASG e climática, visando gerar impactos positivos na cadeia de valor.

Compromissos BB 2030 para um Mundo + Sustentável





Negócios Sustentáveis

Em linha com os nossos compromissos de longo prazo e visando auxiliar os clientes na transição para uma economia mais sustentável, ao final de dezembro de 2024, atingimos R\$ 386,7 bilhões em operações de crédito sustentáveis, um crescimento de 12,7% em 12 meses.

Este montante foi contratado em linhas de crédito com grande enfoque ambiental e/ou social ou para financiar atividades e/ou segmentos que tragam impactos socioambientais positivos para os setores de energias renováveis, eficiência energética, construção, transporte e turismo sustentáveis, água, pesca, floresta, agricultura sustentável, gestão de resíduos, educação, saúde e desenvolvimento local e regional, para assim reforçar o papel transformador no desenvolvimento do país e na construção de um futuro cada vez mais sustentável para a sociedade.

A Carteira de Crédito Sustentável é submetida a avaliação independente, que considera as principais taxonomias ASG, sendo revisada continuamente para incorporar as melhores práticas.



Captações Sustentáveis

Intensificamos nossas atividades no mercado interbancário, com instituições multilaterais e bancos comerciais, além de fortalecer nossa agenda com investidores no mercado de capitais internacional. Em 2024, isso resultou em mais de R\$ 11 bilhões em captações ASG com recursos desembolsados.

O crescimento do total de desembolsos em operações com recursos captados junto a instituições no exterior e ao mercado, por exemplo, foi de 134%. Esses negócios diversificam o mix de funding do Banco, gerando crédito para brasileiros em todas as regiões do país, com destaque para operações ASG.

Vale destacar, as seguintes captações: US\$ 800 milhões para aplicação em agricultura de baixo carbono, realizada em setembro; Sustainability Bond de US\$ 750 milhões e a nossa participação no primeiro leilão do ECOINVEST, com a captação de R\$ 800 milhões em capital catalítico (baixo custo), sendo R\$ 4,8 bilhões em empréstimos da carteira sustentável.

Mercado de Carbono

Reforçamos a nossa atuação no mercado voluntário de carbono, apoiando os clientes na elaboração de projetos geradores de créditos de carbono com relevante adicionalidade ambiental, oferecendo assessoria para realização de inventários de emissões de GEE e planos de descarbonização e ofertando créditos de carbono de projetos de alta integridade para compensação das emissões não mitigadas.

Além da comercialização de créditos de carbono para serem utilizados na compensação das emissões dos clientes, oferecemos oportunidades de intermediação entre quem precisa e quem dispõe de créditos de carbono. Ainda, possuímos linhas específicas para fomentar projetos que contribuam para a descarbonização, como as de energia renovável e de eficiência energética.

Em 2024, cerca de 755 mil hectares foram preservados ou reflorestados por meio deprojetos de carbono e operações de crédito. Os projetos de carbono de conservação florestal (REDD+) aliam preservação ambiental e geração de renda para os proprietários, além de projetos sociais voltados para comunidades ribeirinhas, tradicionais e indígenas localizadas dentro e no entorno desses projetos.

Visando à diversificação das fontes de geração de créditos de carbono, iniciamos, em março de 2024, Programa de Biogás, que apoia desenvolvimento de projetos a partir da geração de biogás biometano na agropecuária, especialmente junto a suinocultores e pecuária de confinamento. Desde o início do programa, quatro contratamos projetos para desenvolvimento de créditos de carbono nessa metodologia, aliando a correta destinação e manejo de resíduos com a geração de energia barata e renovável, evitando a emissão de gases prejudicais para a atmosfera.

Em linha com a diversificação, formalizamos cinco projetos na modalidade de carbono no solo (ALM) para recuperação de pastagens degradadas, totalizando uma área de 29.600 hectares, contribuindo para uma agricultura mais sustentável e gerando receitas adicionais para os produtores.

Demonstramos pioneirismo com o lançamento do Potencial de Carbono, solução que utiliza imagens de satélite, análise de dados e IA para identificar clientes com propriedades de alto potencial para a elaboração de projetos geradores de créditos de carbono. Apoiamos projetos que ajudam a preservar mais de 670 mil hectares de floresta nativa e a meta é conservar ou reflorestar 1 milhão de hectares até 2025.



Bioeconomia e Cadeia de Valor

Temos fomentado a Bioeconomia, garantindo assim um futuro mais saudável e equilibrado para as próximas gerações. Nossa atuação concentrado esforços no fomento à Bioeconomia da Amazônia Legal, pois a conservação da biodiversidade e dos estoques de carbono da Amazônia brasileira é fundamental para a regulação climática global, além de fundamental para a economia local, garantindo benefícios sociais e econômicos para a região.

Contribuímos com o desenvolvimento da biodiversidade no país, disponibilizando recursos financeiros, atendimento especializado, linhas de crédito com condições atrativas e serviços de consultoria financeira para auxiliar produtores, familiares, associações e cooperativas que atuam com Bioeconomia. O objetivo da atuação é promover o fortalecimento e a inclusão produtiva a partir de projetos de Bioeconomia que respeitem as boas práticas ambientais e culturas locais.

Atualmente, somos um dos principais financiadores de produtos florestais e biodiversidade, com R\$ 1,7 bilhão em projetos de bioeconomia na Amazônia legal, representando um crescimento de 55% em 12 meses.

Governança Corporativa

Adotamos as melhores práticas de governança corporativa. Desde 2006, estamos listados no Novo Mercado da B3, segmento com o mais elevado padrão de governança corporativa.

Nossa estrutura de governança é composta pela Assembleia Geral de Acionistas; pelo Conselho de Administração (CA) e seus comitês de assessoramento – Comitê de Auditoria (Coaud); Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade (Corem); Comitê de Riscos e de Capital (Coris), Comitê de Tecnologia e Inovação (Cotei) e Comitê de Sustentabilidade Empresarial (Cosem); pela Diretoria Executiva, composta pelo Conselho Diretor (Presidente e Vice-presidentes) e demais Diretores; e pelo Conselho Fiscal.

O Conselho de Administração conta ainda com o assessoramento da Auditoria Interna e de uma Auditoria Independente. O CA, órgão independente de decisão colegiada, tem, na forma prevista em Lei

e no Estatuto Social, atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e fiscalizadoras. No mínimo, 30% dos membros são independentes, assim definidos na legislação e no Regulamento do Novo Mercado da B3.

Em 2024, o Conselho de Administração (CA) revisou a Política de Indicação e Sucessão de Administradores, incorporando critérios ASG para a Diretoria Executiva (Direx). Pelo menos metade dos membros da Direx deve incluir 30% de mulheres e 20% de autodeclarados "pretos", "pardos" ou "indígenas", LGBTQIAPN+ ou PcD, com implementação até 2027. Essa inclusão eleva nosso patamar global em governança corporativa.

Ainda em 2024, alcançamos a classificação "Aprimorado" no iESGo 2024 - Índice ESG do Tribunal de Contas da União (TCU), que avalia práticas de governança e sustentabilidade social e ambiental.



Diversidade, Equidade e Inclusão

Continuamos engajados com a diversidade. Atualmente, as mulheres representam 44% do Conselho Diretor (CD) e 50% do Conselho de Administração (CA). Além disso, dois membros se autodeclaram negros no CD e dois no CA. Dois membros do CD e dois do CA se autodeclaram pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+.

Possuímos um dos quadros de funcionários mais diversos do mercado, chancelado pela B3 por meio do iDiversa, índice que reconhece companhias que se destacam pela diversidade e representatividade desses grupos. Assumimos o compromisso de promover um ambiente de trabalho colaborativo, inclusivo e equitativo, investindo cada vez mais em ações que aumentem a quantidade de mulheres, pessoas negras e etnias sub-representadas em cargos de lideranca.

Em outubro, lançamos a ação História e Memória de Afrodescendentes e Povos Originários no Brasil. Esta ação está pautada, entre outros temas, nas nossas diretrizes de Diversidade, Equidade e Inclusão e nos nossos pactos e compromissos firmados com a promoção da igualdade racial, reafirmando nossas origens e ancestralidade, tão importantes para a construção contemporânea da nossa identidade brasileira. O objetivo é renomear até 30 agências nas cinco regiões do país, reconhecendo e valorizando a contribuição dessas personalidades e comunidades para a sociedade, cultura e economia do Brasil.

Em novembro, celebramos o Mês da Consciência Negra, um período de grande relevância para refletirmos sobre a luta e a resistência da população negra no Brasil e no mundo. Instituído como feriado nacional pela primeira vez em 2024, o momento nos convoca a reverenciar a cultura africana e reconhecer as discrepâncias que ainda persistem em nossa sociedade. Para trazer essa conversa ao público, lançamos o videocast Vozes



Negras, com quatro episódios que convidam a sociedade ao diálogo e à reflexão sobre a importância do combate ao racismo e à desigualdade racial dentro e fora da Instituição, além de introduzir ações concretas do BB a esse respeito.

Participamos em novembro da quinta edição do Fórum Internacional de Equidade Racial Empresarial, realizado pela Iniciativa Empresarial pela Igualdade Racial. Refletindo sobre o tema "Mudanças Climáticas, Neoindustrialização, Inclusão e Diversidade", o Fórum reuniu presidentes de grandes empresas, autoridades e personalidades do mundo corporativo e acadêmico



para debater sobre o assunto. O propósito principal do evento foi a disseminação de boas práticas, a compreensão dos desafios e as tendências de mercado.

Nesse mesmo mês, lançamos o Protocolo Antidiscriminação, que padroniza e estabelece fluxos de atuação em casos de discriminação, promovendo acolhimento, incentivo à denúncia e gestão das consequências. Conhecendo o Protocolo, todas as pessoas que estiverem em qualquer um de nossos pontos de contato poderão saber, de forma simples, como proceder diante de atitudes com viés discriminatório.

Ainda em novembro, participamos da Expo Favela Innovation, em Fortaleza (CE), a maior feira de inovação e empreendedorismo da América Latina voltada para as periferias. O evento busca conectar empreendedores das favelas com grandes lideranças, personalidades e gestores públicos do Brasil. Atentos a esse mercado e ao nosso papel como agentes na redução de desigualdades no país, fomos um dos patrocinadores do evento.

Em dezembro, assinamos, durante a IV reunião plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), no Palácio Itamaraty, em Brasília (DF), o Pacto pela Igualdade Racial. Além de apoiar e compor o grupo de trabalho que estruturou o Pacto, também compartilhamos um relatório com algumas de nossas principais iniciativas dos últimos anos, implementadas ou em estruturação, que se conectam com essa pauta. Nosso objetivo é inspirar outras empresas a se comprometerem na construção de ações concretas que impactem de forma estruturante a vida da população negra e quilombola.

Nesse evento, lançamos o projeto Faces Negras Importam, uma ação que usa Inteligência Artificial para reconstruir rostos de personalidades negras que foram apagados da história pela ausência de registro iconográfico. As personalidades que tiveram seus rostos reconstruídos por meio dessa tecnologia foram Luísa Mahin, Maria Felipa e Tereza de Benguela.

Prêmios e Reconhecimentos

Janeiro

Fomos certificados como **Top Employer**, pelo 11º ano consecutivo. Essa certificação reconhece as empresas com as melhores práticas de RH e é promovida pelo Top Employers Institute.

A Presidenta Tarciana Medeiros aparece em segundo lugar no ranking **CEOs Change Makers** Brasil, avaliado por Inteligência Artificial sobre os 100 CEO's brasileiros que têm grande impacto no país.

A nossa marca foi considerada a mais forte do país. A empresa Brand Finance nomeou as **500 marcas mais fortes e mais valiosas do mundo** no Fórum Econômico de Davos na Suíça. Mais uma vez, o BB esteve no ranking e com avanço de 50 posições no ranking em relação a 2023.

Conquistamos duas categorias do **Banking Transformation**. O prêmio busca evidenciar as melhores práticas em inovação, contribuindo para o aprimoramento do setor financeiro. Fomos premiados nas categorias Inovação com IA e Eficiência Operacional.

O BB Private foi listado no Ranking 2024 da Leaders League, na categoria Wealth Management - Private Bank Brasil, que reconhece as melhores estratégias do Brasil em gestão patrimonial e de fortunas para clientes Private.

Fevereiro

Fomos reconhecidos pelo **Bacen no Ranking Bacen e Broadcast Projeções da Agência Estado,** listado em 1º lugar na projeção da Taxa Selic de curto prazo e em 4º lugar nas projeções do IPCA de curto prazo.



Além disso, fomos listados pelo Broadcast Projeções da Agência Estado do 4T23. Ocupamos o 2º lugar no Top 10 Básico, que classifica as instituições de acordo com suas projeções para um conjunto de quatro indicadores (taxa Selic, taxa de câmbio, IPCA e IGP-M).

A **Blommberg Línea** apresentou a nova edição das 50 Mulheres de Impacto da América Latina. A lista reconhece líderes que servem de inspiração e estão transformando os negócios na região. Pelo segundo ano consecutivo, a presidenta Tarciana Medeiros integra a lista.

Março

Pela 11^a vez, vencemos o **Prêmio Ouvidorias Brasil**, que reconhece o trabalho de organizações e ouvidores para fortalecer e expandir o instituto da ouvidoria no Brasil e no mundo.

No Prêmio Movimentos Elas Lideram 2030 e Raça é Prioridade – Pacto Global da ONU, vencemos a premiação nas categorias "30% de pessoas negras ou indígenas em posição de liderança até 2025"; e "Apoio ao empreendedorismo de mulheres através das cadeias de suprimentos e marketing, com implementação de práticas de desenvolvimento empresarial que empoderem as mulheres" e a Presidenta Tarciana Medeiros foi indicada em duas categorias: CEO "Raça é prioridade" e CEO "Elas Lideram".

Reconhecimentos em Tecnologia: Prêmio Agile Trends 2024; Prêmio Celent Model Risk Manager; Prêmio The Innovators 2024 – Best info Security & Fraud Management; Índice de Maturidade do Open Finance 2024 – "Empresa que tem ou teve o melhor caso de Open Finance no Brasil".

Abril

Alcançamos o 1º lugar no Ranking Broadcast Projeções no Top 10 Geral referente ao 4T23. Esse ranking, que contou com a participação de 50 instituições financeiras, envolveu estimativas para uma gama de indicadores econômicos, incluindo

IPCA, IGP-M, taxa Selic, dólar, PIB, saldo da balança comercial e relação dívida líquida/PIB.

Conquistamos o prêmio Stevie Awards for Sales & Customer Service, que reconhece os canais de apoio ao cliente, vendas e desenvolvimento empresarial. Contamos com três cases finalistas para categorias de treinamento, inovação e relacionamento.

Fomos premiados pelo Celent Model Risk Manager 2024, na categoria de **combate ao crime financeiro**, pela utilização de solução tecnológica para a otimização das operações de identificação de potenciais clientes que estejam submetidos a sanções.

Fomos reconhecidos pelos prêmios International Business Magazine Awards 2024 e World Business Outlook Awards 2024, nas seguintes categorias:

- Melhor Private Bank Brasil
- Melhor Private Bank em Assessoria para Agribusiness – Brasil
- Melhor Private Bank em Integração ASG Brasil
- Melhor Private Bank para Mulheres Brasil
- Melhor Private Bank para Planejamento Sucessório – Brasil
- Private Bank com Maior Crescimento em 2024
 Brasil

Maio

O nosso Private foi reconhecido como **o melhor da América Latina na categoria Tecnologia ASG** na premiação PWM Wealth Tech Awards 2024.

Na avaliação de 2024, pelo MSCI ESG Rating mantivemos a classificação rating "A", com pontuação 5,3.

Vencemos a 11ª edição do **Prêmio Global Finance: The Innovators 2024,** sendo reconhecidos na categoria de Solução de Empréstimo Mais Inovadora. O case "Compliance Digital: Empréstimo para Antecipação de Restituição de Imposto de



Renda" foi o vencedor do prêmio. O compliance digital é uma iniciativa para desenvolver e implementar serviços de verificação automatizada de documentos digitalizados, visa a conformidade dos processos e reduz a dependência de verificações manuais.

Junho

A OAB do Distrito Federal (DF) condecorou a Dra. Lucinéia Possar, Diretora Jurídica, com a **Medalha Myrthes Gomes de Campos**, a mais alta comenda concedida a advogados e autoridades pelo papel de destaque que exerce na sociedade e no cenário jurídico do DF.

Conquistamos o 1º lugar na categoria Prêmio de Satisfação de Atendimento aos Clientes, Reconhecimento BNDES na categoria **Agentes Financeiros de Destague 2023**.

Ganhamos o prêmio bronze no Smart Customer na categoria "Responsabilidade Social e Diversidade", com o case da autodeclaração de pessoa com deficiência no App BB.

Recebemos, pelo segundo ano consecutivo, prêmio internacional no evento Nice Interactions, realizado em Las Vegas (EUA), que reconhece as principais inovações e tendências em experiência de clientes. O case vencedor na categoria Outstanding Cloud Realization trata pioneirismo do BB na adaptação e uso, em larga escala, de soluções de Contact Center em nuvem para áreas de relacionamento.

Julho

O evento AB2L Lawtech Experience 2024, realizado pela Associação Brasileira de Lawtechs e Legaltechs (AB2L), reuniu escritórios e departamentos jurídicos de todo o Brasil. Fomos certificados pela adoção de práticas inovadoras nos campos Inovação Jurídica, Gestão de Pessoas, Eficiência Jurídica e Jurídico Parceiro dos Negócios.

Agosto

Fomos premiados pela Latin America Executive Team 2024, da Institutional Investor dentre as empresas do setor financeiro, nas categorias financeiras, governança corporativa e sustentabilidade, com destaque ao programa de Relações com Investidores e ao programa de ASG.

Tivemos duas soluções premiadas no **Agile Trends Gov**: o InovAÍ, que ficou com a medalha de prata, e o Simplifique, na 8^a posição.

Recebemos o prêmio Top 10 Executivos de Destaque pela solução que usa IA Generativa para otimizar o processamento de ofícios e alvarás. O prêmio é concedido pelo **A.I. Executive Summit 2024**, iniciativa da 7th Experience que reconhece os melhores projetos e implementações com uso de inteligência artificial.

Setembro

O prêmio **The Latin American Women Awards** reconheceu advogadas de destaque na América Latina em múltiplas categorias. Na categoria corporativa Banco & Finanças, o destaque foi para a diretora jurídica do BB, Lucinéia Possar.

Recebemos Troféus Ouro, Prata e Bronze no prêmio Best Performance, em categorias relacionadas a Gestão de Crédito e Cobrança, Estratégias de Big Data, Arquitetura de Dados e Analytics, Gestão de Clientes, Gestão de Pessoas e Atendimento ao Cliente com foco em Canais e Plataformas de digitais. O prêmio reconhece práticas inovadoras e soluções disruptivas em empresas públicas e privadas relacionadas a diversos setores, entre eles, Tecnologia e Inovação Financeira.

Também fomos contemplados com 5 premiações do XXIV Prêmio ABT, que reconhecer as melhores



práticas da indústria em atendimento e relacionamento com o cliente .

Outubro

Fomos a marca de banco mais lembrada do país pela 34ª edição consecutiva, no **Top of Mind**.

Ganhamos o prêmio Top Financial Innovations: Investiment and Lending do **Best Financial Innovations 2024**, por inovação em Compliance Digital, solução que reduz tempo de processamento e mitiga falhas e fraudes.

o Troféu Prata no prêmio **Best Performance**, categoria Inovação em Ferramentas e Tecnologias de Analytics, pelo projeto Sistema de Inteligência de Preços.

Conquistamos o prêmio de melhor departamento de Compliance 1ª Edição do **Leaders League Compliance Summit & Awards**.

Novembro

Conquistamos prêmio de IA no **TechXchange Awards da IBM** com uma solução inovadora em governança de IA.

Fomos premiados no **Corporate Venture in Brasil** 2024, um evento global e o maior do setor no Brasil, organizado pela ApexBrasil em parceria com o Global Corporate Venturing Institute.

Recebemos **o Troféu de Empresa de Excelência** em Relacionamento com o Cliente no Prêmio promovido pela Associação Brasileira de Telemarketing, além de conquistar, outros cinco prêmios nas categorias: diversidade e inclusão;

atendimento nas redes sociais; campanha de comunicação; inovação em processos e gestão de pessoas.

Ganhamos o **Prêmio Inovativos** na categoria: Sustentabilidade e Impactos Socioambientais; Serviços Financeiros; Excelência em vendas; Produtividade Corporativa. Esse prêmio é organizado pela Plataforma Inovativos, em parceria com a Accenture e a FGV EAESP e reconhece as melhores práticas de inovação digital no Brasil.

Dezembro

A edição norte-americana da revista **Forbes** divulgou a relação das 100 mulheres mais poderosas do mundo e a presidenta **Tarciana consta como a 18ª mulher mais poderosas do mundo**. Outra publicação internacional que reconheceu a atuação de Tarciana foi a Bloomberg Línea, que incluiu a **presidenta na lista dos 100 Inovadores da América Latina** em 2024.

Fomos eleitos **líder em respeito aos consumidores** nos segmentos Bancos-Grande Porte e Crédito Pessoal no Prêmio Respeito 2024.

Recebemos o título de **"Banco do Ano"** na 20^a edição do Banking Transformation, promovido pela Cantarino Brasileiro.

Ganhamos **o ouro no The Customer Summit Awards** 2024. A premiação reconheceu projetos de sucesso na transformação da jornada do cliente. O ambiente figital do .BB foi premiado na categoria melhor estratégia de encantamento do cliente.



Títulos e Valores Mobiliários e Informações de Coligadas e Controladas

Em conformidade com o art. 8º da Circular Bacen 3.068/2001, afirmamos nossa intenção e capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento". Nossa capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que não considera a possibilidade de venda desses títulos.

A abertura dos títulos por categoria e a reclassificação de títulos e valores mobiliários podem ser consultadas na nota explicativa 10 – Títulos e Valores Mobiliários.

Em cumprimento ao artigo 243 da Lei 6.404/1976, informamos que os investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas estão relacionados nas notas explicativas 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e 14 – Investimentos.

Esclarecimentos Adicionais

Possuímos R\$ 1,4 bilhão (consolidado) de créditos tributários não ativados, apresentados na nota explicativa 22 - Tributos das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas (subitem "f"). Mantemos registrado em contas de compensação, conforme regras dispostas no Plano Contábil das Instituições Financeiras (Cosif), R\$ 19,4 bilhões decorrentes de coobrigações e riscos em garantias prestadas a clientes e empresas do Conglomerado Banco do Brasil.

Em cumprimento ao artigo 243 da Lei 6.404/1976, informamos que os investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas estão relacionados nas notas explicativas 2 — Apresentação das Demonstrações Contábeis e 14 — Investimentos.

Publicamos anualmente os investimentos realizados em políticas públicas em nossa Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, disponível no site ri.bb.com.br.

O Banco do Brasil, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem da B3, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

Esse Relatório da Administração foi preparado com base nas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas elaboradas no Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif). Para mais informações, o Formulário de Referência, o relatório de Análise do Desempenho e a Apresentação Institucional estão disponíveis no site ri.bb.com.br.

Demonstrações Contábeis 31 de dezembro de 2024





Índice

Demontrações Contábeis	3
Balanço patrimonial	3
Demonstração do resultado	4
Demonstração do resultado abrangente	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Demonstração do valor adicionado	11
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	12
1 – O Banco e suas operações	12
2 – Apresentação das demonstrações contábeis	13
3 – Resumo das principais práticas contábeis	20
4 – Principais julgamentos e estimativas contábeis	26
5 – Aquisições, vendas e reestruturações societárias	29
6 – Informações por segmento	30
7 – Caixa e equivalentes de caixa	34
8 – Depósitos no Banco Central do Brasil	35
9 – Aplicações interfinanceiras de liquidez	36
10 – Títulos e valores mobiliários	37
11 – Instrumentos financeiros derivativos	44
12 – Carteira de crédito	51
13 - Outros ativos	60
14 - Investimentos	62
15 - Imobilizado de uso	67
16 - Intangível	68
17 - Recursos de clientes	70
18 – Recursos de instituições financeiras	72
19 - Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	75
20 - Outros passivos	79
21 – Provisões e passivos contingentes	81
22 - Tributos	86
23 – Patrimônio líquido	89
24 – Receitas de prestação de serviços	96
25 – Despesas de pessoal	97
26 – Outras despesas administrativas	98
27 – Outras receitas e outras despesas	99
28 – Partes relacionadas	100
29 – Benefícios a empregados	105
30 – Gerenciamento de riscos e de capital	116
31 – Resultado recorrente e não recorrente	126
32 – Outras informações	127
33 – Eventos subsequentes	131
Relatório dos Auditores Independentes	132
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria	
Manifestação do Conselho de Administração	
Parecer do Conselho Fiscal	
Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras	
Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes	
Membros da Administração	145



Balanço patrimonial

Ativo Disponibilidades	Nota	Banco <i>M</i> 31/12/2024	31/12/2023	Consol 31/12/2024	31/12/2023
		- 0 1/ 12/ 202 T	0.7.1272023	J.,, LUL 1	
	7	17.188.125	14.022.703	20.079.736	17.327.745
Ativos financeiros	,	2.267.107.676	2.098.663.459	2.318.706.745	2.072.861.380
Depósitos no Banco Central do Brasil	8	115.697.589	101.805.900	115.697.589	101.805.900
Aplicações interfinanceiras de liquidez	9	397.498.549	484.532.603	399.797.233	432.160.990
Títulos e valores mobiliários	10	554.829.343	450.775.401	580.835.475	466.994.273
Instrumentos financeiros derivativos	11	12.656.466	1.974.580	12.667.715	1.973.686
Carteira de crédito	12	1.077.765.653	964.925.057	1.100.471.281	975.349.358
Outros ativos financeiros	13	108.660.076	94.649.918	109.237.452	94.577.173
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	15	(65.843.437)	(59.227.890)	(66.153.061)	(59.672.969)
Carteira de crédito	12	(62.257.520)	(55.806.103)	(62.518.594)	(55.927.619)
Outros ativos financeiros	13	(3.585.917)	(3.421.787)	(3.634.467)	(3.745.350)
Ativos fiscais	13	78.664.459	67.916.922	81.770.234	70.325.066
Correntes		12.905.391	10.653.911	14.051.304	11.310.927
Diferidos (créditos tributários)	22	65.759.068	57.263.011	67.718.930	59.014.139
Investimentos	22	42.215.136	37.263.011	20.960.278	21.081.796
Investimentos Investimentos em controladas, coligadas e controladas		42.215.156	37.044.909	20.960.276	21.061.796
em conjunto	14	42.247.673	37.077.565	20.967.890	21.093.695
Outros investimentos		2.225	2.103	2.876	2.656
Perdas por redução ao valor recuperável		(34.762)	(34.759)	(10.488)	(14.555)
Imobilizado de uso	15	11.227.898	9.870.462	11.499.679	10.072.293
Imobilizações de uso	15	25.336.518	23.409.291	25.856.934	23.814.084
Depreciação acumulada		(14.093.948)	(13.525.707)	(14.326.868)	(13.718.368)
Perdas por redução ao valor recuperável		(14.672)	(13.122)	(30.387)	(23.423)
Intangível	16	11.298.660	10.762.606	11.336.662	10.800.779
Ativos intangíveis	10	20.761.799	18.897.719	21.292.579	19.414.590
		(9.338.266)	(7.765.810)	(9.801.153)	(8.214.617)
Amortização acumulada Perdas por redução ao valor recuperável		(124.873)	(369.303)	(154.764)	(399.194)
Outros ativos não financeiros	13	33.573.691	29.000.463	35.668.058	29.683.893
Total do ativo	13	2.395.432.208	2,208.053.634	2.433.868.331	2,172,479,983
Total do alivo		2.393.432.206	2.206.053.634	2.433.000.331	2.1/2.4/9.903
Passivo					
Passivos financeiros		2.132.145.111	1.969.191.687	2.145.091.861	1.911.665.321
Recursos de clientes	17	833.289.629	787.539.469	873.710.691	811.943.803
Recursos de instituições financeiras	18	753.938.749	732.656.495	724.024.327	651.190.724
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	19	319.576.867	281.287.311	325.565.244	284.156.307
Instrumentos financeiros derivativos	11	8.266.768	2.507.258	8.266.681	2.509.742
Outros passivos financeiros	20	217.073.098	165.201.154	213.524.918	161.864.745
Provisões	21	30.445.153	25.869.509	31.889.477	26.748.479
Cíveis, fiscais e trabalhistas		23.388.467	18.471.031	23.779.021	18.725.677
Outras provisões		7.056.686	7.398.478	8.110.456	8.022.802
Passivos fiscais		18.561.443	14.821.119	22.849.311	19.028.667
Correntes		5.799.978	3.768.292	9.577.826	7.719.945
Diferidos	22	12.761.465	11.052.827	13.271.485	11.308.722
Outros passivos não financeiros	20	33.401.984	34.533.093	43.964.934	41.961.430
Total do passivo	20	2.214.553.691	2.044.415.408		
l otat do passivo		2.214.553.691	2.044.415.408	2.243.795.583	1.999.403.897
Patrimônio líquido					
Capital	23.b	120.000.000	120.000.000	120.000.000	120.000.000
Instrumento elegível ao capital principal	23.c			5.100.000	6.100.000
Reservas de capital	23.d	1.410.594	1.406.118	1.412.071	1.407.902
Reservas de lucros	23.d	81.622.412	61.526.683	81.215.405	61.154.159
Outros resultados abrangentes	23.h	(21.892.443)	(19.028.104)	(21.892.443)	(19.028.104)
	23.l	(262.046)	(266.471)	(263.523)	(268.255)
Ações em tesouraria					(200.200)
Ações em tesouraria Participação dos pão controladores		` .	, ,		3,710,384
Ações em tesouraria Participação dos não controladores Total do patrimônio líquido	23.i 23.i	180.878.517	163.638.226	4.501.238 190.072.748	3.710.384 173.076.086

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstração do resultado

			Banco Múltiplo			Consolidado	
	Nota	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023
Receitas da intermediação financeira		144.171.025	278.362.644	253.231.536	149,509,905	291.359.176	269,225,339
Resultado da carteira de crédito	12.b	79.580.674	155.415.194	135.086.579	81.722.021	160.973.365	138.067.607
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	9.b	25.257.681	51.224.158	63.559.919	25.237.046	50.858.857	62.134.272
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	10.b	32.933.684	62.281.343	46.690.591	35.960.667	69.497.036	59.527.691
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	11.b	1.952.066	4.113.564	(949.299)	2.039.034	4.454.282	(1.119.424)
Resultado das aplicações compulsórias	8.b	3.729.040	7.023.946	7.393.870	3.729.040	7.023.946	7.393.870
Resultado de outros ativos financeiros	13.e	717.880	(1.695.561)	1.449.876	822.097	(1.448.310)	3.221.323
Despesas da intermediação financeira		(93.478.740)	(180.381.996)	(167.356.632)	(94.349.585)	(182.710.523)	(170.867.643)
Recursos de instituições financeiras	18.d	(51.500.869)	(99.690.156)	(86.977.665)	(49.873.764)	(96.629.171)	(78.323.505)
Recursos de clientes	17.c	(27.029.771)	(52.307.854)	(54.616.725)	(29.196.910)	(57.112.338)	(66.276.448)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	19.d	(13.154.194)	(24.774.048)	(24.311.435)	(13.570.525)	(25.573.260)	(25.025.236)
Outras despesas de captação	20.c	(1.793.906)	(3.609.938)	(1.450.807)	(1.708.386)	(3.395.754)	(1.242.454)
Provisão para perdas associadas ao risco de		(21.852.281)	(41.731.414)	(32.438.865)	(21.893.926)	(41.851.757)	(32.650.872)
crédito							
Carteira de crédito	12.f	(21.699.432)	(41.262.290)	(32.077.616)	(21.812.113)	(41.422.087)	(32.220.511)
Outros ativos financeiros	13.c	(152.849)	(469.124)	(361.249)	(81.813)	(429.670)	(430.361)
Resultado da intermediação financeira		28.840.004	56.249.234	53.436.039	33.266.394	66.796.896	65.706.824
Outras receitas/despesas operacionais		(3.770.309)	(6.746.500)	(4.560.065)	(4.050.418)	(8.311.772)	(7.624.248)
Receitas de prestação de serviços	24	10.869.494	21.277.678	21.065.636	18.288.157	35.477.192	33.831.198
Despesas de pessoal	25	(11.247.003)	(22.180.508)	(20.891.299)	(12.366.088)	(24.320.954)	(23.137.883)
Outras despesas administrativas	26	(7.424.352)	(14.850.298)	(14.407.203)	(7.436.020)	(14.556.406)	(14.187.483)
Despesas tributárias	22.c	(3.001.103)	(5.889.665)	(5.669.974)	(4.270.459)	(8.462.801)	(8.604.576)
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14.a	8.552.708	17.764.476	16.886.198	4.001.724	7.788.697	7.324.885
Outras receitas/despesas	27	(1.520.053)	(2.868.183)	(1.543.423)	(2.267.732)	(4.237.500)	(2.850.389)
Provisões	21.d	(6.461.310)	(11.586.992)	(9.344.747)	(6.601.188)	(11.753.522)	(9.445.509)
Cíveis, fiscais e trabalhistas		(6.462.448)	(11.537.700)	(8.273.836)	(6.601.995)	(11.701.066)	(8.376.741)
Outras		1.138	(49.292)	(1.070.911)	807	(52.456)	(1.068.768)
Resultado operacional		18.608.385	37.915.742	39.531.227	22.614.788	46.731.602	48.637.067
Resultado não operacional		44.738	23.975	(8.031)	169.910	273.530	253.527
Resultado antes dos tributos e participações		18.653.123	37.939.717	39.523.196	22.784.698	47.005.132	48.890.594
Imposto de renda e contribuição Social	22.a	1.194.713	1.840.960	(1.594.568)	(1.051.547)	(3.371.618)	(6.955.757)
Participação de empregados e		(2.257.434)	(4.520.488)	(4.313.776)	(2.265.240)	(4.537.340)	(4.328.027)
administradores no lucro							
Participação dos não controladores	23.i				(1.775.324)	(3.656.284)	(3.787.859)
Lucro líquido		17.590.402	35.260.189	33.614.852	17.692.587	35.439.890	33.818.951
Lucro líquido atribuível aos acionistas							
Controladores		17.590.402	35.260.189	33.614.852	17.692.587	35.439.890	33.818.951
Não controladores					1.775.324	3.656.284	3.787.859
Lucro por ação	23.e						
Número médio ponderado de ações - básico		5.708.679.618	5.708.392.262	5.707.985.480			
Número médio ponderado de ações - diluído		5.708.679.618	5.708.392.262	5.707.464.198			
Lucro básico e diluído por ação (R\$)		3,08	6,18	5,89			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstração do resultado abrangente

		Banco Múltiplo			Consolidado	
	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023
Lucro Líquido atribuível aos acionistas controladores	17.590.402	35.260.189	33.614.852	17.692.587	35.439.890	33.818.951
Participação dos acionistas não controladores				1.775.324	3.656.284	3.787.859
Lucro líquido atribuível aos acionistas	17.590.402	35.260.189	33.614.852	19.467.911	39.096.174	37.606.810
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado						
Ativos financeiros disponíveis para venda	(2.904.491)	(3.831.270)	597.995	(2.809.559)	(3.913.696)	762.827
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda	(4.974.406)	(6.173.993)	(160.849)	(4.591.898)	(5.875.968)	367.244
(Ganhos)/perdas realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda – reclassificados para o resultado	(60.414)	(135.351)	283.234	(309.558)	(508.177)	(53.648)
Efeito tributário	2.130.329	2.478.074	475.610	2.091.897	2.470.449	449.231
Participação no resultado abrangente de investimentos em controladas, coligadas e controladas em	(327.573)	(1.210.881)	(52.075)	(551.870)	(1.581.855)	(319.571)
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda	(256.792)	(174.464)	535.629	(417.681)	16.060	494.220
Ganhos/(perdas) não realizados sobre hedge de fluxo de caixa	20.786	53.057	(148.424)	20.786	53.057	(148.424)
Ganhos/(perdas) não realizados em outros resultados abrangentes	87.331	(769.277)	(344.577)	104.153	(1.134.848)	(508.846)
Efeito tributário	(178.898)	(320.197)	(94.703)	(259.128)	(516.124)	(156.521)
Hedge de investimento líquido no exterior	(94.166)	(195.177)	35.093	(94.166)	(195.177)	35.093
Ganhos/(perdas) não realizados sobre hedge de investimento líquido no exterior	(174.981)	(358.805)	66.916	(174.981)	(358.805)	66.916
Efeito tributário	80.815	163.628	(31.823)	80.815	163.628	(31.823)
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	74.442	280.450	(5.436.633)	68.141	296.779	(6.731.663)
Itens que não podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado						
Planos de benefício definido	2.207.948	2.092.539	(5.947.923)	2.207.948	2.092.539	(5.947.923)
Ganhos/(perdas) em remensurações relacionadas a planos de benefícios definidos	4.106.000	3.811.098	(11.212.661)	4.106.000	3.811.098	(11.212.661)
Efeito tributário	(1.898.052)	(1.718.559)	5.264.738	(1.898.052)	(1.718.559)	5.264.738
Outros resultados abrangentes líquidos de efeitos tributários	(1.043.840)	(2.864.339)	(10.803.543)	(1.179.506)	(3.301.410)	(12.201.237)
Resultado abrangente do período	16.546.562	32.395.850	22.811.309	18.288.405	35.794.764	25.405.573
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	16.546.562	32.395.850	22.811.309	16.648.747	32.575.551	23.015.407
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores				1.639.658	3.219.213	2.390.166

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstração das mutações do patrimônio líquido

			Reservas de	Reservas c	de lucros	Outros	Ações em	Lucros ou	
Banco Múltiplo	Nota	Capital	capital	Reserva legal	Reservas estatutárias	resultados abrangentes	tesouraria	prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2022		90.000.023	1.402.523	11.777.636	58.732.780	(8.224.561)	(270.840)	421.758	153.839.319
Aumento de capital – capitalização de reservas	23.b	29.999.977			(29.999.977)				
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.h					970.401			970.401
Ajuste de avaliação patrimonial - plano de benefícios, líquido de tributos	23.h					(5.947.923)			(5.947.923)
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h					(5.436.633)			(5.436.633)
Hedge de fluxo de caixa	23.h					(81.633)			(81.633)
Hedge de Investimento líquido no exterior	23.h					35.093			35.093
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h					(345.660)			(345.660)
Outros						2.812		8.887	11.699
Transações com pagamento baseado em ações			3.595				4.369		7.964
Lucro líquido	23.g							33.614.852	33.614.852
Destinações: - Reservas	23.d			1.680.743	29.522.112			(31.202.855)	
- Dividendos	23.f				(642.090)			(1.040.316)	(1.682.406)
- Juros sobre o capital próprio	23.f				(9.544.521)			(1.802.326)	(11.346.847)
Saldos em 31/12/2023		120.000.000	1.406.118	13.458.379	48.068.304	(19.028.104)	(266.471)		163.638.226
Mutações do período		29.999.977	3.595	1.680.743	(10.664.476)	(10.803.543)	4.369	(421.758)	9.798.907
Saldos em 30/06/2024		120.000.000	1.410.784	14.341.868	57.242.881	(20.848.603)	(262.236)		171.884.694
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos						(3.331.417)			(3.331.417)
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de tributos						2.207.948			2.207.948
Variação cambial de investimentos no exterior						74.442			74.442
Hedge de fluxo de caixa						11.432			11.432
Hedge de Investimento líquido no exterior						(94.166)			(94.166)
Variação de participação no capital de coligadas/controladas						(31.386)			(31.386)
Outros						119.307		10.258	129.565
Transações com pagamento baseado em ações			(190)				190		
Lucro líquido	23.g							17.590.402	17.590.402
Destinações: - Reservas	23.d			879.520	14.999.722			(15.879.242)	
- Dividendos	23.f							(776.293)	(776.293)
- Juros sobre o capital próprio	23.f				(5.841.579)			(945.125)	(6.786.704)
Saldos em 31/12/2024		120.000.000	1.410.594	15.221.388	66.401.024	(21.892.443)	(262.046)		180.878.517
Mutações do período			(190)	879.520	9.158.143	(1.043.840)	190		8.993.823



			Reservas de	Reservas	de lucros	Outros	Ações em	Lucros ou	
Banco Múltiplo	Nota	Capital	capital	Reserva legal	Reservas estatutárias	resultados abrangentes	tesouraria	prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2023		120.000.000	1.406.118	13.458.379	48.068.304	(19.028.104)	(266.471)		163.638.226
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.h					(4.303.410)			(4.303.410)
Ajuste de avaliação patrimonial - plano de benefícios, líquido de tributos	23.h					2.092.539			2.092.539
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h					280.450			280.450
Hedge de fluxo de caixa	23.h					29.181			29.181
Hedge de Investimento líquido no exterior	23.h					(195.177)			(195.177)
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h					(683.640)			(683.640)
Outros						(84.282)		10.279	(74.003)
Transações com pagamento baseado em ações			4.476				4.425		8.901
Lucro líquido	23.g							35.260.189	35.260.189
Destinações: - Reservas	23.d			1.763.009	29.974.953			(31.737.962)	
- Dividendos	23.f				(940.587)			(1.643.108)	(2.583.695)
- Juros sobre o capital próprio	23.f				(10.701.646)			(1.889.398)	(12.591.044)
Saldos em 31/12/2024		120.000.000	1.410.594	15.221.388	66.401.024	(21.892.443)	(262.046)		180.878.517
Mutações do período			4.476	1.763.009	18.332.720	(2.864.339)	4.425		17.240.291

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Consolidado	Nota	Capital	Instrumento elegível ao	Reservas de	Reservas	de lucros	Outros resultados	Ações em	Lucros ou prejuízos	Participação dos não	Total
Consolidado	INOta	Capitat	capital principal	capital	Reserva legal	Reservas estatutárias	abrangentes	tesouraria	acumulados	controladores	Totat
Saldos em 31/12/2022		90.000.023	7.100.000	1.404.253	11.777.636	58.364.537	(8.224.561)	(272.570)	421.758	3.457.767	164.028.843
Devolução parcial do instrumento elegível ao capital principal	23.c		(1.000.000)								(1.000.000)
Aumento de capital - capitalização de reservas	23.b	29.999.977				(29.999.977)					
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.h						970.401			61.605	1.032.006
Ajuste de avaliação patrimonial - plano de benefícios, líquido de tributos	23.h						(5.947.923)				(5.947.923)
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h						(5.436.633)			(1.295.029)	(6.731.662)
Hedge de fluxo de caixa	23.h						(81.633)				(81.633)
Hedge de Investimento líquido no exterior	23.h						35.093				35.093
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h						(345.660)			(168.055)	(513.715)
Outros							2.812		8.887	3.785	15.484
Transações com pagamento baseado em ações				3.649				4.315			7.964
Variação de participação dos não controladores										(230.370)	(230.370)
Lucro líquido	23.g								33.818.951	3.787.859	37.606.810
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal									(208.380)		(208.380)
Resultado não realizado						(4.281)			4.281		
Destinações: - Reservas	23.d				1.680.743	29.522.112			(31.202.855)		
- Dividendos	23.f					(642.090)			(1.040.316)	(1.907.178)	(3.589.584)
- Juros sobre o capital próprio	23.f					(9.544.521)			(1.802.326)		(11.346.847)
Saldos em 31/12/2023		120.000.000	6.100.000	1.407.902	13.458.379	47.695.780	(19.028.104)	(268.255)		3.710.384	173.076.086
Mutações do período		29.999.977	(1.000.000)	3.649	1.680.743	(10.668.757)	(10.803.543)	4.315	(421.758)	252.617	9.047.243
Saldos em 30/06/2024		120.000.000	6.100.000	1.412.261	14.341.868	56.819.209	(20.848.603)	(263.713)		4.269.680	181.830.702
Devolução parcial do instrumento elegível ao capital principal	23.c		(1.000.000)								(1.000.000)
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos							(3.331.417)			(145.597)	(3.477.014)
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de tributos							2.207.948				2.207.948
Variação cambial de investimentos no exterior							74.442			(6.301)	68.141
Hedge de fluxo de caixa							11.432				11.432
Hedge de Investimento líquido no exterior							(94.166)				(94.166)
Variação de participação no capital de coligadas/controladas							(31.386)			(19)	(31.405)
Outros							119.307		10.258	16.247	145.812
Transações com pagamento baseado em ações				(190)				190			
Variação de participação dos não controladores										(7.918)	(7.918)
Lucro líquido	23.q								17.692.587	1.775.324	19.467.911
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal	23.g								(85.520)		(85.520)
Resultado não realizado	23.g					16.665			(16.665)		
Destinações: - Reservas	23.d				879.520	14.999.722			(15.879.242)		
- Dividendos	23.f								(776.293)	(1.400.178)	(2.176.471)
- Juros sobre o capital próprio	23.f					(5.841.579)			(945.125)		(6.786.704)
						(//			(: ::::20)		
Saldos em 31/12/2024		120.000.000	5.100.000	1.412.071	15.221.388	65.994.017	(21.892.443)	(263.523)		4.501.238	190.072.748



Consolidado	Nicho	Constant	Instrumento elegível ao	Reservas de	Reservas	de lucros	Outros	Ações em	Lucros ou	Participação	Total
Consoudado	Nota	Capital	capital principal	capital	Reserva legal	Reservas estatutárias	resultados abrangentes	tesouraria	prejuízos acumulados	dos não controladores	Total
Saldos em 31/12/2023		120.000.000	6.100.000	1.407.902	13.458.379	47.695.780	(19.028.104)	(268.255)		3.710.384	173.076.086
Devolução parcial do instrumento elegível ao capital principal	23.c		(1.000.000)								(1.000.000)
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.h						(4.303.410)			(83.359)	(4.386.769)
Ajuste de avaliação patrimonial - plano de benefícios, líquido de tributos	23.h						2.092.539				2.092.539
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h						280.450			16.329	296.779
Hedge de fluxo de caixa	23.h						29.181				29.181
Hedge de Investimento líquido no exterior	23.h						(195.177)				(195.177)
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h						(683.640)			(294.333)	(977.973)
Outros							(84.282)		10.279	(75.708)	(149.711)
Transações com pagamento baseado em ações				4.169				4.732			8.901
Variação de participação dos não controladores										(89.923)	(89.923)
Lucro líquido	23.g								35.439.890	3.656.284	39.096.174
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal									(214.184)		(214.184)
Resultado não realizado						(34.483)			34.483		
Destinações: - Reservas	23.d				1.763.009	29.974.953			(31.737.962)		
- Dividendos	23.f					(940.587)			(1.643.108)	(2.338.436)	(4.922.131)
- Juros sobre o capital próprio	23.f					(10.701.646)			(1.889.398)		(12.591.044)
Saldos em 31/12/2024		120.000.000	5.100.000	1.412.071	15.221.388	65.994.017	(21.892.443)	(263.523)		4.501.238	190.072.748
Mutações do período			(1.000.000)	4.169	1.763.009	18.298.237	(2.864.339)	4.732		790.854	16.996.662

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstração dos fluxos de caixa

	Nota		Banco Múltiplo			Consolidado	
	Nota	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023
Fluxos de Caixa Provenientes das Operações							
Lucro líquido		17.590.402	35.260.189	33.614.852	17.692.587	35.439.890	33.818.951
Ajustes ao lucro líquido Provisão para perdas associadas ao risco de		20.674.628	39.700.043	27.613.506	29.023.974	57.012.118	44.010.869
crédito	12	21.852.281	41.731.414	32.438.865	21.893.926	41.851.757	32.650.872
Depreciações e amortizações		1.824.167	3.867.747	3.928.666	1.854.768	3.924.174	3.996.159
(Ganho) Perda cambial na conversão de ativos e		8.381.847	17.065.838	(4.298.400)	8.126.678	16.737.225	(18.437.808)
passivos em moeda estrangeira Resultado na avaliação do valor recuperável de		(213.602)	(218.783)	(129.752)	(208.189)	(213.370)	(121.886)
ativos Resultado de participação em controladas,	4.4						
coligadas e controladas em conjunto	14	(8.552.708)	(17.764.476)	(16.886.198)	(4.001.724)	(7.788.697)	(7.324.885)
(Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens		(54.953)	(56.767)	(14.025)	(56.203)	(58.730)	(22.277)
(Ganho) Perda de capital		38.097	76.025	37.047	(84.492)	(170.441)	(211.527)
Despesas com provisões fiscais, cíveis e trabalhistas e outras provisões	21.d	6.461.310	11.586.992	9.344.747	6.601.188	11.753.522	9.445.509
Atualização de ativos/passivos atuariais e dos fundos de destinação do superávit	29.d.4/f	(1.201.719)	(2.291.681)	(2.477.943)	(1.201.719)	(2.291.681)	(2.477.943)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(6.909.841)	(13.318.970)	3.382.234	(7.038.268)	(13.813.379)	15.866.370
Resultado dos não controladores					1.775.324	3.656.284	3.787.859
Imposto de Renda e Contribuição Social		(1.194.713)	(1.840.960)	1.594.568	1.051.547	3.371.618	6.955.757
Outros ajustes		244.462	863.664	693.697	311.138	53.836	(95.331)
Lucro líquido ajustado		38.265.030	74.960.232	61.228.358	46.716.561	92.452.008	77.829.820
Variações Patrimoniais		(20.686.857)	29.116.829	(54.216.754)	(22.957.439)	33.684.369	(62.515.902)
(Aumento) Redução em depósitos no Banco Central do Brasil		(3.842.316)	(15.891.689)	(4.686.816)	(3.842.316)	(15.891.689)	(4.686.816)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		32.893.875	106.841.263	(16.999.532)	25.646.337	57.779.195	(29.131.217)
(Aumento) Redução em títulos para negociação		6.080.938	2.659.551	(3.441.865)	9.009.882	5.883.327	(1.714.869)
(Aumento) Redução em instrumentos financeiros derivativos		(3.319.634)	(5.117.553)	(1.322.746)	(3.303.817)	(5.132.267)	(836.245)
(Aumento) Redução na carteira de créditos, líquida de provisões		(80.924.317)	(139.057.892)	(117.807.164)	(90.134.354)	(150.148.601)	(116.351.316)
(Aumento) Redução em outros ativos financeiros		4.864.817	(4.926.300)	(843.461)	6.325.781	(5.188.663)	(110.127)
(Aumento) Redução em outros ativos		(1.603.977)	(2.764.994)	5.121.408	(5.171.572)	(4.746.883)	5.704.558
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.691.622)	(5.148.923)	(1.160.464)	(3.583.893)	(10.037.512)	(5.519.660)
(Redução) Aumento em recursos de clientes		43.384.673	47.779.168	67.916.195	53.363.295	63.823.831	61.573.304
(Redução) Aumento em recursos de instituições financeiras		(52.629.014)	9.604.014	27.300	(49.329.937)	60.263.927	4.549.720
(Redução) Aumento em recursos de emissões de títulos e valores mobiliários		32.986.603	39.005.400	72.032.840	34.146.935	41.422.145	65.910.777
(Redução) Aumento em outros passivos financeiros		9.190.121	2.149.835	(38.011.482)	7.461.887	(60.606)	(27.292.103)
(Redução) Aumento em outros passivos		(5.077.004)	(6.015.051)	(15.040.967)	(3.545.667)	(4.281.835)	(14.611.908)
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) OPERAÇÕES		17.578.173	104.077.061	7.011.604	23.759.122	126.136.377	15.313.918
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimento							
Aquisição de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(202.878.448)	(379.494.760)	(164.727.348)	(213.841.199)	(397.865.334)	(184.899.066)
Alienação de títulos e valores mobiliários disponíveis		189.518.601	323.383.808	179.757.385	201.593.305	342.377.143	211.956.434
para venda Aquisição de títulos e valores mobiliários mantidos		(15.870.974)	(33.716.513)	(2.319.744)	(18.929.518)	(45.967.992)	(6.555.228)
até o vencimento Resgate de títulos e valores mobiliários mantidos até							
o vencimento		2.334.821	6.425.414	831.589	2.334.821	6.425.414	831.589
Dividendos recebidos de coligadas e controladas		4.368.908	11.142.936	10.933.271	5.078.893	7.294.472	5.251.011
Aquisição de imobilizado de uso		(1.757.904)	(2.768.692)	(2.919.201)	(1.854.823)	(2.892.481)	(2.896.171)
Alienação de imobilizado de uso Aquisição de intangíveis		1.831 (2.166.902)	3.223 (3.025.195)	1.074 (1.999.433)	1.831 (2.172.607)	3.223 (3.033.581)	3.350 (2.006.594)
Aporte de capital na Broto S.A.		(13.500)	(13.500)	(31.200)	(13.500)	(13.500)	(31.200)
Resgate de ações da Cateno							115.720
(Aporte)/resgate de capital em controladas no exterior		10.315	10.315	(196.991)			
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(26.453.252)	(78.052.964)	19.329.402	(27.802.797)	(93.672.636)	21.769.845
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento							
(Redução) Aumento em obrigações por dívidas subordinadas		2.812.136	(3.546.145)	(17.715.756)	2.812.136	(3.546.145)	(17.685.535)
Dividendos pagos aos acionistas não controladores					(917.069)	(1.739.256)	(2.401.800)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(7.493.063)	(14.824.290)	(12.956.523)	(7.493.063)	(14.824.290)	(12.956.523)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(4.680.927)	(18.370.435)	(30.672.279)	(5.597.996)	(20.109.691)	(33.043.858)
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(13.556.006)	7.653.662	(4.331.273)	(9.641.671)	12.354.050	4.039.905
Início do período		87.796.494	60.177.697	67.891.204	85.770.646	56.999.814	68.826.279
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		6.909.841	13.318.970	(3.382.234)	7.038.268	13.813.379	(15.866.370)
Fim do período		81.150.329	81.150.329	60.177.697	83.167.243	83.167.243	56.999.814
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(13.556.006)	7.653.662	(4.331.273)	(9.641.671)	12.354.050	4.039.905

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstração do valor adicionado

				Banco Múlt	iplo					Consolidad	do		
	Nota	2º Semestre	/2024	Exercício/2	024	Exercício/2	2023	2º Semestre/	2024	Exercício/20	024	Exercício/2	023
Receitas		127.073.476		246.816.259		234.206.339		139.040.875		272.619.123		261.636.120	
Receitas da intermediação financeira		144.171.025		278.362.644		253.231.536		149.509.905		291.359.176		269.225.339	
Receitas de prestação de serviços		10.869.494		21.277.678		21.065.636		18.288.157		35.477.192		33.831.198	
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(21.852.281)		(41.731.414)		(32.438.865)		(21.893.926)		(41.851.757)		(32.650.872)	
Ganhos de capital		6.733		12.971		51.166		131.067		261.637		299.829	
Outras receitas/(despesas)		(6.121.495)		(11.105.620)		(7.703.134)		(6.994.328)		(12.627.125)		(9.069.374)	
Despesas da intermediação financeira		(93.478.740)		(180.381.996)		(167.356.632)		(94.349.585)		(182.710.523)		(170.867.643)	
Insumos Adquiridos de Terceiros		(4.371.103)		(8.767.155)		(8.339.955)		(4.302.987)		(8.332.917)		(7.992.938)	
Materiais, água, energia e gás	26	(239.187)		(513.606)		(492.511)		(273.582)		(562.097)		(525.322)	
Servicos de terceiros	26	(416.501)		(937.849)		(993,918)		(383.247)		(854.341)		(898,509)	
Comunicações	26	(244.719)		(479.197)		(470.676)		(278.816)		(544.411)		(528.887)	
Processamento de dados	26	(960.391)		(1.786.409)		(1.614.104)		(628.091)		(1.140.456)		(1.050.385)	
Transporte	26	(48.515)		(91.717)		(76.973)		(85.942)		(158.415)		(139.498)	
Servicos de vigilância e segurança	26	(699,424)		(1.371.043)		(1.300.596)		(730.806)		(1.416.130)		(1.338.942)	
Servicos do sistema financeiro	26	(251.204)		(492.383)		(623.860)		(315.120)		(599.864)		(724.715)	
Propaganda e publicidade	26	(299.285)		(527.927)		(474.695)		(320.142)		(560.193)		(510.355)	
Manutenção e conservação de bens	26	(593.483)		(1.221.887)		(1.157.306)		(414.254)		(807.420)		(787.688)	
Reversão de perdas por redução ao valor recuperável	20	213.602		218.783		129.752		208.189		213.370		121.886	
Outras		(831.996)		(1.563.920)		(1.265.068)		(1.081.176)		(1.902.960)		(1.610.523)	
Valor Adicionado Bruto		29.223.633		57.667.108		58.509.752		40.388.303		81.575.683		82.775.539	
Despesas de amortização/depreciação													
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		(1.824.167)		(3.867.747)		(3.928.666)		(1.854.768)		(3.924.174)		(3.996.159)	
		27.399.466		53.799.361		54.581.086		38.533.535		77.651.509		78.779.380	
Valor Adicionado Recebido em Transferência		8.552.708		17.764.476		16.886.198		4.001.724		7.788.697		7.324.885	
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas		8.552.708		17.764.476		16.886.198		4.001.724		7.788.697		7.324.885	
Valor Adicionado a Distribuir		35.952.174	100,00%	71.563.837	100,00%	71.467.284	100,00%	42.535.259	100,00%	85.440.206	100,00%	86.104.265	100,00%
Valor Adicionado Distribuído		35.952.174	100,00%	71.563.837	100,00%	71.467.284	100,00%	42.535.259	100,00%	85.440.206	100,00%	86.104.265	100,00%
Pessoal		14.445.440	40,18%	28.130.843	39,31%	26.559.922	37,16%	15.525.042	36,50%	30.184.434	35,33%	28.738.487	33,389
Salários e honorários		6.800.181		13.415.118		12.666.366		7.595.249		14.960.556		14.371.155	
Participação de empregados e administradores no lucro		2.257.434		4.520.488		4.313.776		2.265.240		4.537.340		4.328.027	
Benefícios e treinamentos		2.040.161		4.000.191		3.723.370		2.169.935		4.229.160		3.926.786	
FGTS		454.144		890.170		836.216		470.312		922.693		866.397	
Outros encargos		2.893.520		5.304.876		5.020.194		3.024.306		5.534.685		5.246.122	
Impostos, Taxas e Contribuições		3.206.375	8,92%	6.786.096	9,48%	9.886.031	13,83%	6.777.753	15,93%	14.683.557	17,19%	18.284.819	21,249
Federais		2.655.367		5.645.186		8.656.777		5.648.963		12.323.757		15.317.434	
Estaduais		152		672		749		152		672		749	
Municipais		550.856		1.140.238		1.228.505		1.128.638		2.359.128		2.966.636	
Remuneração de Capitais de Terceiros		709.957	1,97%	1.386.709	1,94%	1.406.479	1,97%	764.553	1,80%	1.476.041	1,73%	1.474.149	1,719
Aluquéis	26	709.957		1.386.709		1.406.479		764.553		1.476.041		1.474.149	
Remuneração de Capitais Próprios		17.590.402	48,93%	35.260.189	49,27%	33.614.852	47,04%	19.467.911	45,77%	39.096.174	45,75%	37.606.810	43,679
Juros sobre capital próprio da União		3.393.352		6.295.523		5.673.424		3.393.352		6.295.523		5.673.424	
Juros sobre capital próprio de outros acionistas		3.393.351		6.295.521		5.673.423		3.393.351		6.295.521		5.673.423	
Dividendos da União		388.147		1.291.848		841.203		388.147		1.291.848		841.203	
Dividendos de outros acionistas		388.146		1.291.847		841.203		388.146		1.291.847		841.203	
Dividendos de acionistas não controladores								1.400.178		2.338.436		1.907.178	
Juros sobre o instrumento elegível ao capital da União								85.519		214.184		208.380	
Lucro retido		10.027.406		20.085.450		20.585.599		10.044.072		20.050.967		20.581.318	
Participação dos não controladores nos lucros retidos								375.146		1.317.848		1.880.681	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



1 – O Banco e suas operações

O Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil" ou "Banco") é uma companhia aberta de direito privado, de economia mista, controlada pelo Governo Federal, que explora atividade econômica, na forma do art. 173 da Constituição Federal, regida, sobretudo, pela legislação aplicável às sociedades por ações e pelas Leis nº 4.595/1964, nº 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador. Sua matriz tem sede e domicílio localizados no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

O Banco tem suas ações negociadas no segmento denominado Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código "BBAS3" e suas ADRs (American Depositary Receipts) no mercado de balcão dos Estados Unidos da América sob o código "BDORY". Seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitam-se às disposições do regulamento do Novo Mercado da B3. Este regulamento prevalecerá sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas no Estatuto Social.

O Banco do Brasil é um banco múltiplo com atuação em todo o território nacional, desenvolvendo também atividades em importantes centros financeiros mundiais. Tem por objeto, em conjunto com suas controladas, a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de cartões de crédito/débito, consórcios, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como agente de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco, de modo a contribuir para o interesse público que justifica sua criação, exercer as seguintes funções atribuídas nas leis brasileiras, especificamente as previstas no art. 19 da Lei nº 4.595/1964: (i) ser o agente financeiro do Tesouro Nacional; (ii) ser o principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal, inclusive suas autarquias; (iii) executar os serviços de compensação de cheques e outros papéis; (iv) realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira por conta própria e, nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por conta do Bacen; (v) realizar recebimentos ou pagamentos e outros serviços de interesse do Banco Central do Brasil; (vi) financiar a aquisição e instalação da pequena e média propriedade rural; (vii) difundir e orientar o crédito; entre outras atribuições.

Com 216 anos, o Banco atua de forma responsável para promover a inclusão social por meio da geração de emprego e renda.

O Banco financia o custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários, estimula os investimentos rurais como armazenamento, beneficiamento, industrialização de produtos agrícolas e modernização de máquinas e implementos, além da adequação de propriedades rurais à legislação ambiental. Assim, o Banco apoia o agronegócio brasileiro em todas as etapas da cadeia produtiva.

O Banco oferece às Micro e Pequenas Empresas (MPE) soluções de capital de giro, financiamentos de investimentos e comércio exterior, além de várias outras opções relacionadas a fluxo de caixa, seguridade, previdência e serviços. Os vários segmentos de pessoas jurídicas, incluindo Microempreendedores Individuais (MEI), encontram desde alternativas financeiras até modelos de negócios que promovem a transição para uma economia inclusiva.

No financiamento ao comércio exterior, o Banco opera instrumentos de política pública de desenvolvimento produtivo, empreendedorismo, inclusão social e financeira, entre eles o Programa de Geração e Renda – Exportação (Proger) e o Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

O Banco do Brasil também atua como Instituição Operadora de Sistema do Mercado Financeiro (IOSMF) executando os serviços de compensação de cheques por meio da Centralizadora da Compensação de Cheques (Compe), Infraestrutura do Mercado Financeiro (IMF), integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), na forma das Resoluções BCB nº 304 e 314/2023.

Outras informações a respeito das empresas que compõem o Conglomerado Banco do Brasil e a descrição dos segmentos de negócio em que o Banco opera estão relacionadas nas Notas 2 e 6, respectivamente.



2 – Apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o padrão contábil das instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), incluindo diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações contábeis consolidadas, elaboradas e divulgadas no padrão contábil "Cosif", conforme permitido pelo artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/2021, estão sendo apresentadas "adicionalmente" às demonstrações contábeis consolidadas no padrão contábil internacional – IFRS, as quais foram elaboradas segundo o disposto na Resolução CMN nº 4.818/2020 e estão sendo emitidas e divulgadas simultaneamente.

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil em 18/02/2025.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil).

c) Continuidade

A Administração avaliou a capacidade do Banco continuar operando normalmente e está convencida de que ele possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento sobre incerteza material que possa gerar dúvidas significativas a respeito de sua capacidade de continuar operando. Dessa forma, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

d) Alterações nas políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício encerrado em 31/12/2023.

e) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as operações do Banco do Brasil realizadas por suas agências e subsidiárias no país e no exterior e as operações de suas controladas. Refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco do Brasil e de suas entidades controladas, elaboradas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquidos dos efeitos tributários. Os ganhos e as perdas cambiais das operações das agências estão apresentados nos grupamentos de resultado nos quais são reconhecidos as rendas e encargos sobre essas operações. Os ganhos e as perdas cambiais incidentes sobre os ativos e passivos das agências e controladas no exterior são apresentados no grupamento de Recursos de instituições financeiras, com o objetivo de anular as perdas e os ganhos cambiais incidentes sobre os instrumentos financeiros passivos contratados para proteção do resultado do Banco em relação às oscilações cambiais (Notas 14.a e 18.d).

Nas demonstrações contábeis consolidadas, houve a reclassificação do instrumento elegível ao capital principal - IHCD para o patrimônio líquido. Esse procedimento também é adotado para as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS, com o objetivo de melhorar a qualidade e transparência dessas demonstrações contábeis consolidadas.



As participações de acionistas não controladores são apresentadas no balanço patrimonial como um componente segregado do patrimônio líquido. O resultado atribuível a acionistas não controladores é evidenciado separadamente na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente.

Os fundos não exclusivos e abertos, oriundos de aplicação inicial de recursos próprios da BB Asset, são destinados a investidores externos, não tendo a referida entidade a intenção de assumir ou reter substancialmente os riscos e benefícios nesses fundos de investimento, sendo consolidados apenas nos meses em que a maioria das cotas ainda está em poder da BB Asset, deste modo, não estão apresentados no quadro a seguir.

Participações societárias e fundos de investimento incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas, segregadas por segmentos de negócios:

	Atividade	País de	Moeda	31/12/2024	31/12/2023
	Atividade	constituição	funcional	% de Par	ticipação
Segmento bancário					
Banco do Brasil AG	Bancária	Áustria	Real	100,00%	100,00%
BB Leasing S.A Arrendamento Mercantil	Arrendamento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Securities LLC.	Corretora	Estados Unidos	Real	100,00%	100,00%
BB Securities Ltd.	Corretora	Inglaterra	Real	100,00%	100,00%
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	Estados Unidos	Real	100,00%	100,00%
BB Cayman Islands Holding	Holding	Ilhas Cayman	Real	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Americas	Bancária	Estados Unidos	Dólar Americano	100,00%	100,00%
Banco Patagonia S.A.	Bancária	Argentina	Peso Argentino	80,39%	80,39%
Segmento investimentos					
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Investimento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Segmento gestão de recursos					
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB Asset	Administração de Ativos	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Segmento seguros, previdência e capitalização					
BB Seguridade Participações S.A. ¹	Holding	Brasil	Real	68,26%	67,03%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ¹	Corretora	Brasil	Real	68,26%	67,03%
BB Seguros Participações S.A. ¹	Holding	Brasil	Real	68,26%	67,03%
Segmento meios de pagamento					
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Prestação de Serviços	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Outros segmentos					
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	Aquisição de Créditos	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	Gestão de Cobrança	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcio	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Tur Viagens e Turismo Ltda.	Turismo	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Tecnologia e Serviços ¹	Tecnologia da informação	Brasil	Real	99,99%	99,99%
Fundos de investimento					
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Bancos Emissores de Cartão de Crédito V ²	Fundos de Investimento	Brasil	Real	77,36%	90,42%
BB Impacto ASG I Fundo em Investimento em Multiestratégia Investimento no Exterior ²	Fundos de Investimento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Ventures I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior ²	Fundos de Investimento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
FIP Agventures II Multiestratégias ²	Fundos de Investimento	Brasil	Real	55,08%	54,67%

^{1 -} Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

^{2 -} Fundo de investimento no qual o Banco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.



As demonstrações contábeis consolidadas incluem também os veículos de securitização controlados pelo Banco, direta ou indiretamente, descritos a seguir.

Dollar Diversified Payment Rights Finance Company (EPE Dollar)

A Dollar foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman com os seguintes propósitos:

- emissão e venda de valores mobiliários no mercado internacional;
- uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra, junto ao Banco, dos direitos sobre ordens de pagamento emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos EUA e pela própria agência do BB Nova Iorque, em dólares norte-americanos, para qualquer agência do Banco no país ("Direitos sobre Remessa"); e
- realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

As obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos são pagas pela EPE com os recursos acumulados em sua conta. A EPE não possui ativo ou passivo relevantes que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários, não possui subsidiárias e não tem empregados.

Loans Finance Company Limited (EPE Loans)

A Loans foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman, com os seguintes propósitos:

- captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional;
- contratação de operações compromissadas com o Banco, por meio da sua agência nas Ilhas Cayman, para utilização dos recursos captados; e
- contratação de proteção contra o risco de crédito do Banco, por meio de um derivativo de crédito denominado de basis swap, que é acionável somente em caso de default de alguma obrigação do Banco nas operações compromissadas.

As condições de moedas, valores, prazos, taxas e fluxos financeiros das operações compromissadas são idênticas àquelas das emissões de valores mobiliários. Portanto, todas as obrigações e despesas decorrentes dos valores mobiliários emitidos são cobertas totalmente pela EPE com os direitos e receitas provenientes das operações compromissadas, de modo que a Loans não gera resultados positivos nem negativos. A EPE não possui outros ativos e passivos que não aqueles provenientes das operações compromissadas e das emissões dos valores mobiliários.

f) Convergência às normas internacionais de contabilidade

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela CVM. O CMN e o Bacen aprovaram os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável:

Pronunciamento CPC	Resoluções
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 - Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 28 – Propriedade para Investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 - Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021



O CMN também editou normas proprietárias que incorporam parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

Norma CMN	Pronunciamento CPC Equivalente
Res. CMN nº 4.524/2016 – Reconhecimento das operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior.	CPC 48
Res. CMN nº 4.534/2016 – Reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível.	CPC 04 (R1)
Res. CMN nº 4.535/2016 – Reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso.	CPC 27
Res. CMN nº 4.817/2020 – Mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.	CPC 18 (R2) e CPC 45

Além disso, foi editada a Resolução CMN nº 3.533/2008, cuja adoção iniciou-se em janeiro de 2012, a qual estabeleceu procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

O Banco aplicou, ainda, os seguintes pronunciamentos que não são conflitantes com as normas do Bacen, conforme determina o art. 22, § 2°, da Lei nº 6.385/1976:

Pronunciamento CPC
CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)
CPC 12 – Ajuste a Valor Presente
CPC 22 – Informações por Segmento
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas

g) Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros

Normas a serem aplicadas em períodos futuros

g.1) Resolução CMN Nº 4.966, de 25 de novembro de 2021.

A Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais.

(i) Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

A Resolução CMN nº 4.966/2021 aborda uma nova classificação e mensuração para os ativos financeiros com base nas características contratuais dos fluxos de caixa do ativo, além do modelo de negócios pelo qual os ativos são administrados pela entidade. A norma estabelece três categorias de mensuração para ativos financeiros:

<u>Custo amortizado</u>: Quando os fluxos de caixa contratuais possuem característica de "somente pagamento de principal e juros" e a Administração faz a gestão do ativo em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter apenas os fluxos de caixa contratuais.

<u>Valor Justo no resultado</u>: Quando os fluxos de caixa contratuais não possuem característica de "somente pagamento de principal e juros" ou quando a Administração faz a gestão do ativo em um modelo de negócios cujo objetivo seja a sua venda.

<u>Valor Justo em outros resultados abrangentes</u>: Quando os fluxos de caixa contratuais possuem característica de "somente pagamento de principal e juros" e a Administração faz a gestão do ativo em um modelo de negócios cujo objetivo seja tanto para obter os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.



Pré transição

O Banco analisou as diversas modalidades de produtos financeiros (operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito) que constam no portfólio oferecido aos seus clientes (pessoa física e pessoa jurídica), para identificar as características contratuais dos fluxos de caixa, além do objetivo da Administração (modelo de negócio) diante desses produtos. A Administração pretende manter esses ativos para recebimento dos seus fluxos de caixa contratuais, ou seja, continuarão sendo mensurados ao custo amortizado. Os demais ativos financeiros adquiridos pelo Banco possuem variadas finalidades, mediante as necessidades da atividade bancária. Esses produtos incluem aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos públicos, cotas de fundos de investimento, dentre outros. Esses produtos foram analisados, tanto em relação às características contratuais dos fluxos de caixa, quanto ao objetivo da Administração diante desses ativos. As novas classificações e mensurações serão efetuadas em conformidade com essas análises.

Com base em sua avaliação preliminar, o Banco não espera que os novos requerimentos tenham impacto significativo na mensuração de seus ativos financeiros. As categorias que são mensuradas ao custo amortizado de acordo com as normas anteriores (aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, carteira de crédito e outros ativos financeiros), substancialmente continuarão a ser mensuradas desta forma. Igualmente para as categorias que são mensuradas ao valor justo no resultado (títulos para negociação e derivativos) e ao valor justo em outros resultados abrangentes (títulos disponíveis para venda).

O Banco classificará, a partir de 01/01/2025, determinados títulos e valores mobiliários, atualmente classificados como "títulos disponíveis para venda", na categoria "custo amortizado", enquadrando-os contabilmente como títulos com característica de concessão de crédito, na forma do inciso XXVI, do art. 2º da Resolução CMN nº 4.966/2021. Essa nova classificação acarretará um aumento de 0,06% no patrimônio líquido, considerando a reversão dos ajustes de marcação a mercado (R\$ 114.182 mil, líquido de efeitos tributários).

(ii) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Outra alteração refere-se ao cálculo das perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos instrumentos financeiros. De acordo com os novos requerimentos, as perdas deverão ser apuradas com base em modelos internos, incluindo fatores prospectivos que considerem a situação econômica atual e futura. O Banco utilizará a metodologia completa, com parâmetros de risco, para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para a maioria dos seus instrumentos financeiros.

O Banco observará ainda os níveis de provisão estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/2023 para perdas incorridas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros inadimplidos (ativo com atraso superior a 90 dias), sem prejuízo pela constituição de provisão em montantes suficientes para fazer face à totalidade da perda esperada na realização desses ativos. Os níveis de provisão dessas operações corresponderão ao valor resultante da aplicação dos percentuais definidos na Resolução BCB nº 352/2023, observados os períodos de atraso e as carteiras definidas por essa Resolução, sobre o valor contábil bruto do ativo.

Pré transição

A metodologia para cálculo das perdas esperadas associadas ao risco de crédito no Banco do Brasil englobará a avaliação dos instrumentos financeiros em três estágios:

<u>Estágio 1 – Operações em normalidade</u> – Os ativos enquadrados nesse estágio são considerados operações em situação de normalidade, com atraso inferior ou igual a 30 dias, e que não tenham incorrido em aumento significativo do risco de crédito desde a contratação. Neste caso, é calculada a perda esperada considerando a probabilidade de descumprimento para os próximos 12 meses.

Estágio 2 – Operações com aumento significativo de risco de crédito (ASR) – Os ativos enquadrados nesse estágio apresentaram aumento significativo no risco de crédito em relação ao apurado na alocação original no primeiro estágio, ou seja, estão em atraso superior a 30 dias no pagamento de principal ou encargos. São alocados ainda nesse estágio, os ativos que deixarem de ser caracterizados como ativos com problemas de recuperação de crédito. Além disso, para o segmento varejo, no caso de existência de reestruturação de obrigação da contraparte marcada como ativo problemático (classificado no estágio 3), considerando a natureza e finalidade do instrumento financeiro, optou-se por caracterizar os demais ativos financeiros da mesma contraparte e pertencentes ao mesmo grupo de produtos da operação como ASR (efeito contágio) e, consequentemente, classificá-los no estágio 2. Neste caso, é calculada a perda esperada considerando a probabilidade de descumprimento até o final da vida do ativo (visão Lifetime).



Estágio 3 – Ativos problemáticos – Os ativos enquadrados nesse estágio são os instrumentos financeiros com problema de recuperação, enquadrando-se, ou em descumprimento quantitativo (avaliado em função dos dias de atraso – 90 dias) ou qualitativo, caracterizado por indicativos que o cliente não honrará integralmente a operação de crédito, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. São incluídas também as operações reestruturadas. Neste caso, é calculada a perda esperada considerando que o instrumento se caracteriza como um ativo com problema de recuperação de crédito.

O estágio de enquadramento dos ativos será revisto periodicamente, considerando os processos de sensoriamento de risco do Banco, a fim de capturar eventuais alterações na capacidade financeira do cliente, bem como cenários econômicos prospectivos. Poderão ocorrer migrações de operações entre os estágios, quando a análise apontar melhora ou agravamento do risco de crédito da operação.

De acordo com os estudos realizados, os impactos da adoção inicial da norma, líquido dos efeitos fiscais, apresentarão uma redução de aproximadamente 5,3% (R\$ 10.113.499 mil) no patrimônio líquido consolidado, sendo, principalmente, 4,6% (R\$ 8.832.022 mil) devido ao incremento da perda esperada sobre os instrumentos financeiros consolidados no Banco e 0,7% (R\$ 1.395.664 mil) pela adoção da norma em empresas controladas e controladas em conjunto.

(iii) Taxa efetiva de juros

O Banco adotará a metodologia diferenciada para as operações de crédito e para as outras operações com característica de concessão de crédito classificadas como custo amortizado, aplicando-a prospectivamente a partir de 01/01/2025, assim, os custos de transação e os valores recebidos passarão a ser incorporados aos instrumentos financeiros somente a partir dessa data.

Não adotará conceitos de materialidade nessa temática, assim, todas as receitas e custos vinculados aos ativos financeiros, independente dos valores serão considerados na taxa efetiva de juros.

(iv) Cessação do reconhecimento de juros (Stop accrual)

A Resolução CMN nº 2.682/1999, vigente até 31/12/2024, vedava o reconhecimento, no resultado do período, de receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operações de crédito que apresentassem atraso igual ou superior a 60 dias, no pagamento de parcela de principal ou encargos. A Resolução CMN nº 4.966/2021 veda o reconhecimento, no resultado do período, de receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativos financeiros com problema de recuperação de crédito, ou seja, quando estiver em atraso superior a 90 dias no pagamento de principal ou de encargos, ou indicar que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

(v) Ativos e Passivos fiscais diferidos

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (Nota 22.f) foi respaldada em estudo técnico elaborado em 31/12/2024 que considerou em suas projeções os novos critérios de dedutibilidade das perdas incorridas previstos na Lei nº 14.467/2022. Nesse estudo, foi considerada a regra de transição descrita no artigo 6º da referida Lei para os créditos inadimplidos em 31/12/2024, cujas perdas não tenham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas, as quais somente poderão ser deduzidas na determinação do lucro real e da base da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos), para cada mês do período de apuração, a partir de janeiro de 2026.

Essa Resolução entra em vigor em 01/01/2025, exceto para os artigos 24, 76 e 77, cuja vigência iniciou-se em 01/01/2022. Não são esperados impactos financeiros significativos no que se refere à implementação desse conceito.



g.2) Resolução CMN Nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021

A norma estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen na condição de arrendadora e de arrendatária, devendo essas instituições observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulamentação específica.

O CPC 06 (R2) abandona a classificação de arrendamentos em operacional e financeiro para os arrendatários, passando a ter um único modelo de contabilização, que consiste no reconhecimento dos ativos e passivos decorrentes das operações de arrendamento. A norma não obriga um arrendatário a reconhecer ativos e passivos de arrendamentos de baixos valores e de curto prazo.

Para os arrendadores, haverá mudança na contabilização das operações de arrendamento mercantil financeiro, porém sem alterar a forma de apresentação, uma vez que essas operações já são apresentadas pelo valor presente dos montantes totais a receber previstos em contrato, incluindo a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, em cumprimento à Resolução BCB nº 2/2020.

Pré transição

Os novos requerimentos da Resolução CMN nº 4.975/2021 possuem como objetivo promover aos usuários da informação contábil dados mais transparentes, na medida em que os arrendatários deverão reconhecer todos os ativos e passivos decorrentes das operações de arrendamento mercantil em seus balanços patrimoniais (facultado para arrendamentos de pequenos valores e arrendamentos de curto prazo), eliminando desta forma financiamentos off-balance.

O Banco possui acordos de arrendamentos operacionais referentes essencialmente a contratos de aluguel de imóveis utilizados na prática de suas operações administrativas e bancárias. Os contratos a serem firmados ou renovados a partir de 01/01/2025 serão reconhecidos de acordo com a nova regulamentação, de forma prospectiva, conforme facultado pelo § 5º do art. 2º da referida resolução, não gerando impactos materiais nos ativos do Banco.

Essa Resolução entra em vigor em 01/01/2025.



3 – Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas pelo Banco do Brasil são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis e de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

a) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a valor presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle do Banco, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem as disponibilidades e as aplicações financeiras prontamente conversíveis em caixa, com vencimento máximo de três meses a contar da data de aquisição, a serem utilizados em compromissos de curto prazo, e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Foram considerados os saldos das disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - TVM

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago e se classificam em função da intenção da Administração do Banco em três categorias distintas, conforme Circular Bacen nº 3.068/2001:

<u>Títulos para negociação</u>: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

<u>Títulos disponíveis para venda</u>: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido; e

<u>Títulos mantidos até o vencimento</u>: títulos e valores mobiliários que o Banco tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, a divulgação de preço indicativo pela Anbima, ou a relação entre o PU e o valor de negócio mais recente nos últimos 30 dias, ou ainda o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de risco de crédito, perspectiva interna de perda esperada, valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas e instrumentos financeiros semelhantes.

Os rendimentos dos títulos e valores mobiliários são apropriados no resultado do período, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.



Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

f) Instrumentos financeiros derivativos - IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço de fechamento, ou de ajuste, quando for o caso, no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização, ou ainda, o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, a moeda ou indexador, e o risco de crédito associado à contraparte.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de ativos ou passivos financeiros, compromisso ou transação futura prevista, são considerados instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

<u>Hedge de risco de mercado</u>: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de hedge, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período;

Hedge de fluxo de caixa: para os instrumentos financeiros enquadrados nessa categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de hedge, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para hedge, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período; e

Hedge de investimento líquido no exterior: os instrumentos financeiros enquadrados nesta categoria têm como objetivo compensar os riscos decorrentes da exposição à variação cambial de investimentos no exterior cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional e devem ser registrados conforme procedimentos contábeis definidos para o hedge de fluxo de caixa.

g) Carteira de crédito e provisão para perdas associadas ao risco de crédito

A carteira de crédito é composta pelas operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, os quais são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal. Para as operações anormais com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis de risco, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como de risco nível H são baixadas contra a provisão existente, após decorridos seis meses de classificação nesse nível de risco, desde que apresente atraso superior a 180 dias.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando houver fatos novos relevantes que justificarem a mudança do nível de risco, conforme Resolução CMN nº 2.682/1999.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

As operações de arrendamento mercantil financeiro são apresentadas pelo valor presente dos montantes totais a receber previstos em contrato, incluindo a provisão para perdas associadas ao risco de crédito.



h) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15,00% + adicional de 10,00%)	25,00%
Contribuição Social sobre o Lucro líquido – CSLL ¹	20,00%
PIS/Pasep ²	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins ²	4,00%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5,00%

^{1 -} Alíquota aplicada aos bancos, sendo que, para as demais empresas financeiras e as não financeiras dos ramos de seguros, previdência e capitalização a alíquota é de 15%. Para as demais empresas não financeiras, a alíquota de CSLL corresponde a 9%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos, são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020, suportados por estudo de capacidade de realização.

i) Investimentos, imobilizado de uso e intangível

<u>Investimentos</u>: os investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada, controlada em conjunto ou coligada.

Os fluxos de caixa referentes aos dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos são apresentados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa, sendo classificados de maneira consistente, de período a período, como decorrentes de atividades de investimento.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, as empresas controladas são consolidadas integralmente e as empresas coligadas e controladas em conjunto são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

<u>Imobilizado de uso</u>: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo. A depreciação do imobilizado de uso é contabilizada em Outras Despesas Administrativas.

<u>Intangível</u>: o ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pelo Banco, destinados à manutenção ou exercidos com essa finalidade.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível quando: for separável, ou seja, puder ser separado da empresa e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da empresa ou de outros direitos e obrigações.

Os ágios por expectativa de rentabilidade futura são amortizados, em contrapartida ao resultado do período, de acordo com as projeções de resultado anual constantes nos estudos econômico-financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios, e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

Os demais ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos desembolsos para aquisição de direitos para prestação de serviços bancários (direitos de gestão de folhas de pagamento), amortizados de acordo com os prazos dos contratos; e softwares, amortizados pelo método linear pelo prazo de vida útil a partir da data da sua disponibilidade para uso. Os ativos intangíveis são ajustados por perda por desvalorização (impairment), quando aplicável. A amortização dos ativos intangíveis é contabilizada em Outras despesas administrativas.

j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados para verificar se há alguma indicação de que possam ter sofrido desvalorização, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Havendo indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre o seu valor justo, menos os custos para vendê-lo, e o seu valor em uso.

Se o valor contábil do ativo for maior que o seu valor recuperável, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização (impairment), reconhecida na Demonstração do resultado.

^{2 -} Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.



Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Imobilizado de uso

Terrenos e edificações – na apuração do valor recuperável de terrenos e edificações, são utilizados dados de índices de mercado, testes estatísticos com base em dados de vendas de imóveis próprios e avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Equipamentos de processamento de dados – na apuração do valor recuperável dos equipamentos de processamento de dados relevantes, são considerados os valores praticados no mercado para bens semelhantes, substitutos ou análogos, valendo-se de fontes internas ou externas. Na impossibilidade de obtenção de dados confiáveis para estimação do preço de mercado, o Banco avalia se os benefícios futuros esperados pelo uso desses ativos ainda justificam a sua ativação pelo valor recuperável, qualificando as informações que justificam essa análise.

Outros itens do imobilizado – embora sejam sujeitos à análise de indicativo de perda, os demais bens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor ou estão integralmente depreciados e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco controla esses bens por meio de cadastro sistematizado e realiza inventário anualmente, onde os bens perdidos ou deteriorados são baixados na contabilidade.

Intangível

Direitos de gestão de folhas de pagamento – o modelo de avaliação do valor recuperável dos direitos de gestão de folhas de pagamento está relacionado ao acompanhamento da performance dos contratos, calculada a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem à performance observada. Para os contratos que não atingem a performance esperada, é reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável.

Softwares – os softwares, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos softwares consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um software entra em desuso, seu valor é baixado na contabilidade.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

Investimentos e ágio na aquisição de investimentos

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos e dos ágios por expectativa de rentabilidade futura consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em (i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; (ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e (iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM.

k) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CVM nº 110/2022 e pela Resolução CMN nº 4.877/2020. As avaliações são realizadas no mínimo semestralmente, podendo ser em periodicidade inferior quando aplicável.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem substancialmente na entidade patrocinadora. Assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.



O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1), sendo que:

- o custo do serviço corrente e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes, no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. E, conforme previsão normativa, esses efeitos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido não devem ser reclassificados para o resultado em períodos subsequentes.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

l) Depósitos e captações no mercado aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes

O Banco constitui provisões quando as condições mostram que:

- (i) o Banco possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de eventos passados;
- (ii) for provável que uma saída de benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; e
- (iii) o valor da obrigação pode ser apurado com segurança.

As provisões são constituídas com base na melhor estimativa de perdas prováveis.

O Banco monitora de forma contínua os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas:

- (i) sua natureza e complexidade;
- (ii) o andamento dos processos;
- (iii) a opinião dos advogados do Banco; e
- (iv) a experiência do Banco com processos similares.

Ao determinar se uma perda é provável, o Banco considera:

- (i) a probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorreram antes ou na data do balanço, mas que foram identificadas após aquela data, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis; e
- (ii) a necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrem após a data do balanço, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

n) Despesas associadas a captações de recursos

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com a fluência do prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

o) Ativos mantidos para venda

Investimentos mantidos para venda

Referem-se aos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto que o Banco espera realizá-los pela sua venda, estejam disponíveis para venda imediata e sua alienação seja altamente provável. A partir do momento em que o Banco decide vendê-los, esses ativos são mensurados pelo menor valor entre:

- (i) o valor contábil líquido, deduzidas as provisões para perdas por redução ao valor recuperável; e
- (ii) o valor justo, avaliado conforme regulamentação específica, líquido de despesas de venda.



A eventual diferença entre o valor contábil líquido do ativo e o valor justo líquido de despesas de venda é reconhecida no resultado do período.

Ativos não financeiros mantidos para venda

São aqueles não abrangidos no conceito de ativo financeiro, conforme regulamentação específica. Referem-se principalmente aos imóveis não de uso recebidos em liquidação de operações de créditos de difícil ou duvidosa solução.

São reconhecidos inicialmente nas adequadas rubricas contábeis, conforme o prazo esperado de venda, na data do seu recebimento pelo Banco, sendo avaliados pelo menor valor entre:

- (i) o valor contábil bruto da respectiva operação de crédito de difícil ou duvidosa solução; e
- (ii) o valor justo do bem, avaliado conforme regulamentação específica, líquido de despesas de venda.

A eventual diferença entre o valor contábil do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução, líquido de provisões, e o valor justo é reconhecida no resultado do período

p) Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pro rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata die.

q) Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação é realizado de duas formas: (i) lucro por ação básico e (ii) lucro por ação diluído. O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação em cada um dos períodos apresentados.

O cálculo do lucro por ação diluído é efetuado mediante divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada das ações ordinárias em circulação, ajustada para refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras.

r) Conversão de operações em moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para todas as entidades do Grupo (exceto para o Banco do Brasil Americas e o Banco Patagonia).

As demonstrações contábeis das agências e controladas no exterior seguem os critérios contábeis vigentes no Brasil e são convertidas para o Real, preliminarmente à aplicação do método de equivalência patrimonial, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.817/2020.

As investidas no exterior que possuem o Real como a moeda funcional tem suas demonstrações contábeis convertidas com base nos saldos diários de cada subtítulo contábil, considerando a variação diária da taxa de câmbio, e seus efeitos são reconhecidos em contrapartida ao resultado da investida.

Para as investidas no exterior que possuem moeda funcional diferente do Real, os ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do respectivo balancete ou balanço e as receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média do período, e seus efeitos são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, no Patrimônio Líquido da investidora.

s) Resultados não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. As informações do resultado recorrente e não recorrente constam da Nota 31.



4 – Principais julgamentos e estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre essas demonstrações. Desse modo, requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados pelo Banco poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam, de forma adequada, a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo. As aplicações mais relevantes do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem em:

a) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando da impossibilidade de atribuição do valor justo de ativos e passivos financeiros por meio de derivações de preço de um mercado ativo, esse é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são provenientes de dados observáveis no mercado, sempre que disponíveis. Caso não existam informações suficientes para a aplicação dos critérios mencionados, são adotados outros parâmetros técnicos e julgamentais, devidamente aprovados na Governança de Riscos da Organização.

As metodologias utilizadas na avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros constam na Nota 30.a.

b) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito da carteira de crédito

A carteira de crédito é classificada de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco. Para tanto, leva-se em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco (rating), sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal. Para as operações anormais com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis de risco, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

A provisão para perdas é constituída ou revertida de acordo com os níveis de risco estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, considerando-se os níveis de risco atribuídos às operações.

A provisão é considerada suficiente pela Administração e atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

c) Perda permanente de títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são objeto de avaliação periódica pelo Fórum de Avaliação de Perda Permanente, colegiado responsável por identificar ativos problemáticos, nos termos da Resolução CMN nº 4.557/2017, propor a marcação de novos ativos problemáticos, avaliar a necessidade do ativo ser submetido à avaliação de redução ao valor recuperável e o impacto de eventual perda no âmbito do Conglomerado.

Caracteriza-se um ativo problemático quando houver pendência de liquidação há mais de noventa dias ou existirem indicativos de que o ativo não será realizado sem que seja necessário recorrer a garantias e colaterais. Constituem indicativos de que o ativo não será realizado quando o Banco considera que o devedor já não possui capacidade financeira para honrar sua obrigação, se o Banco reconhece contabilmente deterioração significativa da qualidade do crédito do devedor, se a operação é objeto de renegociação que implique concessão de vantagens ao devedor em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou de seus mitigadores (reestruturação de dívida), se o Banco pede a falência ou outra atitude similar em relação ao devedor, ou se o devedor solicita qualquer tipo de medida judicial que limite, atrase ou impeça o cumprimento de suas obrigações nas condições pactuadas.

Os ativos problemáticos podem ser revertidos à condição de ativos em curso normal desde que exista evidência de que o devedor retomou sua capacidade de honrar suas obrigações nas condições pactuadas. Para tanto, é analisado se o devedor não é responsável por qualquer pendência em atraso há mais de noventa dias, se o ativo já não atende aos critérios de caracterização de ativos problemáticos, se ocorreram pagamentos contínuos e efetivos em período não inferior a 3 meses e se a situação financeira do devedor melhorou de tal modo que a realização do ativo seja provável.



d) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: (i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e (ii) o seu valor em uso.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, o Banco testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos, no mínimo anualmente, sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização.

A determinação do valor recuperável na avaliação de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros requer que a Administração exerça julgamentos e adote premissas. Essas estimativas são baseadas em preços cotados no mercado, cálculos de valor presente ou outras técnicas de precificação, ou uma combinação de várias técnicas.

e) Impostos sobre os lucros

As receitas geradas pelo Banco estão sujeitas ao pagamento de impostos nas diversas jurisdições onde são desenvolvidas suas atividades operacionais. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas podem resultar num valor diferente de impostos sobre os lucros reconhecidos no período.

As autoridades fiscais podem rever os procedimentos adotados pelo Banco e pelas suas subsidiárias no prazo de cinco anos, contados a partir da data em que os tributos são considerados devidos. Desta forma, há a possibilidade dessas autoridades fiscais questionarem procedimentos adotados pelo Banco, principalmente aqueles decorrentes de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, a Administração acredita que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registrados nestas demonstrações contábeis.

f) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar, sendo reconhecidos contabilmente quando o Banco possuir expectativa de que gerará lucro tributável nos exercícios subsequentes, em montantes suficientes para compensar referidos valores. A realização esperada do crédito tributário do Banco é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos, em linha com a legislação fiscal atual.

As estimativas consideradas pelo Banco para o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são obtidas em função das expectativas atuais e das projeções de eventos e tendências futuras. As principais premissas identificadas pelo Banco que podem afetar essas estimativas estão relacionadas a fatores, como:

- (i) variações nos valores depositados, na inadimplência e na base de clientes;
- (ii) mudanças na regulamentação governamental que afetem questões fiscais;
- (iii) alterações nas taxas de juros;
- (iv) mudanças nos índices de inflação;
- (v) processos ou disputas judiciais adversas;
- (vi) riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e de investimento;
- (vii) mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
- (viii) mudanças nas condições econômicas internas e externas.



g) Pensões e outros benefícios a empregados

O Banco patrocina planos de previdência na forma de planos de contribuição definida e planos de benefício definido, contabilizados de acordo com o CPC 33 (R1). A avaliação atuarial depende de uma série de premissas, entre as quais se destacam:

- (i) taxas de juros assumidas;
- (ii) tábuas de mortalidade;
- (iii) índice anual aplicado à revisão de aposentadorias;
- (iv) índice de inflação de preços;
- (v) índice anual de reajustes salariais; e
- (vi) método usado para calcular os compromissos relativos a direitos adquiridos dos funcionários ativos.

Alterações nesses pressupostos podem ter um impacto significativo sobre os valores determinados.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

<u>Método massificado</u>: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor individualmente não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível ou trabalhista (exceto processos de natureza trabalhista movidos por sindicatos da categoria e todos os processos classificados como estratégicos) com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos, de até R\$ 1 milhão. O método massificado contempla todos os processos, independentemente da avaliação realizada pelos assessores jurídicos.

<u>Método individualizado</u>: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes de mensuração individualizada classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.



5 – Aquisições, vendas e reestruturações societárias

a) Constituição da Broto

Em 04/01/2023, conforme Assembleia Geral realizada na mesma data pelo Banco e a Brasilseg Companhia de Seguros S.A. (Brasilseg), sociedade coligada indireta por meio da BB Seguridade Participações S.A., foi aprovada a constituição da Broto S.A. (Broto), após a obtenção das autorizações regulatórias do Bacen, Sest e Cade. A Broto passou a conduzir os negócios da Plataforma Digital Broto (Plataforma Broto), que atua na cadeia produtiva do agronegócio, anteriormente, desenvolvida pela Brasilseg.

O Banco possui 100% das ações preferenciais sem direito a voto, que equivalem a 50% do capital total da Broto, e a Brasilseg, 100% das ações ordinárias, completando 100% do capital daquela. Pela participação de 50% no capital social total da nova empresa, coube à Brasilseg o aporte de parcela em caixa e outra parte por meio da transferência de bens, direitos e ativos que estavam associados à Plataforma Broto, anteriormente detidos pela Seguradora, totalizando um investimento de R\$ 31,2 milhões. Esse mesmo valor foi aportado pelo Banco para subscrever e integralizar as ações correspondentes aos outros 50% do capital social total da nova empresa.

Os documentos societários preveem a outorga, pela Brasilseg, de opção de compra ao Banco sobre a totalidade das ações de sua titularidade na Broto, exercível mediante pagamento da totalidade do montante aportado pela Seguradora na Broto, corrigido pelo CDI acumulado no período, no prazo de até 12 meses, contados da data de assinatura do acordo de acionistas, prorrogáveis por igual período.

A partir da sua constituição, o valor do investimento foi reconhecido inicialmente ao custo e posteriormente mensurado pelo método de equivalência patrimonial.



6 - Informações por segmento

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pelo Conselho Diretor na avaliação de desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se ainda o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços. Essas informações são preparadas com base em relatórios internos de gestão (Consolidado Gerencial), os quais são revisados regularmente pela Administração.

As operações do Banco são substancialmente realizadas no país e estão divididas basicamente em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de atividades econômicas tais como consórcios e outros serviços, que foram agregadas em Outros segmentos.

A mensuração do resultado gerencial e do patrimônio gerencial por segmentos leva em conta todas as receitas e despesas bem como todos os ativos e passivos apurados pelas empresas controladas (Nota 2). Não há receitas ou despesas nem ativos ou passivos comuns alocados entre os segmentos por qualquer critério de distribuição.

As transações entre segmentos são eliminadas na coluna Eliminações intersegmentos e são realizadas em condições e taxas compatíveis com os praticados com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco não possui cliente que seja responsável por mais de 10% da receita líquida total da instituição.

a) Segmento bancário

Resultado obtido preponderantemente no Brasil em grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição situados no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo, realizados por meio de rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal, realizados por intermédio de correspondentes bancários.

b) Segmento de investimentos

Nesse segmento, são realizados negócios no mercado de capitais doméstico, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas no mercado primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

O resultado da intermediação financeira do segmento é obtido por meio de receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As participações acionárias existentes estão concentradas nas empresas coligadas e controladas em conjunto. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de underwriting de renda fixa e variável.

c) Segmento de gestão de recursos

Composto essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda, e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de seguros, previdência e capitalização

Nesse segmento, são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e títulos de capitalização.

O resultado advém principalmente das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.



e) Segmento de meios de pagamento

Composto pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico.

As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários pela prestação dos serviços descritos no parágrafo anterior, além das rendas de aluguel, instalação e manutenção de terminais eletrônicos.

f) Outros segmentos

Compreende os segmentos de consórcios e outros serviços, que foram agregados por não serem individualmente representativos.

Suas receitas são oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática.

g) Informações sobre clientes externos por região geográfica

	Exercício	o/2024	Exercíci	0/2023
	Brasil	Exterior	Brasil	Exterior
Receitas com clientes externos	323.834.379	23.149.237	297.844.247	24.595.735
Receitas da intermediação financeira	270.094.724	21.264.452	246.585.172	22.640.167
Resultado da carteira de crédito	153.087.801	7.885.564	134.945.914	3.121.693
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	46.279.894	4.578.963	56.389.468	5.744.804
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	61.609.137	7.887.899	47.865.437	11.662.254
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	3.588.520	865.762	(709.585)	(409.839)
Resultado das aplicações compulsórias	7.023.946		7.393.870	
Resultado de outros ativos financeiros	(1.494.574)	46.264	700.068	2.521.255
Outras receitas	53.739.655	1.884.785	51.259.075	1.955.568
Receitas de prestação de serviços	34.123.720	1.353.472	32.289.516	1.541.682
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	7.788.697		7.324.885	
Demais receitas	11.827.238	531.313	11.644.674	413.886
Ativo não-circulante¹	43.647.235	149.384	41.863.845	91.023

^{1 -} Exceto instrumentos financeiros, impostos diferidos ativos e ativos de benefício pós-emprego.

As receitas auferidas no exterior foram originadas principalmente em operações realizadas pelas dependências localizadas na América do Sul.



h) Informações gerenciais por segmento reconciliadas com o contábil

				Exercício	0/2024			
				Informações Gerend	ciais por Segmento			
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros segmentos	Eliminações Intersegmentos	Consolidado
Receitas da intermediação financeira	290.570.438	973.898	306.076	175.948	(5)	683.168	(1.350.347)	291.359.176
Resultado da carteira de crédito	160.988.864						(15.499)	160.973.365
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	51.249.440	962	265.375			677.928	(1.334.848)	50.858.857
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	68.543.222	732.458	40.192	175.948	(5)	5.221		69.497.036
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	4.213.785	240.478				19		4.454.282
Resultado das aplicações compulsórias	7.023.946							7.023.946
Resultado de outros ativos financeiros	(1.448.819)		509					(1.448.310)
Despesas da intermediação financeira	(183.825.210)	(390.621)				(795.399)	2.300.707	(182.710.523
Recursos de instituições financeiras	(98.539.257)	(390.621)				(175.577)	2.300.707	(96.629.171
Recursos de dientes	(57.112.338)	(370.021)					2.500.707	(57.112.338)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(24.777.861)					(795.399)		(25.573.260)
Outras despesas de captação	(3.395.754)					(793.399)		(3.395.754)
Outras despesas de captação	(3.395.754)							(3.395.734)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(41.888.847)	(21.735)	164			58.661		(41.851.757)
Carteira de crédito	(41.422.087)							(41.422.087)
Outros ativos financeiros	(466.760)	(21.735)	164			58.661		(429.670
Outras receitas	34.877.119	768.088	3.697.616	11.336.889	2.219.524	6.617.106	(3.891.902)	55.624.440
	22.483.481	522.439	3.687.329	5.531.463	44.892	4.990.888	(1.783.300)	35.477.192
Receitas de prestação de serviços						4.990.888		
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	952.847	51.299		5.282.941	1.501.610		(2.422.422)	7.788.697
Demais receitas	11.440.791	194.350	10.287	522.485	673.022	1.626.218	(2.108.602)	12.358.551
Outras despesas	(60.882.079)	(208.930)	(643.203)	(1.110.489)	(115.828)	(3.643.695)	2.941.542	(63.662.682)
Despesas de pessoal	(23.520.940)	(38.140)	(154.385)	(89.095)	(4.503)	(520.121)	6.230	(24.320.954)
Outras despesas administrativas	(11.540.248)	(47.083)	(103.340)	(180.108)	(1.122)	(535.513)	1.775.182	(10.632.232)
Amortização	(2.464.495)			(904)		(3.866)		(2.469.265)
Depreciação	(1.414.555)			(12)		(40.342)		(1.454.909)
Despesas tributárias	(6.633.770)	(82.726)	(259.731)	(671.982)	(53.205)	(761.387)		(8.462.801)
Demais despesas	(15.308.071)	(40.981)	(125.747)	(168.388)	(56.998)	(1.782.466)	1.160.130	(16.322.521)
Provisões	(11.604.329)	(116.068)	15.979	(21.629)	(56)	(27.419)		(11.753.522)
Cíveis, fiscais e trabalhistas	(11.551.873)	(116.068)	15.979	(21.629)	(56)	(27.419)		(11.701.066
Outras	(52.456)	(110.000)		(21.025)				(52.456)
Resultado antes dos tributos e participações	27.247.092	1.004.632	3.376.632	10.380.719	2.103.635	2.892.422		47.005.132
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.269.780	(425.964)	(1.336.594)	(1.707.636)	(236.099)	(935.105)		(3.371.618)
Participação de empregados e administradores no lucro	(4.520.488)	(949)	(3.386)	(570)		(11.947)		(4.537.340)
Participação dos não controladores	(858.116)			(2.767.821)		(30.347)		(3.656.284)
Lucro líquido	23.138.268	577.719	2.036.652	5.904.692	1.867.536	1.915.023		35.439.890
Saldos patrimoniais								
Aplicações interfinanceiras de liquidez	401.348.819	97.121	3.452.632	7.784.573	4.516.251	8.997.682	(26.399.845)	399.797.233
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	590.151.296	1.387.267	106.612	1.787.794	510	990.343	(920.632)	593.503.190
Carteira de crédito líquida de provisões	1.038.149.653						(196.966)	1.037.952.687
Investimentos	27.469.620	1.092.466		7.978.239	5.335.994		(20.916.041)	20.960.278
Demais Ativos	379.174.073	1.340.202	518.555	3.301.492	1.969.283	9.718.771	(14.367.433)	381.654.943
Total do ativo	2.436.293.461	3.917.056	4.077.799	20.852.098	11.822.038	19.706.796	(62.800.917)	2.433.868.331
Passivo	2.248.580.735	3.101.786	2.648.004	11.739.205	2.024.764	15.883.211	(40.182.122)	2.243.795.583
Recursos de clientes	873.801.862	3.101.766	2.648.004	11.739.205	2.024.764	13.663.211	(91.171)	2.243.793.363 873.710.691
Recursos de instituições financeiras	748.457.111	1.966.887				196.966	(26.596.637)	724.024.327
Recursos de instituições financeiras Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	748.457.111 314.501.879	1.966.887				11.063.365	(26.596.637)	724.024.327 325.565.244
			20.000		775			
Provisões	31.289.788	118.253	29.688	53.920	335	413.142	(15.649)	31.889.477
Demais Passivos	280.530.095	1.016.646	2.618.316	11.685.285	2.024.429	4.209.738	(13.478.665)	288.605.844
Patrimônio líquido	187.712.726 2.436.293.461	815.270 3.917.056	1.429.795 4.077.799	9.112.893 20.852.098	9.797.274 11.822.038	3.823.585 19.706.796	(22.618.795) (62.800.917)	190.072.748 2.433.868.331



				Exercício	0/2023			
				Informações Gereno				
				Seguros, previdência e	lais poi segmento		Eliminações	
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	capitalização	Meios de Pagamento	Outros segmentos	Intersegmentos	Consolidado
Receitas da intermediação financeira	267.934.307	1.191.365	342.765	152.767	461.342	597.948	(1.455.155)	269.225.339
Resultado da carteira de crédito	138.085.605						(17.998)	138.067.607
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	62.756.536	410	214.386			600.097	(1.437.157)	62.134.272
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	57.393.140	1.394.236	128.375	152.767	461.342	(2.169)		59.527.691
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(916.327)	(203.281)	120,575	152.707	101.512	184		(1.119.424
Resultado das aplicações compulsórias	7.393.870	(203.201)						7.393.870
Resultado das apticações computsorias Resultado de outros ativos financeiros	3.221.483		4			(164)		3.221.323
Resultado de outros ativos financeiros	3.221.483		4			(164)		3.221.323
Despesas da intermediação financeira	(171.753.936)	(637.306)				(693.260)	2.216.859	(170.867.643
Recursos de instituições financeiras	(79.903.058)	(637.306)					2.216.859	(78.323.505
Recursos de clientes	(66.276.448)							(66.276.448)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(24.331.976)					(693.260)		(25.025.236)
Outras despesas de captação	(1.242.454)					(093.200)		(1.242.454
Outras despesas de captação	(1.242.454)							(1.242.454,
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(32.584.112)	(19.199)			(644)	(46.917)		(32.650.872)
Carteira de crédito	(32.220.511)							(32.220.511)
Outros ativos financeiros	(363.601)	(19.199)			(644)	(46.917)		(430.361
Outras receitas	34.221.817	590.642	3.330.385	10.454.744	2.323.871	5.741.103	(3.447.919)	53.214.643
Receitas de prestação de serviços	22.470.816	412.093	3.319.690	5.013.826	46.054	4.118.016	(1.549.297)	33.831.198
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	598.704	35.705		4.895.045	1.795.431			7.324.885
Demais receitas	11.152.297	142.844	10.695	545.873	482.386	1.623.087	(1.898.622)	12.058.560
Outras despesas	(58.223.676)	(194.537)	(575.346)	(1.071.157)	(166.901)	(3.039.962)	2.686.215	(60.585.364)
Despesas de pessoal	(22.415.305)	(30.400)	(147.898)	(83.518)	(6.288)	(460.677)	6.203	(23.137.883)
Outras despesas administrativas	(11.049.903)	(40.059)	(91.134)	(163.141)	(1.175)	(420.227)	1.574.315	(10.191.324)
Amortização	(2.359.248)			(850)		(4.107)		(2.364.205)
Depreciação	(1.588.026)			(20)		(43.908)		(1.631.954)
Despesas tributárias	(7.011.779)	(70.531)	(242.027)	(612.911)	(75.071)	(592.257)		(8.604.576)
Demais despesas	(13.799.415)	(53.547)	(94.287)	(210.717)	(84.367)	(1.518.786)	1.105.697	(14.655.422)
Provisões	(9.381.205)	(28)	(1.307)	(16.212)	(191)	(46.566)		(9.445.509)
Cíveis, fiscais e trabalhistas	(8.313.045)	(28)	(1.307)	(16.212)	(191)	(45.958)		(8.376.741)
Outras	(1.068.160)					(608)		(1.068.768)
Desirable desira	70.047.405	930.937	3.096.497	9.520.142	0 (47 477	2.512.346		48.890.594
Resultado antes dos tributos e participações	30.213.195				2.617.477			
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.653.804)	(394.479)	(1.213.779)	(1.546.111)	(345.846)	(801.738)		(6.955.757)
Participação de empregados e administradores no lucro	(4.313.776)		(2.672)	(2.605)		(8.974)		(4.328.027)
Participação dos não controladores	(1.103.427)			(2.665.585)		(18.847)		(3.787.859)
Lucro líquido	22.142.188	536.458	1.880.046	5.305.841	2.271.631	1.682.787		33.818.951
Saldos patrimoniais								
Aplicações interfinanceiras de liquidez	435.971.878	3.067	2.345.119	4.747.084	5.997.921	6.978.204	(23.882.283)	432,160,990
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	453.971.876	3.947.437	1.038.545	1.607.391	5.997.921	631.604	(1.026.325)	468.967.959
		3.947.437	1.038.545	1.607.391	514	031.004		
Carteira de crédito líquida de provisões	919.533.653						(111.914)	919.421.739
Investimentos	26.790.053	1.019.312		8.467.509	5.223.258	18	(20.418.354)	21.081.796
Demais Ativos	329.644.413	1.132.735	332.604	2.711.271	842.130	8.375.101	(12.190.755)	330.847.499
Total do ativo	2.174.708.790	6.102.551	3.716.268	17.533.255	12.063.823	15.984.927	(57.629.631)	2.172.479.983
Passivo	2.004.064.825	5.228.560	2.285.764	8.315.482	2.452.790	12.522.787	(35.466.311)	1.999.403.897
Recursos de clientes	812.054.638						(110.835)	811.943.803
Recursos de instituições financeiras	671.032.981	4.037.345				111.914	(23.991.516)	651.190.724
		4.037.345						
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	275.147.259					9.009.048		284.156.307
Provisões	26.288.513	821	46.010	34.484	244	383.906	(5.499)	26.748.479
Demais Passivos	219.541.434	1.190.394	2.239.754	8.280.998	2.452.546	3.017.919	(11.358.461)	225.364.584
Patrimônio líquido	170.643.965	873.991	1.430.504	9.217.773	9.611.033	3.462.140	(22.163.320)	173.076.086
Total do passivo e patrimônio líquido	2.174.708.790	6.102.551	3.716.268	17.533.255	12.063.823	15.984.927	(57.629.631)	2.172.479.983



7 – Caixa e equivalentes de caixa

	Banco <i>N</i>	Múltiplo	Conso	lidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	17.188.125	14.022.703	20.079.736	17.327.745
Disponibilidades em moeda nacional	10.471.982	9.834.960	10.475.377	9.894.579
Disponibilidades em moeda estrangeira	6.716.143	4.187.743	9.604.359	7.433.166
Depósitos no Banco Central do Brasil		1.999.999		1.999.999
Aplicações voluntárias no Banco Central		1.999.999		1.999.999
Aplicações interfinanceiras de liquidez ¹	63.962.204	44.154.995	63.087.507	37.672.070
Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar - posição bancada			14.609	6.457.559
Aplicações em depósitos interfinanceiros	63.962.204	42.398.623	63.072.898	29.458.139
Aplicações em moeda estrangeira		1.756.372		1.756.372
Total	81.150.329	60.177.697	83.167.243	56.999.814

^{1 -} Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.



8 - Depósitos no Banco Central do Brasil

a) Composição

	Banco <i>N</i>	Iúltiplo	Consol	idado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos de poupança	43.201.622	40.905.905	43.201.622	40.905.905
Depósitos à vista	21.795.371	6.999.866	21.795.371	6.999.866
Depósitos a prazo	44.691.381	35.616.486	44.691.381	35.616.486
Conta de pagamento instantâneo	5.791.626	15.946.221	5.791.626	15.946.221
Depósitos de moeda eletrônica	214.923	260.638	214.923	260.638
Recursos de microfinanças	2.666	76.785	2.666	76.785
Aplicações voluntárias no Banco Central		1.999.999		1.999.999
Ativo circulante	115.697.589	101.805.900	115.697.589	101.805.900
Ativo não circulante				
Total	115.697.589	101.805.900	115.697.589	101.805.900

b) Resultado das aplicações compulsórias

	В	anco Múltiplo		Consolidado			
	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023	
Depósitos de poupança	1.500.617	2.904.157	3.137.989	1.500.617	2.904.157	3.137.989	
Exigibilidade sobre recursos a prazo	2.228.423	4.119.789	4.255.881	2.228.423	4.119.789	4.255.881	
Total	3.729.040	7.023.946	7.393.870	3.729.040	7.023.946	7.393.870	



9 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Composição

	Banco Mú	ltiplo	Consol	idado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações no mercado aberto	321.972.040	387.601.515	322.190.775	393.782.839
Revendas a liquidar - posição bancada		88.408.902	218.735	95.066.521
Letras Financeiras do Tesouro				3.099
Letras do Tesouro Nacional		45.124.763		45.467.277
Notas do Tesouro Nacional		43.284.139		43.417.921
Outros títulos			218.735	6.178.224
Revendas a liquidar - posição financiada	321.972.040	299.192.613	321.972.040	298.716.318
Notas do Tesouro Nacional	198.315.177	273.346.620	198.315.177	273.212.838
Letras Financeiras do Tesouro	60.203.375		60.203.375	
Letras do Tesouro Nacional	62.007.710	25.128.176	62.007.710	24.785.663
Outros títulos	1.445.778	717.817	1.445.778	717.817
Aplicações em depósitos interfinanceiros ¹	75.526.509	96.931.088	77.606.458	38.378.151
Total	397.498.549	484.532.603	399.797.233	432.160.990
Ativo circulante	394.227.791	447.791.719	396.697.932	428.963.795
Ativo não circulante	3.270.758	36.740.884	3.099.301	3.197.195

^{1 -} Inclui no Consolidado, o montante de R\$ 5.412.289 mil (R\$ 2.632.274 mil em 31/12/2023) referente a aplicações no exterior determinadas pelas autoridades monetárias locais.

b) Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

		Banco Múltiplo		Consolidado			
	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023	
Rendas de aplicações no mercado aberto	22.897.096	44.896.739	55.373.952	22.974.470	46.573.973	59.021.982	
Posição financiada	22.861.856	44.841.057	55.281.685	22.861.856	44.841.057	55.281.685	
Posição bancada	35.240	55.682	92.267	112.614	1.732.916	3.740.297	
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	2.360.585	6.327.419	8.185.967	2.262.576	4.284.884	3.112.290	
Total	25.257.681	51.224.158	63.559.919	25.237.046	50.858.857	62.134.272	



10 – Títulos e valores mobiliários

- a) Carteira de títulos e valores mobiliários por categoria de classificação, montante, tipo de papel e faixas de vencimento:
- a.1) Resumo da carteira por categoria e prazo de realização

	Banco Múltiplo									
Categoria de Classificação		31/12/20	024		31/12/2023					
Categoria de Ctassificação	Circulante	Não circulante	Total	Participação na Carteira	Circulante	Não circulante	Total	Participação na Carteira		
1 - Títulos para negociação ¹	3.067.591		3.067.591	1%	5.727.346		5.727.346	1%		
2 - Títulos disponíveis para venda	20.212.421	452.228.549	472.440.970	85%	19.470.751	374.396.508	393.867.259	87%		
3 - Mantidos até o vencimento	24.090.731	55.230.051	79.320.782	14%	24.443.503	26.737.293	51.180.796	12%		
Valor contábil da carteira	47.370.743	507.458.600	554.829.343	100%	49.641.600	401.133.801	450.775.401	100%		
Marcação a mercado da categoria 3	(57.632)	(1.240.411)	(1.298.043)		116.888	(283.114)	(166.226)			
Valor de mercado da carteira	47.313.111	506.218.189	553.531.300		49.758.488	400.850.687	450.609.175			

^{1 -} Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento, conforme Circular Bacen nº 3.068/2001.



a.2) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

					Banco <i>N</i>	1últiplo				
				31/12/2024					31/12/2023	
Vencimento em Dias		Valor de <i>I</i>	Mercado			Total		Total		
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado
1 - Títulos para negociação	19.654	181.175	107.774	2.758.988	3.118.599	3.067.591	(51.008)	5.699.346	5.727.346	28.000
Títulos públicos	19.520	181.103	107.761	2.319.395	2.661.793	2.627.779	(34.014)	4.867.521	4.895.318	27.797
Letras Financeiras do Tesouro		5.426	13.366	871.187	889.879	889.979	100	1.869.562	1.870.135	573
Letras do Tesouro Nacional	15.018	69.911	94.395	315.994	504.282	495.318	(8.964)	934.699	940.490	5.791
Notas do Tesouro Nacional	4.502	105.766		1.132.214	1.267.632	1.242.482	(25.150)	2.063.260	2.084.693	21.433
Títulos privados	134	72	13	439.593	456.806	439.812	(16.994)	831.825	832.028	203
Debêntures			12	322.787	328.708	322.799	(5.909)	459.642	459.084	(558)
Cotas de fundos de investimento	134				1	134	133	1	85	84
Certificados de Recebíveis Imobiliários				38.104	42.132	38.104	(4.028)	105.542	106.602	1.060
Certificados de Recebíveis do Agronegócio		72	1	78.702	85.965	78.775	(7.190)	266.640	266.257	(383)
2 - Títulos disponíveis para venda	1.662.538	6.737.297	11.812.586	452.228.549	481.128.850	472.440.970	(8.687.880)	396,284,088	393.867.259	(2.416.829)
Títulos públicos	160.631	1.282.835	11.244.166	390.781.316	411.683.711	403.468.948	(8.214.763)	342.369.095	341.590.798	(778.297)
Letras Financeiras do Tesouro		300.242	7.672.069	326.451.657	334.074.835	334.423.968	349.133	293.578.439	293.743.349	164.910
Letras do Tesouro Nacional			3.469.678	22.180.620	27.574.206	25.650.298	(1.923.908)	11.616.904	11.670.952	54.048
Notas do Tesouro Nacional				26.330.013	31.036.516	26.330.013	(4.706.503)	23.411.943	23.328.403	(83.540)
Títulos da Dívida Agrária								36	15	(21)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	25.264	695.696		11.832.435	14.344.635	12.553.395	(1.791.240)	10.155.195	9.343.182	(812.013)
Títulos de Governos Estrangeiros	135.367	286.890	102.419	3.936.288	4.599.884	4.460.964	(138.920)	3.564.294	3.463.744	(100.550)
Outros		7		50.303	53.635	50.310	(3.325)	42.284	41.153	(1.131)
Títulos privados	1.501.907	5.454.462	568.420	61.447.233	69.445.139	68.972.022	(473.117)	53.914.993	52.276.461	(1.638.532)
Debêntures		554.903	412.006	51.395.171	52.556.514	52.362.080	(194.434)	41.826.417	40.545.181	(1.281.236)
Notas Promissórias		163.816		5.308.419	5.483.898	5.472.235	(11.663)	4.927.521	4.799.441	(128.080)
Cotas de fundos de investimento	203.828	823.980		649.740	1.782.432	1.677.548	(104.884)	1.937.774	1.855.043	(82.731)
Ações	231.531				117.388	231.531	114.143	92.591	130.247	37.656
Certificados de Depósito Bancário	731.469	3.911.763			4.596.899	4.643.232	46.333	1.212.249	1.235.548	23.299
Eurobonds	335.079		156.414	3.544.747	4.347.415	4.036.240	(311.175)	3.752.074	3.541.851	(210.223)
Certificados de Recebíveis Imobiliários				47.325	44.610	47.325	2.715	65.193	66.174	981
Certificados de Recebíveis do Agronegócio				501.831	515.983	501.831	(14.152)	101.174	102.976	1.802



					Banco <i>M</i>	\últiplo					
				31/12/2024					31/12/2023		
Vencimento em Dias	Valor de Mercado					Total			Total		
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado	
3 - Mantidos até o vencimento	1.718.235	11.328.904	10.985.960	53.989.640	79.320.782	78.022.739	(1.298.043)	51.180.796	51.014.570	(166.226)	
Títulos públicos				2.824.779	2.951.973	2.824.779	(127.194)	9.485.201	9.524.001	38.800	
Letras do Tesouro Nacional				1.184.781	1.301.765	1.184.781	(116.984)	7.058.959	7.054.682	(4.277)	
Títulos da Dívida Externa Brasileira				1.639.998	1.650.208	1.639.998	(10.210)	2.426.242	2.469.319	43.077	
Títulos privados	1.718.235	11.328.904	10.985.960	51.164.861	76.368.809	75.197.960	(1.170.849)	41.695.595	41.490.569	(205.026)	
Debêntures		58.722	196.255	8.720.598	10.984.365	8.975.575	(2.008.790)	6.456.096	5.962.616	(493.480)	
Cédulas de Produto Rural - Commodities	1.718.235	10.919.640	10.391.933	9.833.894	32.593.979	32.863.702	269.723	23.894.770	24.328.987	434.217	
Certificados de Depósito Bancário								196.609	199.647	3.038	
Eurobonds e assemelhados				22.785.953	22.182.113	22.785.953	603.840				
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio		22.983	71.380	7.465.573	7.602.197	7.559.936	(42.261)	11.148.117	10.999.317	(148.800)	
Certificados de Recebíveis Imobiliários				3	3	3		3	2	(1)	
Outros		327.559	326.392	2.358.840	3.006.152	3.012.791	6.639				
Total	3.400.427	18.247.376	22.906.320	508.977.177	563.568.231	553.531.300	(10.036.931)	453.164.230	450.609.175	(2.555.055)	

a.3) Composição da carteira por tipo e prazo de vencimento

					Banco <i>N</i>	1últiplo					
				31/12/2024				31/12/2023			
Vencimento em Dias		Valor de	Mercado			Total		Total			
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado	
Por Carteira	3.400.427	18.247.376	22.906.320	508.977.177	563.568.231	553.531.300	(10.036.931)	453.164.230	450.609.175	(2.555.055)	
Carteira própria	3.068.483	17.246.104	15.909.242	173.272.687	218.546.070	209.496.516	(9.049.554)	153.056.997	151.253.058	(1.803.939)	
Vinculados a compromissos de recompra	331.944	701.030	4.938.265	318.869.517	325.854.802	324.840.756	(1.014.046)	294.383.427	293.629.634	(753.793)	
Vinculados à prestação de garantias		300.242	2.058.813	16.834.973	19.167.359	19.194.028	26.669	5.723.806	5.726.483	2.677	



a.4) Resumo da carteira consolidada por categoria e prazo de realização

		Consolidado												
Categoria de Classificação		31/12/	/2024		31/12/2023									
categoria de classificação	Circulante	Não circulante	Total	Participação na Carteira	Circulante	Não circulante	Total	Participação na Carteira						
1 - Títulos para negociação ¹	6.161.376		6.161.376	1%	12.045.093		12.045.093	2%						
2 - Títulos disponíveis para venda	25.557.023	458.741.072	484.298.095	83%	22.912.893	378.683.966	401.596.859	86%						
3 - Mantidos até o vencimento	27.376.994	62.999.010	90.376.004	16%	25.982.096	27.370.225	53.352.321	12%						
Valor contábil da carteira	59.095.393	521.740.082	580.835.475	100%	60.940.082	406.054.191	466.994.273	100%						
Marcação a mercado da categoria 3	(120.966)	(1.882.050)	(2.003.016)		116.889	(283.114)	(166.225)							
Valor de mercado da carteira	58.974.427	519.858.032	578.832.459		61.056.971	405.771.077	466.828.048							

^{1 -} Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento, conforme Circular Bacen nº 3.068/2001.



a.5) Composição da carteira consolidada por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

					Consol	.idado					
				31/12/2024				31/12/2023			
Vencimento em Dias		Valor de 1	Mercado			Total			Total		
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado	
1 - Títulos para negociação	886.485	561.844	158.478	4.554.569	5.960.197	6.161.376	201.179	11.600.391	12.045.093	444.702	
Títulos públicos	93.742	561.060	158.465	2.864.980	3.498.191	3.678.247	180.056	7.063.774	7.399.824	336.050	
Letras Financeiras do Tesouro		6.575	13.366	1.170.843	1.189.913	1.190.784	871	3.671.131	3.825.564	154.433	
Letras do Tesouro Nacional	15.023	69.910	94.396	315.995	504.282	495.324	(8.958)	934.699	940.490	5.791	
Notas do Tesouro Nacional	4.502	105.766		1.132.214	1.267.632	1.242.482	(25.150)	2.063.260	2.084.693	21.433	
Títulos da Dívida Externa Brasileira		45.312		161.716	213.895	207.028	(6.867)	163.239	162.113	(1.126)	
Títulos de Governos Estrangeiros	74.217	333.497	50.703	84.212	322.469	542.629	220.160	231.445	386.964	155.519	
Títulos privados	792.743	784	13	1.689.589	2.462.006	2.483.129	21.123	4.536.617	4.645.269	108.652	
Debêntures			12	880.629	912.542	880.641	(31.901)	2.216.939	2.233.415	16.476	
Cotas de fundos de investimento	614.687				521.280	614.687	93.407	343.397	423.553	80.156	
Ações	87.995				87.885	87.995	110	62.318	62.351	33	
Certificados de Depósito Bancário	2.757				2.757	2.757					
Eurobonds	54.395	712		350.871	416.044	405.978	(10.066)	174.557	178.228	3.671	
Certificados de Recebíveis Imobiliários				309.440	328.630	309.440	(19.190)	705.105	687.834	(17.271)	
Certificados de Recebíveis do Agronegócio		72	1	148.649	159.959	148.722	(11.237)	1.034.301	1.059.888	25.587	
Outros	32.909				32.909	32.909					
2 - Títulos disponíveis para venda	3.290.443	7.688.763	14.577.817	458.741.072	492.946.296	484.298.095	(8.648.201)	403.866.978	401.596.859	(2.270.119)	
Títulos públicos	1.424.194	2.838.575	13.647.198	391.017.965	416.983.286	408.927.932	(8.055.354)	345.198.120	344.530.659	(667.461)	
Letras Financeiras do Tesouro		378.554	7.672.069	326.451.657	334.153.146	334.502.280	349.134	294.576.316	294.741.498	165.182	
Letras do Tesouro Nacional			3.469.678	22.180.620	27.574.206	25.650.298	(1.923.908)	11.616.904	11.670.952	54.048	
Notas do Tesouro Nacional				26.330.013	31.036.516	26.330.013	(4.706.503)	23.411.943	23.328.403	(83.540)	
Títulos da Dívida Agrária								36	15	(21)	
Títulos da Dívida Externa Brasileira	376.252	740.754		12.024.631	14.983.443	13.141.637	(1.841.806)	10.682.435	9.825.821	(856.614)	
Títulos de Governos Estrangeiros	1.047.942	1.719.267	2.505.451	3.980.712	9.182.318	9.253.372	71.054	4.868.184	4.922.799	54.615	
Outros				50.332	53.657	50.332	(3.325)	42.302	41.171	(1.131)	
Títulos privados	1.866.249	4.850.188	930.619	67.723.107	75.963.010	75.370.163	(592.847)	58.668.858	57.066.200	(1.602.658)	
Debêntures	5.326	652.070	500.223	51.885.143	53.243.436	53.042.762	(200.674)	41.992.859	40.711.705	(1.281.154)	
Notas Promissórias		163.816		5.309.657	5.485.137	5.473.473	(11.664)	4.928.489	4.800.409	(128.080)	
Cotas de fundos de investimento	541.424	19.935	115.801	696.614	1.399.814	1.373.774	(26.040)	1.431.118	1.512.147	81.029	
Ações	249.482				153.055	249.482	96.427	131.933	155.011	23.078	
Certificados de Depósito Bancário	731.470	3.965.344			4.650.480	4.696.814	46.334	1.246.552	1.269.851	23.299	
Eurobonds	335.079		156.415	3.740.341	4.567.250	4.231.835	(335.415)	3.921.157	3.690.738	(230.419)	
Certificados de Recebíveis Imobiliários				47.325	44.610	47.325	2.715	65.193	66.174	981	
Certificados de Recebíveis do Agronegócio				501.831	515.983	501.831	(14.152)	101.174	102.976	1.802	
Outros	3.468	49.023	158.180	5.542.196	5.903.245	5.752.867	(150.378)	4.850.383	4.757.189	(93.194)	



					Consol	lidado				
				31/12/2024					31/12/2023	
Vencimento em Dias		Valor de <i>l</i>	Mercado			Total			Total	
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Total Custo Valor de Mercado 2.321 53.186.096 6.725 11.695.526	Marcação a mercado
3 - Mantidos até o vencimento	1.718.231	12.747.867	12.789.930	61.116.960	90.376.004	88.372.988	(2.003.016)	53.352.321	53.186.096	(166.225)
Títulos públicos		1.418.974	1.803.974	9.952.103	14.007.207	13.175.051	(832.156)	11.656.725	11.695.526	38.801
Letras Financeiras do Tesouro			719.225	1.040.511	1.759.010	1.759.736	726			
Letras do Tesouro Nacional				1.184.781	1.301.765	1.184.781	(116.984)	7.058.959	7.054.682	(4.277)
Títulos da Dívida Externa Brasileira				1.639.999	1.650.208	1.639.999	(10.209)	2.426.242	2.469.320	43.078
Títulos de Governos Estrangeiros		1.418.974	1.084.749	6.086.812	9.296.224	8.590.535	(705.689)	2.171.524	2.171.524	
Títulos privados	1.718.231	11.328.893	10.985.956	51.164.857	76.368.797	75.197.937	(1.170.860)	41.695.596	41.490.570	(205.026)
Debêntures		58.722	196.255	8.720.598	10.984.365	8.975.575	(2.008.790)	6.456.096	5.962.616	(493.480)
Cédulas de Produto Rural - Commodities	1.718.231	10.919.629	10.391.929	9.833.890	32.593.967	32.863.679	269.712	23.894.770	24.328.987	434.217
Certificados de Depósito Bancário								196.610	199.648	3.038
Eurobonds e assemelhados				22.785.953	22.182.113	22.785.953	603.840			
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio		22.983	71.380	7.465.573	7.602.197	7.559.936	(42.261)	11.148.117	10.999.317	(148.800)
Certificados de Recebíveis Imobiliários				3	3	3		3	2	(1)
Outros		327.559	326.392	2.358.840	3.006.152	3.012.791	6.639			
Total	5.895.159	20.998.474	27.526.225	524.412.601	589.282.497	578.832.459	(10.450.038)	468.819.690	466.828.048	(1.991.642)

a.6) Composição da carteira consolidada por tipo e prazo de vencimento

					Consol	.idado					
				31/12/2024				31/12/2023			
Vencimento em Dias		Valor de	Mercado			Total		Total			
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado	
Por Carteira	5.895.159	20.998.474	27.526.225	524.412.601	589.282.497	578.832.459	(10.450.038)	468.819.690	466.828.048	(1.991.642)	
Carteira própria	5.563.190	19.916.780	20.223.253	213.097.861	268.299.291	258.801.084	(9.498.207)	192.143.196	190.901.573	(1.241.623)	
Vinculados a compromissos de recompra	331.944	701.030	5.244.159	294.164.771	301.455.951	300.441.904	(1.014.047)	270.336.676	269.582.883	(753.793)	
Vinculados à prestação de garantias	25	380.664	2.058.813	17.149.969	19.527.255	19.589.471	62.216	6.339.818	6.343.592	3.774	



b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

		Banco Múltiplo			Consolidado	
	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023
Títulos de renda fixa	27.850.018	51.681.270	46.291.211	30.989.660	59.057.644	59.353.575
Títulos de renda variável	5.083.666	10.600.073	399.380	4.971.007	10.439.392	174.116
Total	32.933.684	62.281.343	46.690.591	35.960.667	69.497.036	59.527.691

c) Reclassificação de títulos e valores mobiliários

No Exercício/2024, foi realizada a reclassificação de títulos da BB Corretora (Letras Financeiras do Tesouro - LFT) da categoria "Títulos para negociação" para a categoria "Títulos mantidos até o vencimento", no montante de R\$ 1.668.707 mil.

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários no Exercício/2023.



11 - Instrumentos financeiros derivativos

O Banco do Brasil utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições, administrar risco de crédito e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a hedge (de risco de mercado e de investimento no exterior) e negociação, ambas com limites e alçadas no Banco. A estratégia de hedge das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pelo Conselho Diretor.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados pelo Banco são compatíveis com os objetivos definidos, observando a melhor relação risco e retorno e considerando o cenário econômico. São consideradas, na gestão dos riscos dos instrumentos financeiros derivativos, as diversas categorias de riscos e adotada a visão consolidada dos diferentes fatores de riscos.

O Banco avalia a liquidez dos instrumentos financeiros derivativos e identifica, previamente, meios de reversão das posições. Utilizam-se sistemas e processos que permitem o registro, o acompanhamento e o controle das operações com instrumentos financeiros derivativos. No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Banco como titular, enquanto as posições passivas ou vendidas têm o Banco como lançador.

Os principais riscos inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, mercado, liquidez e operacional, sendo o processo de gestão apresentado na Nota 30. As operações de hedge contábil se propõem a mitigar riscos de mercado, tais como variações em taxas de juros e variações em taxas de câmbio.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos. O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

As estratégias de posicionamento respeitam os limites de alçada e exposição a risco estabelecidos. Os posicionamentos são reavaliados diariamente e no início de cada dia é realizada uma avaliação das estratégias e desempenhos. As estratégias são elaboradas com base em:

- análise de cenários econômicos;
- análise técnica (gráfica) e análise fundamentalista;
- simulação de resultados esperados;
- simulação de valor em risco (VaR, EVE, Estresse).

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para hedge de posições próprias, para atendimento às necessidades dos clientes e para tomada de posições intencionais, segundo limites, alçadas e procedimentos previamente estabelecidos.

Os objetivos a serem alcançados com as operações de hedge são definidos de forma consolidada, garantida a efetividade de cada operação e observadas as regulamentações de cada jurisdição. Utilizam-se mecanismos de avaliação e acompanhamento da efetividade das operações de hedge com vistas a compensar efeitos da variação no valor de mercado, no fluxo de caixa ou na variação cambial do item objeto de hedge.

A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada. O Banco utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco (VaR), de sensibilidade e análise de estresse.

O VaR é utilizado para estimar a perda potencial sob condições rotineiras no mercado, dimensionada diariamente em valores monetários, considerando um intervalo de confiança de 99,21%, horizonte temporal de 10 dias e série histórica de 252 dias úteis

Para cálculo do VaR, o Banco utiliza a metodologia de Simulação Histórica, que assume a hipótese de que o comportamento retrospectivo dos retornos observados (histórico) dos fatores de risco constitui-se em informação relevante para a mensuração dos riscos de mercado.

Dessa forma, o valor em risco calculado para a carteira de derivativos do Banco Múltiplo foi de R\$ 592.458 mil (R\$ 379.218 mil em 31/12/2023). A exposição de crédito em swap totalizou R\$ 2.690.297 mil (R\$ 941.228 mil em 31/12/2023).



a) Composições

a.1) Composição da carteira de derivativos por indexador

			Banco M	últiplo			Consolidado						
Por Indexador		31/12/2024			31/12/2023			31/12/2024			31/12/2023		
Por indexador	Valor de referência	Valor de custo	Valor de Mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de Mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de Mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de Mercado	
Contratos de Futuros													
Compromissos de Compra	60.071.224			28.516.653			60.071.224			28.550.980			
DI	43.025.122			8.512.528			43.025.122			8.512.528			
Moedas	12.711.774			19.388.018			12.711.774			19.422.345			
Commodities	92.537			427.329			92.537			427.329			
Cupom cambial	4.241.791			188.778			4.241.791			188.778			
Compromissos de Venda	25.204.056			19.843.267			25.204.056			19.872.132			
DI	940.469			10.305.191			940.469			10.305.191			
Moedas	2.605.605			5.493.673			2.605.605			5.522.538			
Commodities	5.506.368			1.201.924			5.506.368			1.201.924			
Cupom cambial	16.151.614			2.358.349			16.151.614			2.358.349			
T-Note				484.130						484.130			
Contratos a termo													
Posição Ativa	46.833.236	5.244.954	6.533.869	13.981.469	876.906	613.971	46.912.098	5.256.203	6.545.118	14.030.620	881.898	618.963	
Termo de moeda	41.404.029	3.706.714	5.078.152	11.593.074	647.237	431.376	41.482.891	3.717.963	5.089.401	11.642.225	652.229	436.368	
Termo de mercadoria	5.429.207	1.538.240	1.455.717	2.388.395	229.669	182.595	5.429.207	1.538.240	1.455.717	2.388.395	229.669	182.595	
Posição Passiva	23.508.457	(1.360.118)	(1.147.675)	17.028.088	(1.165.354)	(819.353)	23.531.196	(1.362.847)	(1.150.404)	17.063.538	(1.167.816)	(821.815)	
Termo de moeda	22.568.377	(1.285.155)	(1.078.454)	16.264.127	(1.143.475)	(795.113)	22.591.116	(1.287.884)	(1.081.183)	16.299.577	(1.145.937)	(797.575)	
Termo de mercadoria	940.080	(74.963)	(69.221)	763.961	(21.879)	(24.240)	940.080	(74.963)	(69.221)	763.961	(21.879)	(24.240)	
Contratos de opções													
De compra - posição comprada	21.435.081	706.462	2.815.985	4.361.521	219.907	85.460	21.435.081	706.462	2.815.985	4.361.521	219.907	85.460	
Moeda estrangeira	21.435.081	706.462	2.815.985	4.361.521	219.907	85.460	21.435.081	706.462	2.815.985	4.361.521	219.907	85.460	
De venda - posição comprada	9.940.954	211.137	32.780	699.339	20.927	24.694	9.940.954	211.137	32.780	699.339	20.927	24.694	
Moeda estrangeira	9.940.954	211.137	32.780	699.339	20.927	24.694	9.940.954	211.137	32.780	699.339	20.927	24.694	
De compra - posição vendida	9.731.777	(439.362)	(1.183.814)	1.055.165	(33.374)	(37.706)	9.731.777	(439.362)	(1.183.814)	1.055.165	(33.374)	(37.706)	
Moeda estrangeira	9.600.717	(434.763)	(1.181.012)	820.500	(26.268)	(28.989)	9.600.717	(434.763)	(1.181.012)	820.500	(26.268)	(28.989)	
Índice Bovespa	47.404	(2.185)	(596)	36.115	(1.770)	(2.808)	47.404	(2.185)	(596)	36.115	(1.770)	(2.808)	
Índice DI	2.996	(25)	(24)	59.708	(247)	(2.657)	2.996	(25)	(24)	59.708	(247)	(2.657)	
Commodities	80,660	(2.389)	(2.182)	138.842	(5.089)	(3.252)	80.660	(2.389)	(2.182)	138.842	(5.089)	(3.252)	



			Banco M	lúltiplo			Consolidado					
Por Indexador		31/12/2024			31/12/2023			31/12/2024			31/12/2023	
roi illuexadoi	Valor de referência	Valor de custo	Valor de Mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de Mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de Mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de Mercado
De Venda - Posição Vendida	20.510.740	(697.588)	(68.895)	4.705.134	(268.706)	(433.224)	20.510.740	(697.588)	(68.895)	4.705.134	(268.706)	(433.224)
Moeda estrangeira	20.049.477	(679.475)	(53.989)	4.258.845	(243.849)	(420.314)	20.049.477	(679.475)	(53.989)	4.258.845	(243.849)	(420.314)
Índice Bovespa	19.829	(427)	(585)	13.001	(283)	(118)	19.829	(427)	(585)	13.001	(283)	(118)
Índice DI	18.995	(10)	(103)	1.584	(10)	(14)	18.995	(10)	(103)	1.584	(10)	(14)
Commodities	422.439	(17.676)	(14.218)	431.704	(24.564)	(12.778)	422.439	(17.676)	(14.218)	431.704	(24.564)	(12.778)
Contratos de Swap												
Posição Ativa	26.545.155	2.642.806	2.919.274	16.537.484	1.110.225	1.218.228	26.545.155	2.642.806	2.919.274	16.537.484	1.110.225	1.218.228
DI	1.855.058	23.927	190.160	11.585.186	932.068	920.736	1.855.058	23.927	190.160	11.585.186	932.068	920.736
Moeda estrangeira	24.238.708	2.611.207	2.690.575	3.702.171	145.283	254.586	24.238.708	2.611.207	2.690.575	3.702.171	145.283	254.586
Pré-fixados	368.889	2.321	38.226	1.250.127	32.874	42.906	368.889	2.321	38.226	1.250.127	32.874	42.906
IPCA	82.500	5.351	313				82.500	5.351	313			
Posição Passiva	52.129.086	(6.172.015)	(5.855.859)	13.434.545	(942.735)	(1.098.468)	52.129.086	(6.172.015)	(5.855.858)	13.434.545	(942.735)	(1.098.468)
DI	244.471	(23.842)	(48.568)	5.557.544	(332.663)	(302.978)	244.471	(23.842)	(48.568)	5.557.544	(332.663)	(302.978)
Moeda estrangeira	50.491.731	(6.050.734)	(5.718.544)	5.577.463	(431.698)	(562.461)	50.491.731	(6.050.734)	(5.718.543)	5.577.463	(431.698)	(562.461)
Pré-fixados	589.124	(1.219)	(10.138)	1.362.503	(38.811)	(59.341)	589.124	(1.219)	(10.138)	1.362.503	(38.811)	(59.341)
IPCA	803.760	(96.220)	(78.609)	937.035	(139.563)	(173.688)	803.760	(96.220)	(78.609)	937.035	(139.563)	(173.688)
Outros Derivativos ¹												
Posição Ativa												
Moeda estrangeira	10.476.252	372.201	354.558	2.053.845	33.238	32.227	10.476.252	372.200	354.558	1.796.868	33.238	26.341
Posição Passiva												
Moeda estrangeira	1.626.351	(69.369)	(10.525)	5.726.707	(100.347)	(118.507)	1.063.036	(67.040)	(7.710)	5.442.909	(100.369)	(118.529)
Mocaa estrarigena	1.020.551	(37.307)	(10.525)	3.720.707	(100.547)	(1.0.507)	1.005.050	(37.040)	(7.710)	5.142.707	(100.507)	(110.52

^{1 -} Referem-se, essencialmente, a operações realizadas no mercado Forex no exterior, registradas como contratos de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (Non Deliverable Forward - NDF). O NDF é operado em mercado de balcão e tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

a.2) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor nocional)

V			Banco <i>N</i>	Múltiplo			Consolidado						
Vencimento em Dias	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31/12/2024	31/12/2023	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31/12/2024	31/12/2023	
Contratos de futuros	9.655.241	34.405.497	15.703.371	25.511.171	85.275.280	48.359.920	9.655.241	34.405.497	15.703.371	25.511.171	85.275.280	48.423.112	
Contratos a termo	5.500.778	35.742.948	15.574.808	13.523.159	70.341.693	31.009.557	5.602.379	35.742.948	15.574.808	13.523.159	70.443.294	31.094.158	
Contratos de opções	2.181.006	10.990.875	16.734.202	31.712.469	61.618.552	10.821.159	2.181.006	10.990.875	16.734.202	31.712.469	61.618.552	10.821.159	
Contratos de swap	16.850.268	20.360.145	7.294.287	34.169.541	78.674.241	29.972.029	16.850.268	20.360.145	7.294.287	34.169.541	78.674.241	29.972.029	
Outros	3.265.540	5.910.377	2.926.686		12.102.603	7.780.552	2.993.586	5.619.016	2.926.686		11.539.288	7.239.777	



a.3) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor nocional)

		E	Banco Múltiplo)				Consolidado		
	Futuros	Termo	Opções	Swap	Outros	Futuros	Termo	Opções	Swap	Outros
Bolsa										
B3	82.669.675		15.102.750			82.669.675		15.102.750		
Exterior	2.605.605					2.605.605				
Balcão										
Instituições financeiras				60.499.191	12.102.603		101.601		60.499.191	11.539.288
Clientes		70.341.693	46.515.802	18.175.050			70.341.693	46.515.802	18.175.050	

a.4) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	Banco <i>N</i>	1últiplo	Consolidado				
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023			
Letras Financeiras do Tesouro	17.414.145	3.167.240	17.414.145	3.167.240			

a.5) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

		Banco <i>N</i>	1últiplo		Consolidado					
	31/12,	/2024	31/12,	/2023	31/12,	/2024	31/12,	/2023		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		
Ativo										
Contratos a termo	5.479.029	1.054.840	443.057	170.914	5.490.278	1.054.840	448.049	170.914		
Contratos de opções	1.075.583	1.773.182	116.611	(6.457)	1.075.583	1.773.182	116.611	(6.457)		
Contratos de swap	1.170.288	1.748.986	723.244	494.984	1.170.288	1.748.986	723.244	494.984		
Outros derivativos	354.558		32.227		354.558		26.341			
Total	8.079.458	4.577.008	1.315.139	659.441	8.090.707	4.577.008	1.314.245	659.441		
Passivo										
Contratos a termo	(922.133)	(225.542)	(498.328)	(321.025)	(924.862)	(225.542)	(500.790)	(321.025)		
Contratos de opções	(564.028)	(688.681)	(128.877)	(342.053)	(564.028)	(688.681)	(128.877)	(342.053)		
Contratos de swap	(3.421.805)	(2.434.054)	(226.005)	(872.463)	(3.421.805)	(2.434.053)	(226.005)	(872.463)		
Outros derivativos	(10.525)		(117.866)	(641)	(7.710)		(117.888)	(641)		
Total	(4.918.491)	(3.348.277)	(971.076)	(1.536.182)	(4.918.405)	(3.348.276)	(973.560)	(1.536.182)		

b) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

		Banco Múltiplo		Consolidado					
	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023			
Contratos de futuro	(2.026.344)	(3.316.830)	759.885	(2.023.775)	(3.076.383)	570.797			
Contratos a termo	4.078.675	6.453.802	(964.935)	4.145.989	6.507.839	(933.473)			
Contratos de opções	1.397.061	2.079.146	(528.294)	1.397.060	2.079.146	(511.320)			
Contratos de swap	(1.733.781)	(1.908.481)	293.079	(1.733.754)	(1.908.455)	293.082			
Derivativos de crédito			11			11			
Outros derivativos	236.455	805.927	(509.045)	253.514	852.135	(538.521)			
Total	1.952.066	4.113.564	(949.299)	2.039.034	4.454.282	(1.119.424)			



c) Composição da carteira de derivativos designados para hedge

O Banco realiza estruturas de Hedge de valor de mercado e de Hedge de investimento líquido no exterior com o objetivo de gerenciar o risco de taxa de juros e o risco cambial apresentados por operações próprias. O Banco documenta a identificação do item objeto de hedge, do instrumento de hedge e a metodologia a ser utilizada para avaliar a sua efetividade desde a concepção da estrutura de hedge contábil.

A estrutura de limites de risco estende-se em nível de fator de risco, com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão, bem como evitar a concentração desses riscos.

As estruturas designadas para as categorias de risco de taxa de juros e risco cambial são realizadas considerando os riscos em sua totalidade, quando existem instrumentos de hedge compatíveis. Por decisão da Administração, em alguns casos, os riscos são protegidos pelo prazo e limite de fator de risco do instrumento de hedge.

Para proteger o valor justo e o risco cambial dos instrumentos designados como objeto de hedge, o Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos (Contratos futuros e swaps).

No início do relacionamento de hedge e de forma contínua, o Banco avalia e acompanha as estratégias para garantir que sejam altamente efetivas, ou seja, os instrumentos de hedge compensem as variações no valor justo atribuídos aos respectivos itens objeto de hedge durante o período estabelecido para o relacionamento de hedge.

A avaliação de efetividade das estruturas de hedge é feita de forma prospectiva e retrospectiva (no decorrer das operações). Para tanto, algumas metodologias são empregadas, tais como:

- Método Dollar Offset (ou Ratio Analysis), baseado na comparação da variação no valor justo do instrumento de hedge com a variação no valor justo do item objeto de hedge;
- Coeficiente de correlação entre a variação do valor presente do instrumento de hedge e as variações do valor presente do objeto de hedge; e
- Coeficiente beta da regressão entre o regressor (representada pela variação de valor presente do instrumento de hedge) e o regressando (representada pela variação do valor presente do objeto de hedge).

No gerenciamento de risco é esperado que os instrumentos de hedge e os objetos de hedge se movam em sentidos contrários e nas mesmas proporções, com o objetivo de mitigar os fatores de riscos. Atualmente, o índice de cobertura designado é 100% do fator de risco que seja elegível a cobertura. As fontes de inefetividade, em geral, estão relacionadas ao risco de crédito da contraparte, risco de liquidação antecipada do objeto de hedge e possíveis descasamentos de prazos entre o instrumento de hedge e o objeto de hedge.



c.1) Hedge de valor de mercado

A estratégia de hedge de valor de mercado do Banco consiste em proteger a exposição à variação no valor justo em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

A metodologia de gestão de valor justo adotada pelo Banco segrega as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial, risco de taxa de juros, risco de inflação etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do valor justo no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de swap de taxa de juros, relativos a ativos e passivos pré-fixados.

O Banco aplica o hedge de valor de mercado como segue:

- O Banco possui uma carteira ativa de crédito na modalidade de Crédito Direto do Consumidor (CDC) pré-fixada. Para gerenciar este risco, são contratadas operações de futuros de juros (DI) e designadas como hedge de valor mercado dos créditos correspondente, trocando a exposição de taxa de juros pré-fixada para pós-fixada;
- O Banco possui risco de taxas de juros e exposição de moeda estrangeira gerada por emissões de títulos e aplicações interfinanceiras realizadas em dependência no exterior. Para gerenciar este risco, designa operações de swap (cross currency interest rate swap) como instrumento de proteção em estrutura de hedge contábil, trocando exposição entre moedas estrangeiras e taxas de juros; e
- O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por operações de emissões de títulos. Para gerenciar esse risco, contrata swap de juros e os designa como instrumento de hedge em uma estrutura de hedge contábil, trocando a exposição de taxa de juros pré-fixada para pós-fixada.

Composição da carteira de derivativos designados para hedge de valor de mercado

	Banco <i>N</i>	Núltiplo	Consol	idado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Instrumentos de hedge ¹				
Ativo	2.463.809		2.463.809	
Contratos de swap	2.463.809		2.463.809	
Passivo	(959.009)	(6.185.280)	(959.009)	(6.185.280)
Contratos de swap	(912.761)	(287.888)	(912.761)	(287.888)
Contratos de futuro	(46.248)	(5.897.392)	(46.248)	(5.897.392)
Itens objeto de hedge				
Ativo	3.115.326	8.298.827	3.115.326	8.298.827
Títulos e valores mobiliários		5.852.224		5.852.224
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.069.133	2.396.937	3.069.133	2.396.937
Operações de crédito	46.193	49.666	46.193	49.666
Passivo	(4.599.883)	(2.090.360)	(4.599.883)	(2.090.360)
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	(4.599.883)	(2.090.360)	(4.599.883)	(2.090.360)

^{1 –} Refere-se ao valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos.

Em estruturas de proteção de valor de mercado, os ganhos ou perdas, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os itens objeto de hedge (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente no resultado.



Ganhos e perdas dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

		Banco Múltiplo		Consolidado				
	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023		
(Perdas)/ganhos dos itens objeto de hedge	222.381	670.714	499.217	222.381	670.714	499.217		
(Perdas)/ganhos dos instrumentos de hedge	(229.600)	(682.283)	(465.312)	(229.600)	(682.283)	(465.312)		
Efeito líquido	(7.219)	(11.569)	33.905	(7.219)	(11.569)	33.905		

c.2) Hedge de investimento líquido no exterior

A estratégia de hedge de investimento líquido no exterior consiste em proteger a exposição à variação cambial do dólar norte-americano frente ao real devido ao investimento do Banco no BB Américas, cuja moeda funcional é diferente do real. O instrumento de hedge utilizado é o contrato futuro de dólar norte-americano. Essas operações são renovadas mensalmente e o montante designado é atualizado no máximo a cada seis meses tendo em vista a alteração do montante do investimento considerado na estrutura de hedge.

Carteira de derivativos designados para hedge de investimento líquido no exterior

	Banco Mú	iltiplo	Consc	olidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Instrumentos de hedge				
Passivo	(1.760.174)	(1.233.083)	(1.760.174)	(1.233.083)
Contrato de futuro	(1.760.174)	(1.233.083)	(1.760.174)	(1.233.083)
Itens objeto de hedge				
Ativo	1.752.023	1.225.924	1.752.023	1.225.924
Investimento líquido no exterior	1.752.023	1.225.924	1.752.023	1.225.924

Em estruturas de proteção de investimento líquido no exterior, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido sob a rubrica de "Outros resultados abrangentes — Hedge de investimento líquido no exterior" (Nota 23.h). A parcela não efetiva é reconhecida diretamente no resultado.

Ganhos e perdas dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

		Banco Múltiplo		Consolidado				
	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023		
Ganhos/(perdas) dos itens objeto de hedge	180.072	363.896	(66.916)	180.072	363.896	(66.916)		
(Perdas)/ganhos dos instrumentos de hedge	(174.981)	(358.805)	66.916	(174.981)	(358.805)	66.916		
Efeito líquido 1	5.091	5.091		5.091	5.091			

^{1 –} No Exercício/2024, foi reconhecida a perda de R\$ 4.804 (ganho de R\$ 7.912 mil no Exercício/2023) no resultado de instrumentos financeiros derivativos devido à parcela não efetiva da estrutura de hedge contábil.



12 - Carteira de crédito

a) Carteira de crédito por modalidade

	Banco <i>N</i>	1últiplo	Consol	idado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Operações de crédito	967.178.786	865.652.310	986.876.907	874.683.503
Empréstimos e direitos creditórios descontados	369.327.289	351.450.680	378.160.597	354.455.324
Financiamentos rurais	356.615.406	317.277.404	356.615.406	317.277.404
Financiamentos	189.518.555	147.427.572	190.445.858	147.778.172
Financiamentos imobiliários	51.609.935	49.364.542	61.547.445	55.040.491
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	107.601	132.112	107.601	132.112
Outros créditos com características de concessão de crédito	110.586.867	99.272.747	112.928.532	100.171.008
Operações com cartão de crédito	55.409.359	51.285.816	57.751.024	52.184.077
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 13.d)	29.510.029	24.924.882	29.510.029	24.924.882
Aquisição de recebíveis	13.057.887	9.165.690	13.057.887	9.165.690
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	9.455.006	10.539.278	9.455.006	10.539.278
Avais e fianças honrados	176.594	93.927	176.594	93.927
Diversos	2.977.992	3.263.154	2.977.992	3.263.154
Operações de arrendamento mercantil			665.842	494.847
Total da carteira de crédito	1.077.765.653	964.925.057	1.100.471.281	975.349.358
Ativo circulante	440.395.287	407.564.569	451.243.838	411.308.919
Ativo não circulante	637.370.366	557.360.488	649.227.443	564.040.439
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	(62.257.520)	(55.806.103)	(62.518.594)	(55.927.619)
Provisão para operações de crédito	(59.977.254)	(53.443.096)	(60.200.870)	(53.551.011)
Provisão para outros créditos com características de concessão de crédito	(2.280.266)	(2.363.007)	(2.305.304)	(2.372.767)
Provisão para arrendamento mercantil			(12.420)	(3.841)
Total da carteira de crédito líquido de provisões	1.015.508.133	909.118.954	1.037.952.687	919.421.739

^{1 -} Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

^{2 -} Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



b) Resultado da carteira de crédito

		Banco Múltiplo			Consolidado	
	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023
Resultado de operações de crédito	79.140.450	154.911.257	134.258.076	81.225.372	160.351.689	137.217.201
Empréstimos e direitos creditórios descontados	40.098.848	78.781.020	75.727.622	41.445.100	82.834.632	77.367.816
Financiamentos rurais	16.279.442	31.619.084	27.338.883	16.279.442	31.619.084	27.338.883
Financiamentos	10.400.793	20.534.219	8.562.494	10.429.174	20.590.637	8.626.308
Recuperação de créditos baixados como prejuízo ¹	4.524.080	9.172.645	7.489.837	4.924.151	9.898.604	8.275.387
Financiamentos imobiliários	2.010.784	3.875.117	4.088.647	2.317.347	4.473.424	4.511.672
Financiamentos à exportação	2.149.660	4.119.155	3.696.011	2.149.660	4.119.155	3.696.011
Equalização de taxas – safra agrícola – Lei n.º 8.427/1992	2.231.522	4.028.783	4.960.567	2.231.522	4.028.783	4.960.567
Financiamentos em moedas estrangeiras	652.160	1.136.751	219.706	651.822	1.133.331	218.578
Aquisição de recebíveis	503.649	1.013.102	1.572.737	503.649	1.013.103	1.572.737
Adiantamentos a depositantes	187.847	397.403	380.844	191.840	406.958	428.514
Avais e fianças honrados	21.674	30.127	14.343	21.674	30.127	14.343
Demais	79.991	203.851	206.385	79.991	203.851	206.385
Resultado de arrendamento mercantil				54.992	100.924	108.336
Resultado de venda ou transferência de ativos financeiros ²	440.224	503.937	828.503	441.657	520.752	742.070
Total	79.580.674	155.415.194	135.086.579	81.722.021	160.973.365	138.067.607

^{1 -} Foram recuperadas, por meio de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001, operações baixadas em prejuízo no montante de R\$ 458.972 mil no 2º Semestre/2024 (com impacto no resultado de R\$ 252.434 mil, fiquido de tributos), R\$ 904.199 mil no Exercício/2024 (com impacto no resultado de R\$ 497.309 mil, líquido de tributos) e R\$ 894.202 mil no período de Exercício/2023 (com impacto no resultado de R\$ 491.811 mil, líquido de tributos). Os valores das carteiras cedidas eram de R\$ 715.371 mil, R\$ 1.328.523 e R\$ R\$ 1.555.695 mil, respectivamente.

^{2 -} Inclui despesas no montante de R\$ 118.425 mil (R\$ 62.105 mil, líquido de tributos) no 2º Semestre/2024, R\$ 596.343 mil (R\$ 311.602 mil, líquido de tributos) no Exercício/2024 e R\$ 350.338 mil (R\$ 185.216 mil, líquido de tributos) no Exercício/2023, oriundas de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001. As referidas cessões geraram impacto positivo de R\$ 15.432 mil no 2º Semestre/2024, R\$ R\$ 210.861 mil no Exercício/2024 e R\$ 35.992 mil no Exercício/2023, líquido de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Os valores contábeis brutos dessas operações eram de R\$ 155.520 mil, R\$ 1.385.761 e R\$ 608.335 mil respectivamente.



c) Carteira de crédito por setores de atividade econômica

		Banco Mú	íltiplo		Consolidado				
	31/12/2024	%	31/12/2023	%	31/12/2024	%	31/12/2023	%	
Setor público	91.959.584	8,5	66.786.053	6,9	91.959.585	8,4	66.944.273	6,9	
Administração pública	77.663.567	7,2	59.013.058	6,0	77.663.567	7,1	59.171.278	6,0	
Petroleiro	12.203.468	1,1	5.614.664	0,6	12.203.468	1,1	5.614.664	0,6	
Serviços	806.716	0,1	538.178	0,1	806.716	0,1	538.178	0,1	
Energia Elétrica	19.613		827.534	0,1	19.614		827.534	0,1	
Demais atividades	1.266.220	0,1	792.619	0,1	1.266.220	0,1	792.619	0,1	
Setor privado	985.806.069	91,5	898.139.004	93,1	1.008.511.696	91,6	908.405.085	93,1	
Pessoa física	679.482.963	63,0	619.527.098	64,2	686.842.014	62,2	622.587.204	63,8	
Pessoa jurídica	306.323.106	28,5	278.611.906	28,9	321.669.682	29,4	285.817.881	29,3	
Agronegócio de origem vegetal	43.824.300	4,1	39.475.706	4,1	44.506.502	4,0	39.821.090	4,1	
Serviços	33.285.231	3,1	30.262.457	3,1	36.390.305	3,3	32.193.075	3,3	
Mineração e metalurgia	21.546.062	2,0	21.289.369	2,2	22.081.457	2,0	21.795.732	2,2	
Transportes	20.241.486	1,9	15.836.723	1,6	20.639.468	1,9	15.972.120	1,6	
Agronegócio de origem animal	19.292.331	1,8	15.011.605	1,6	19.749.633	1,8	15.279.754	1,6	
Energia Elétrica	18.357.055	1,7	16.650.988	1,7	18.449.920	1,7	16.671.505	1,7	
Comércio varejista	16.625.178	1,5	16.902.526	1,8	17.161.242	1,6	17.124.898	1,8	
Automotivo	13.839.141	1,3	13.855.848	1,4	16.028.696	1,5	13.988.224	1,4	
Instituições e serviços financeiros	12.517.402	1,2	11.129.254	1,2	14.005.813	1,3	11.573.988	1,2	
Insumos agrícolas	12.137.288	1,1	12.078.854	1,3	12.146.445	1,1	12.087.264	1,2	
Imobiliário	10.153.132	0,9	8.631.524	0,9	12.126.736	1,1	9.673.061	1,0	
Combustíveis	11.241.236	1,0	10.414.202	1,1	11.744.032	1,1	10.801.251	1,1	
Químico	11.146.787	1,0	9.467.478	1,0	11.582.071	1,1	9.678.146	1,0	
Atividades específicas da construção	11.527.496	1,1	10.539.621	1,1	11.566.188	1,1	10.592.627	1,1	
Eletroeletrônico	10.900.169	1,0	10.917.901	1,1	11.060.287	1,0	10.932.898	1,1	
Comércio atacadista e indústrias diversas	9.377.800	0,9	9.082.677	0,9	10.722.227	1,0	9.767.942	1,0	
Têxtil e confecções	9.186.904	0,9	7.865.809	0,8	9.256.097	0,8	7.908.143	0,8	
Madeireiro e moveleiro	6.277.230	0,6	5.761.040	0,6	6.306.364	0,6	5.777.525	0,6	
Papel e celulose	4.554.382	0,4	4.074.806	0,4	4.848.635	0,4	4.125.946	0,4	
Construção pesada	3.844.766	0,4	3.330.853	0,3	4.451.411	0,4	3.820.603	0,4	
Telecomunicações	2.787.026	0,3	2.686.932	0,3	3.140.561	0,3	2.774.081	0,3	
Demais atividades	3.660.704	0,3	3.345.733	0,4	3.705.592	0,3	3.458.008	0,4	
Total	1.077.765.653	100,0	964.925.057	100,0	1.100.471.281	100,0	975.349.358	100,0	



d) Carteira de crédito por níveis de risco e prazos de vencimento

						Banco Múltiplo						
	AA	А	В	С	D	E	F	G	Н	31/12/2024	31/12/2023	
					Opera	ções em curso nor	mal					
Parcelas vincendas												
01 a 30	35.345.318	13.532.293	11.740.756	10.384.344	429.712	565.651	106.615	58.778	510.862	72.674.329	64.122.119	
31 a 60	22.837.827	6.380.761	5.668.904	4.111.563	418.821	580.482	183.128	49.680	570.883	40.802.049	33.429.947	
61 a 90	16.318.623	5.127.511	4.610.162	2.855.455	326.073	459.909	56.876	56.661	519.465	30.330.735	28.557.814	
91 a 180	61.851.504	14.475.310	10.906.522	7.403.008	1.107.697	1.325.225	239.605	177.817	811.938	98.298.626	94.606.297	
181 a 360	115.721.448	20.015.865	16.843.304	11.087.982	1.907.473	1.587.938	327.811	212.793	2.249.094	169.953.708	164.608.318	
Acima de 360	376.223.246	92.728.305	58.494.460	46.976.326	11.994.974	6.684.095	2.888.185	2.172.018	14.149.034	612.310.643	538.688.770	
Parcelas vencidas												
Até 14 dias	432.615	122.958	206.796	292.335	68.153	83.196	15.877	13.460	98.034	1.333.424	1.390.442	
Subtotal	628.730.581	152.383.003	108.470.904	83.111.013	16.252.903	11.286.496	3.818.097	2.741.207	18.909.310	1.025.703.514	925.403.707	
	Operações em curso anormal											
Parcelas vincendas												
01 a 30			87.393	409.079	155.773	164.822	140.176	97.113	479.055	1.533.411	1.447.477	
31 a 60			38.643	129.419	84.529	96.165	87.134	65.941	417.043	918.874	601.674	
61 a 90			26.361	99.220	64.682	76.642	73.295	42.640	212.787	595.627	558.984	
91 a 180			81.311	265.855	197.095	237.897	222.679	132.304	693.544	1.830.685	1.548.400	
181 a 360			230.677	595.888	469.552	451.199	391.918	289.771	1.264.596	3.693.601	2.842.382	
Acima de 360			1.484.335	3.455.686	2.942.164	3.556.414	2.664.855	2.211.264	8.745.005	25.059.723	18.671.718	
Parcelas vencidas												
01 a 14			12.847	51.568	34.630	45.169	57.561	22.074	116.882	340.731	278.430	
15 a 30			405.769	367.544	111.341	95.459	56.371	37.868	300.569	1.374.921	914.372	
31 a 60			60.477	1.579.421	187.974	228.132	163.788	87.675	624.898	2.932.365	1.539.932	
61 a 90			398	67.875	729.561	217.498	190.653	97.092	481.859	1.784.936	1.381.786	
91 a 180			1.834	42.662	134.951	968.010	827.632	880.970	1.577.492	4.433.551	3.454.935	
181 a 360			1.920	611	1	178.570	256.495	198.257	5.951.163	6.587.017	5.561.353	
Acima de 360				543	225	75.985	33.836	9.276	856.832	976.697	719.907	
Subtotal			2.431.965	7.065.371	5.112.478	6.391.962	5.166.393	4.172.245	21.721.725	52.062.139	39.521.350	
Total	628.730.581	152.383.003	110.902.869	90.176.384	21.365.381	17.678.458	8.984.490	6.913.452	40.631.035	1.077.765.653	964.925.057	



						Consolidado					
	AA	Α	В	С	D	Е	F	G	Н	31/12/2024	31/12/2023
					Operaç	ões em curso nor	mal				
Parcelas vincendas											
01 a 30	35.371.617	18.874.128	14.220.322	10.386.162	430.970	565.734	106.724	58.905	512.122	80.526.684	66.147.635
31 a 60	22.848.438	6.854.527	5.687.235	4.111.689	418.880	580.550	183.161	49.691	571.187	41.305.358	33.940.858
61 a 90	16.328.397	5.285.239	4.632.025	2.855.607	326.168	459.944	56.895	56.690	519.675	30.520.640	28.804.709
91 a 180	61.812.780	15.124.618	11.006.310	7.403.803	1.108.053	1.325.468	239.841	178.007	812.565	99.011.445	94.950.034
181 a 360	115.576.710	20.749.854	17.178.440	11.089.949	1.908.664	1.588.773	328.183	212.992	2.250.529	170.884.094	165.034.186
Acima de 360	376.413.468	94.440.901	68.368.527	47.012.053	12.000.719	6.708.059	2.890.203	2.173.469	14.155.741	624.163.140	545.367.661
Parcelas vencidas											
Até 14 dias	432.631	166.630	583.151	292.486	68.294	83.291	15.887	13.461	98.040	1.753.871	1.502.845
Subtotal	628.784.041	161.495.897	121.676.010	83.151.749	16.261.748	11.311.819	3.820.894	2.743.215	18.919.859	1.048.165.232	935.747.928
					Operaç	ões em curso anor	mal				
Parcelas vincendas											
01 a 30			87.393	409.095	155.816	164.822	140.176	97.113	479.376	1.533.791	1.447.564
31 a 60			38.643	129.436	84.571	96.165	87.135	65.941	417.360	919.251	601.760
61 a 90			26.361	99.236	64.724	76.642	73.295	42.640	213.099	595.997	559.069
91 a 180			81.311	265.902	197.218	237.897	222.679	132.304	694.393	1.831.704	1.548.656
181 a 360			230.677	595.975	469.784	451.199	391.918	289.771	1.266.139	3.695.463	2.842.885
Acima de 360			1.484.335	3.455.828	2.942.738	3.556.414	2.664.855	2.211.264	8.748.869	25.064.303	18.672.778
Parcelas vencidas											
01 a 14			12.847	51.585	34.630	45.169	57.561	22.074	117.139	341.005	278.430
15 a 30			500.933	369.130	112.259	95.863	56.428	37.920	300.809	1.473.342	940.429
31 a 60			60.627	1.625.661	189.947	229.006	164.203	87.734	626.283	2.983.461	1.550.982
61 a 90			398	67.875	741.354	218.413	191.108	97.316	482.376	1.798.840	1.397.037
91 a 180			1.834	42.662	134.951	996.045	838.733	884.249	1.580.361	4.478.835	3.471.201
181 a 360			1.921	611	1	178.570	256.495	198.257	5.973.477	6.609.332	5.568.265
Acima de 360				543	225	75.986	33.836	9.276	860.859	980.725	722.374
Subtotal			2.527.280	7.113.539	5.128.218	6.422.191	5.178.422	4.175.859	21.760.540	52.306.049	39.601.430
Total	628.784.041	161.495.897	124.203.290	90.265.288	21.389.966	17.734.010	8.999.316	6.919.074	40.680.399	1.100.471.281	975.349.358



e) Constituição da provisão para perdas com a carteira de crédito por níveis de risco

					Banco A	Múltiplo			
Nível de Risco	% Mínimo de Provisão		31/12/	2024			31/12/	/2023	
	Provisão	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ¹	Total	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ¹	Total
AA		628.730.581				578.325.293			
Α	0,5	152.383.003	(761.915)	(109)	(762.024)	105.755.477	(528.777)	(40.960)	(569.737)
В	1,0	110.902.869	(1.109.029)	(8.995)	(1.118.024)	108.037.031	(1.080.370)	(359.882)	(1.440.252)
C	3,0	90.176.384	(2.705.292)	(200.017)	(2.905.309)	93.600.022	(2.808.001)	(2.621.624)	(5.429.625)
D	10,0	21.365.381	(2.136.538)	(69.388)	(2.205.926)	18.235.283	(1.823.528)	(348.134)	(2.171.662)
E	30,0	17.678.458	(5.303.537)	(1)	(5.303.538)	14.267.052	(4.280.116)		(4.280.116)
F	50,0	8.984.490	(4.492.245)	(2)	(4.492.247)	6.244.317	(3.122.159)	(2)	(3.122.161)
G	70,0	6.913.452	(4.839.417)		(4.839.417)	6.005.148	(4.203.604)	(133.512)	(4.337.116)
Н	100,0	40.631.035	(40.631.035)		(40.631.035)	34.455.434	(34.455.434)		(34.455.434)
Total		1.077.765.653	(61.979.008)	(278.512)	(62.257.520)	964.925.057	(52.301.989)	(3.504.114)	(55.806.103)

^{1 -} Constituída considerando nossos modelos internos de classificação de risco de operações, que corresponde ao provisionamento em 30 níveis intermediários de risco, em relação aos 9 níveis (AA-H) mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, cujo cálculo é baseado em critérios relacionados à operação, ao cliente e às garantias existentes, de modo a refletir provisões adequadas decorrentes de possíveis perdas futuras.

					Conso	lidado			
Nível de Risco	% Mínimo de		31/12/2024				31/12/	2023	
	Provisão	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ¹	Total	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ¹	Total
AA		628.784.041				578.933.384			
Α	0,5	161.495.897	(807.479)	(109)	(807.588)	108.379.162	(541.896)	(41.154)	(583.050)
В	1,0	124.203.290	(1.242.033)	(8.997)	(1.251.030)	115.110.597	(1.151.106)	(360.157)	(1.511.263)
C	3,0	90.265.288	(2.707.959)	(200.017)	(2.907.976)	93.630.961	(2.808.929)	(2.621.979)	(5.430.908)
D	10,0	21.389.966	(2.138.997)	(69.388)	(2.208.385)	18.269.813	(1.826.981)	(348.134)	(2.175.115)
E	30,0	17.734.010	(5.320.203)	(1)	(5.320.204)	14.280.860	(4.284.258)		(4.284.258)
F	50,0	8.999.316	(4.499.658)	(2)	(4.499.660)	6.266.037	(3.133.019)	(2)	(3.133.021)
G	70,0	6.919.074	(4.843.352)		(4.843.352)	6.006.840	(4.204.788)	(133.512)	(4.338.300)
Н	100,0	40.680.399	(40.680.399)		(40.680.399)	34.471.704	(34.471.704)		(34.471.704)
Total		1.100.471.281	(62.240.080)	(278.514)	(62.518.594)	975.349.358	(52.422.681)	(3.504.938)	(55.927.619)

^{1 -} Constituída considerando nossos modelos internos de classificação de risco de operações, que corresponde ao provisionamento em 30 níveis intermediários de risco, em relação aos 9 níveis (AA-H) mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, cujo cálculo é baseado em critérios relacionados à operação, ao cliente e às garantias existentes, de modo a refletir provisões adequadas decorrentes de possíveis perdas futuras.



f) Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Compreende as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito.

	Banco Múltiplo			Consolidado			
	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023	
Saldo inicial	(58.635.285)	(55.806.103)	(50.513.636)	(58.786.404)	(55.927.619)	(50.697.155)	
(Constituição)/reversão	(21.699.432)	(41.262.290)	(32.077.616)	(21.812.113)	(41.422.087)	(32.220.511)	
Provisão mínima requerida	(24.265.873)	(44.487.893)	(32.315.867)	(24.378.990)	(44.648.510)	(32.458.608)	
Provisão complementar ¹	2.566.441	3.225.603	238.251	2.566.877	3.226.423	238.097	
Variação cambial - provisões no exterior	(118.310)	(225.663)	28.125	(126.288)	(223.263)	207.464	
Baixas para prejuízo	18.195.507	35.036.536	26.757.024	18.206.211	35.054.375	26.782.583	
Saldo final	(62.257.520)	(62.257.520)	(55.806.103)	(62.518.594)	(62.518.594)	(55.927.619)	

^{1 -} Constituída considerando nossos modelos internos de classificação de risco de operações, que corresponde ao provisionamento em 30 níveis intermediários de risco, em relação aos 9 níveis (AA-H) mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, cujo cálculo é baseado em critérios relacionados à operação, ao cliente e às garantias existentes, de modo a refletir provisões adequadas decorrentes de possíveis perdas futuras.

g) Carteira de arrendamento mercantil financeiro por prazo de vencimento

	Banco M	lúltiplo	Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Até 1 ano ¹			219.262	184.780	
De 1 a 5 anos			446.290	306.515	
acima de 5 anos			290	3.552	
Total a valor presente			665.842	494.847	

^{1 -} Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

h) Concentração das operações de crédito

	31/12/2024	% da Carteira	31/12/2023	% da Carteira
Maior Devedor	12.198.538	1,1	8.548.212	0,9
10 Maiores devedores	65.987.067	6,0	50.993.522	5,2
20 Maiores devedores	91.038.524	8,3	73.938.496	7,6
50 Maiores devedores	128.782.700	11,7	108.233.474	11,1
100 Maiores devedores	154.072.631	14,0	131.541.573	13,5



i) Créditos renegociados

	Banco Múltiplo			Consolidado			
	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023	
Créditos renegociados no período	63.975.300	130.646.143	106.309.436	63.975.300	130.646.143	106.309.436	
Renegociados por atraso 1	14.713.173	28.476.820	23.189.395	14.713.173	28.476.820	23.189.395	
Renovados ²	49.262.127	102.169.323	83.120.041	49.262.127	102.169.323	83.120.041	
Movimentação dos créditos renegociados por atraso							
Saldo inicial	42.745.914	38.325.348	32.689.826	42.745.914	38.325.348	32.689.826	
Renegociações por atraso ¹	14.713.173	28.476.820	23.189.395	14.713.173	28.476.820	23.189.395	
(Recebimento) e apropriação de juros ³	(6.170.288)	(12.132.078)	(12.737.477)	(6.170.288)	(12.132.078)	(12.737.477)	
Baixas para prejuízo	(4.549.177)	(7.930.468)	(4.816.396)	(4.549.177)	(7.930.468)	(4.816.396)	
Saldo final ⁴	46.739.622	46.739.622	38.325.348	46.739.622	46.739.622	38.325.348	
Provisão para créditos da carteira renegociada por atraso		21.179.696	19.435.826		21.179.696	19.435.826	
(%) PCLD sobre a carteira renegociada por atraso		45,3%	50,7%		45,3%	50,7%	
Inadimplência 90 dias da carteira renegociada por atraso		8.077.600	5.649.902		8.077.600	5.649.902	
(%) Inadimplência sobre a carteira renegociada por atraso		17,3%	14,7%		17,3%	14,7%	

^{1 -} Créditos renegociados no período para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes.

j) Informações Complementares

	Banco <i>M</i>	Núltiplo	Conso	lidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Créditos contratados a liberar	201.998.350	196.287.118	201.998.850	196.313.674
Garantias prestadas ¹	12.236.617	11.707.326	12.138.964	11.462.562
Créditos abertos para importação contratados	1.297.560	989.402	1.411.702	1.013.011
Créditos de exportação confirmados	750.091	675.243	836.484	675.243
Recursos vinculados	4.179.447	3.183.293	4.179.448	3.183.293

^{1 -} O Banco mantém provisão para garantias financeiras prestadas registrada em Provisões (Nota 21.c).

k) Operações de crédito por linha do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT

	TADE ¹	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e direitos creditórios descontados		46	207
Proger Urbano Capital de Giro	01/2016 e 01/2020	46	207
Financiamentos		236.519	254.083
Proger Urbano Investimento	18/2005	225.118	240.308
FAT Taxista	02/2009	11.401	13.775
Financiamentos rurais		221	192
Pronaf Investimento	05/2005	73	41
Pronaf Custeio	04/2005	148	151
Total		236.786	254.482

^{1 -} TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

^{2 -} Créditos renegociados de operações não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas. 3 - Inclui, no Exercício/2023, créditos renegociados convertidos em títulos e valores mobiliários, no âmbito de recuperação judicial

^{4 -} Inclui o valor de R\$ 194 mil (R\$ 393 mil em 31/12/2023) referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R\$ 45.351.893 mil (R\$ 21.211.031 mil em 31/12/2023) dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.



l) Programas instituídos para enfrentamento dos efeitos da Covid-19

Por meio da Resolução CMN nº 4.846/2020, o Banco Central permitiu a participação das instituições financeiras no Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese), nos termos da Lei nº 14.043/2020.

As instituições financeiras participantes do Pese podem financiar a folha salarial de empresários, sociedades empresárias e sociedades cooperativas, excetuadas as sociedades de crédito, sendo 15% do valor de cada financiamento custeado com recursos próprios das instituições financeiras participantes e 85% do valor de cada financiamento custeado com recursos da União. O risco de inadimplemento das operações de crédito e as eventuais perdas financeiras decorrentes serão suportados na mesma proporção da participação.

Instituído pela Lei nº 14.042/2020, o Programa Emergencial de Acesso ao Crédito na modalidade de garantia de recebíveis (Peac-Maquininhas) é destinado à concessão de empréstimo garantido por cessão fiduciária de recebíveis. Nesta modalidade as operações serão realizadas integralmente com recursos da União.

Conforme Resolução CMN nº 4.855/2020, apresentamos os saldos das operações de crédito contratadas no âmbito dos programas instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da Covid-19, cujo risco de crédito seja parcial ou integralmente assumido pela União, assim como a classificação por nível de risco das operações e o montante de provisão constituída para cada nível.

N/ 1 1	% Mínimo	31/12/2024			31/12/2023				
Nível de Risco	ge	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ¹	Total	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ¹	Total
AA ²		136.119				141.422			
Α	0,5								
В	1,0								
C	3,0					1			
D	10,0					3			
E	30,0					5	(2)		(2)
F	50,0					20	(10)		(10)
G	70,0					19	(13)		(13)
Н	100,0	19	(19)		(19)	374	(374)		(374)
Total		136.138	(19)		(19)	141.844	(399)		(399)

^{1 -} Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

^{2 -} Refere-se basicamente às operações cujo risco de crédito é assumido pela União.



13 – Outros ativos

a) Composição

	Banco M	últiplo	Consol	idado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Financeiros	108.660.076	94.649.918	109.237.452	94.577.173
Devedores por depósitos em garantia	37.584.537	36.153.206	38.559.827	37.024.098
Carteira de câmbio (Nota 13.d)	38.529.927	28.254.834	38.586.040	28.254.834
Fundos de Destinação do Superávit - Previ (Nota 29.f)	12.026.025	11.608.853	12.026.025	11.608.853
Rendas a receber	10.935.289	10.021.656	8.493.751	6.728.644
Títulos e créditos a receber ¹	3.494.448	2.713.910	4.735.739	4.360.473
Fundo de Compensação de Variações Salariais	2.947.503	3.381.724	2.947.503	3.381.724
Demais	3.142.347	2.515.735	3.888.567	3.218.547
Ativo circulante	75.650.621	63.491.482	73.574.782	61.020.202
Ativo não circulante	33.009.455	31.158.436	35.662.670	33.556.971
Não financeiros	33.573.691	29.000.463	35.668.058	29.683.893
Ativos atuariais (Nota 29.e)	27.338.861	23.851.683	27.338.861	23.851.683
Devedores diversos	3.438.813	3.545.981	3.878.325	3.893.504
Mantidos para venda - Recebidos	363.429	389.285	363.975	390.260
Despesas Antecipadas	1.412.563	571.866	1.526.276	611.913
Mantidos para venda - Próprios	26.805	27.845	51.916	28.417
Bens não de uso próprio e materiais em estoque	3.891	3.587	44.185	39.371
Demais	989.329	610.216	2.464.520	868.745
Ativo circulante	6.157.373	5.068.126	8.054.990	5.619.911
Ativo não circulante	27.416.318	23.932.337	27.613.068	24.063.982

^{1 -} Inclui títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional, no montante de R\$ 357.798 mil (R\$ 485.225 mil em 31/12/2023), provenientes de subvenções em operações com recursos do MCR 6-2, MCR 6-4 (Manual de Crédito Rural) e amparadas por legislação específica, a exemplo de Resoluções do CMN, do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Resolução CMN nº 2.960/2002) e dos Fundos de Desenvolvimento Regionais (FDNE e FDCO). Também estão incluídos recursos do Tesouro Nacional, referentes a equalização de taxas da safra agrícola Lei nº 8.427/1992, R\$ 1.786.875 mil (R\$ 934.100 mil em 31/12/2023).

b) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

	Banco Múltiplo		Consol	lidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Títulos e créditos a receber	(1.188.934)	(1.567.375)	(1.232.276)	(1.890.732)	
Devedores diversos	(801.290)	(710.539)	(806.499)	(710.744)	
Rendas a receber	(1.567.335)	(1.102.050)	(1.567.335)	(1.102.050)	
Demais	(28.358)	(41.823)	(28.357)	(41.824)	
Total	(3.585.917)	(3.421.787)	(3.634.467)	(3.745.350)	



c) Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

		Banco Múltiplo		Consolidado			
	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023	
Saldo inicial	(3.738.555)	(3.421.787)	(3.088.514)	(4.094.035)	(3.745.350)	(3.351.308)	
(Constituição)/reversão	(152.849)	(469.124)	(361.249)	(81.813)	(429.670)	(430.361)	
Variação cambial - provisões no exterior				(74)	(326)	4.121	
Baixas para prejuízo/outros ajustes	305.487	304.994	27.976	541.455	540.879	32.198	
Saldo final	(3.585.917)	(3.585.917)	(3.421.787)	(3.634.467)	(3.634.467)	(3.745.350)	

d) Carteira de câmbio

	Banco Mu	últiplo	Consolic	dado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Posição ativa				
Câmbio comprado a liquidar	36.760.034	26.238.256	36.760.048	26.238.256
Direitos sobre vendas de câmbio	52.540.743	32.727.251	52.596.842	32.727.251
Valores em moedas estrangeiras a receber	2.251	1.117	2.251	1.117
(Adiantamentos em moeda nacional/estrangeira recebidos)	(50.773.101)	(30.711.790)	(50.773.101)	(30.711.790)
Total	38.529.927	28.254.834	38.586.040	28.254.834
Ativo circulante	37.124.894	27.039.931	37.181.007	27.039.931
Ativo não circulante	1.405.033	1.214.903	1.405.033	1.214.903
Posição passiva				
Obrigações por compras de câmbio	32.636.672	26.923.381	32.636.682	26.923.381
Câmbio vendido a liquidar	63.646.797	32.272.564	63.702.856	32.272.564
Valores em moedas estrangeiras a pagar	1.676	1.481	69.206	56.131
Subtotal (Nota 20.a)	96.285.145	59.197.426	96.408.744	59.252.076
(Adiantamentos sobre contratos de câmbio) (Nota 12.a)	(29.510.029)	(24.924.882)	(29.510.029)	(24.924.882)
Total	66.775.116	34.272.544	66.898.715	34.327.194
Passivo circulante	56.736.246	19.626.071	56.859.845	19.680.721
Passivo não circulante	10.038.870	14.646.473	10.038.870	14.646.473
Carteira de câmbio líquida	(28.245.189)	(6.017.710)	(28.312.675)	(6.072.360)
Contas de compensação				
Créditos abertos para importação	1.744.908	1.344.852	1.859.050	1.368.461
Créditos de exportação confirmados	750.091	675.243	836.484	675.243

e) Resultado de outros ativos financeiros

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023
Resultado de operações de câmbio	613.961	(1.936.621)	1.192.227	718.180	(1.689.371)	2.963.676
Demais	103.919	241.060	257.649	103.917	241.061	257.647
Total	717.880	(1.695.561)	1.449.876	822.097	(1.448.310)	3.221.323



14-Investimentos

a) Movimentações nas participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto

	Capital	Patrimônio	Lucro/(Prejuízo) líquido ¹		de de ações nilhares)	Participação	Saldo contábil	Movime	ntações Exercício/2	2024	Saldo contábil	Resultado de equivalência
Banco Múltiplo	social	líquido ajustado ¹	Exercício/2024	Ordinárias	Preferenciais	do capital social %	31/12/2023	Dividendos/ JCP	Outros eventos ²	Resultado de equivalência	31/12/2024	Exercício/2023
No país							31.369.972	(11.497.284)	(1.169.685)	13.324.130	32.027.133	12.456.677
BB Elo Cartões Participações S.A.	7.734.513	9.772.940	1.832.519	17.703		100,00%	9.586.699	(1.695.437)	52.258	1.829.420	9.772.940	2.238.020
BB Seguridade Participações S.A. ³ ⁴	6.269.692	9.112.637	8.650.646	1.325.000		68,26%	6.178.236	(4.853.966)	(1.008.928)	5.904.692	6.220.034	5.305.841
BB Leasing S.A Arrendamento Mercantil	3.261.860	4.829.825	275.453	3.000		100,00%	4.816.052	(261.680)		275.453	4.829.825	341.081
Banco Votorantim S.A.	8.480.372	13.852.864	1.709.272	1.096.653	600.952	50,00%	6.712.366	(475.000)	(165.570)	854.636	6.926.432	556.516
BB Banco de Investimento S.A.	417.788	815.270	772.525	3.790		100,00%	873.991	(772.525)	(58.721)	772.525	815.270	715.357
BB Tecnologia e Serviços ⁴	300.040	501.704	141.905	248.458	248.586	99,99%	414.958	(55.208)		141.886	501.636	93.366
BB Administradora de Consórcios S.A.	727.543	1.129.791	1.423.549	14		100,00%	927.110	(1.220.866)	(2)	1.423.549	1.129.791	1.233.501
BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	1.191.207	1.429.795	2.035.814	100.000		100,00%	1.430.505	(2.035.814)	(710)	2.035.814	1.429.795	1.880.782
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	9.300	24.333	35.018	398.158		100,00%	24.333	(35.018)		35.018	24.333	33.611
Outras participações							405.722	(91.770)	11.988	51.137	377.077	58.602
No exterior⁵							5.707.593	(332.861)	405.462	4.440.346	10.220.540	4.429.521
Banco Patagonia S.A.	4.042	6.944.973	4.375.781	578.117		80,39%	2.309.800	(332.861)	88.420	3.517.664	5.583.023	4.523.257
BB Cayman Islands Holding	1.187.451	1.473.017	95.349	211.023		100,00%	1.063.308		314.360	95.349	1.473.017	70.635
Banco do Brasil AG	403.143	892.660	(8.562)	638		100,00%	746.147		155.075	(8.562)	892.660	(250.927)
BB Securities LLC	27.903	467.512	12.585	5.000		100,00%	368.020		86.907	12.585	467.512	11.273
Banco do Brasil Americas	1.043.311	1.752.760	246.908	36.250		100,00%	1.166.698		339.154	246.908	1.752.760	227.751
BB USA Holding Company		860	(60)			100,00%	720		200	(60)	860	(77)
Ágio na aquisição de investimentos no exterior							52.900		(2.192)		50.708	
Ganhos/(perdas) cambiais nas coligadas e controladas ^s									(576.462)	576.462		(152.391)
Total das participações em controladas,							37.077.56	(11.830.145)	(764.223)	17.764.47	42.247.673	16.886.198
(Provisão para perdas)							(34.743)				(34.743)	

^{1 -} Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis e considera os resultados não realizados decorrentes de transações com o Banco Múltiplo.

^{2 -} Referem-se basicamente a variação cambial sobre investimentos no exterior e a ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, bem como os decorrentes do programa de recompra de ações da BB Seguridade Participações S.A.

^{3 -} O valor do investimento considerando o preço de mercado cotado é de R\$47.938.500 mil (R\$44.586.250 mil em 31/12/2023).

^{4 -} Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

^{5 -} O lucro líquido e o resultado de equivalência das subsidiárias no exterior estão evidenciados sem os efeitos da variação cambial. Esses investimentos são objeto de hedge estrutural e seus impactos cambiais são reclassificados para as despesas com recursos de instituições financeiras (Nota 18.d.) no processo de consolidação.



Consolidado	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro/(Prejuízo) líquido ¹	Lucro/(Prejuizo) Quantidade de ações		Participação do capital social %	Saldo contábil Movimentações – Exercício/2024		cício/2024	Saldo contábil	Resultado de equivalência	
	SOCIAL	ajustado ¹	Exercício/2024	Ordinárias	Preferenciais		31/12/2023	Dividendos/ JCP	Outros eventos ²	Resultado de equivalência	31/12/2024	Exercício/2023
Coligadas ³ e controladas em conjunto ⁴												
Banco Votorantim S.A.	8.480.372	13.852.864	1.709.272	1.096.653	600.952	50,00%	6.712.366	(475.000)	(165.570)	854.636	6.926.432	556.516
Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ⁵	414.000	9.064.396	1.102.416	88.000	2.613.402	30,00%	2.711.004	(321.999)	(411)	330.725	2.719.319	381.330
Cielo S.A. ⁶	5.700.000	9.226.873	1.443.896	778.320		29,17%	3.536.849	(1.232.422)	(34.086)	421.193	2.691.534	601.858
Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ⁷	3.529.257	6.939.148	2.403.023	879	1.759	74,99%	5.695.325	(1.792.333)	(501.578)	1.801.907	5.203.321	1.789.793
BB Mapfre Participações S.A. ⁷	1.469.848	2.953.648	4.416.836	944.858	1.889.339	74,98%	2.244.984	(3.284.562)	(57.521)	3.311.744	2.214.645	2.904.586
Brasilcap Capitalização S.A. ⁷	354.398	803.744	280.771	107.989	159.308	66,77%	511.587	(174.761)	12.351	187.464	536.641	179.162
Elo Participações Ltda. ⁸	347.309	4.522.040	1.499.682	173.620		49,99%	1.426.638	(462)	84.700	749.691	2.260.567	812.242
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A.	1.425.605	1.537.537	101.540	1.954.245		49,99%	750.265	(19.288)	(13.122)	50.760	768.615	33.822
Outras Participações							492.279	(110.864)	10.971	80.577	472.963	65.576
Resultado não realizado ⁹							(2.987.602)		161.455		(2.826.147)	
Total							21.093.695	(7.411.691)	(502.811)	7.788.697	20.967.890	7.324.885
(Provisão para perdas)							(14.539)		4.070		(10.469)	

- 1 Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis e considera os resultados não realizados decorrentes de transações com o Banco Múltiplo.
- 2 Referem-se basicamente a ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.
- 3 O Banco possui influência significativa por meio da participação na gestão ou pela indicação de membros que compõe a Diretoria Executiva.
- 4 O Banco possui controle compartilhado nas decisões sobre as atividades relevantes das empresas mediante acordos contratuais.
- 5 Participação indireta do Banco na Cateno, por meio de sua controlada BB Elo Cartões Participações S.A. A participação total do Banco é de 64,49% (50,20% em 31/12/2023), em virtude da Cielo S.A. deter 70,00% de participação direta na Cateno. Em 14/08/2024, foi realizado leilão da OPA para aquisição de ações da Cielo que eram negociadas no mercado (Nota 32.h).
- 6 Participação indireta do Banco na Cielo, por meio de sua controlada BB Elo Cartões Participações S.A, considerando ainda as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria. Em 14/08/2024, foi realizado leilão da OPA para aquisição de ações da companhia que eram negociadas no mercado (Nota 32.h), dessa forma, a participações total do Banco na Cielo passou a ser de 49,28%, tendo em vista as participações detidas pela Livelo e pela Elo Participações Ltda.
- 7 Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis.
- 8 A equivalência patrimonial da Elo Participações Ltda é calculada na proporção da contribuição mensal da BB Elo Cartões nos negócios da empresa, conforme acordo de 01/11/2017, entre a BB Elo Cartões e a Bradescard.
- 9 Contempla o resultado não realizado proveniente da parceria estratégica entre a BB Elo Cartões e a Cielo, constituindo a Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A, e o resultado não realizado decorrente da parceria estratégica entre o BB-BI e o UBS A.G.



b) Informações qualitativas das principais coligadas e controladas em conjunto

	Loca	alização			
Empresa	País de constituição	Sede	Descrição	Segmento	Participação estratégica ¹
Banco Votorantim S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Desenvolve atividades bancárias em modalidades variadas, tais como crédito ao consumidor, arrendamento mercantil e administração de fundos de investimento.	Bancário	Sim
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Comercializa seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de aposentadoria e benefícios complementares.	Seguridade	Sim
Cielo S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e meios de pagamento.	Meios de pagamento	Sim
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços responsável pela gestão das transações oriundas das operações de cartões de crédito e débito.	Meios de pagamento	Sim
BB Mapfre Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Holding de outras sociedades dedicadas à comercialização de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola.	Seguridade	Sim
Elo Participações Ltda.	Brasil	Barueri (SP)	Holding que consolida negócios conjuntos relacionados a meios eletrônicos de pagamento.	Meios de pagamento	Sim
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Atua em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores no segmento institucional no Brasil e em determinados países da América do Sul.	Investimentos	Sim
Brasilcap Capitalização S.A.	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Comercializa planos de capitalização, bem como outros produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização.	Seguridade	Sim

^{1 -} Consideram-se participações estratégicas os investimentos em sociedades cujas atividades complementam ou dão suporte às atividades do banco.



c) Informações financeiras resumidas das principais coligadas e controladas em conjunto e não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pelo Banco

31/12/2024	Banco Votorantim S.A.	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Cielo S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Elo Participações Ltda.	UBS BB S.A.	Brasilcap S.A.
Ativos circulantes	75.881.333	416.074.864	110.812.426	2.352.195	277.504	963.331	451.511	6.085.371
Ativos não circulantes	63.261.168	18.209.160	9.398.949	7.942.503	3.041.870	4.746.611	1.324.642	7.445.779
Passivos circulantes	85.567.233	53.790.732	106.185.762	1.225.850	1.046	965.266	200.030	11.418.698
Passivos não circulantes	39.717.442	373.538.897	4.798.740	4.452		91.253		1.308.708
Passivos contingentes	326.478	16.464	285.931	4.452		44.925		1.298.362
Lucro líquido - Exercício/2024	1.707.566	2.400.723	1.438.838	1.102.416	4.416.247	1.501.770	101.540	280.771
Ajustes de harmonização de práticas contábeis e resultados não realizados	1.706	2.300	5.058		589	(2.088)		
Lucro líquido ajustado – Exercício/2024	1.709.272	2.403.023	1.443.896	1.102.416	4.416.836	1.499.682	101.540	280.771
% de participação	50,00%	74,99%	29,17%	30,00%	74,98%	49,99%	49,99%	66,77%
Resultado de equivalência	854.636	1.801.907	421.193	330.725	3.311.744	749.691	50.760	187.464
Outros resultados abrangentes	(331.142)	(338.513)	2.327		72.110		(26.248)	20.633
Resultado abrangente total	1.378.130	2.064.510	1.446.223	1.102.416	4.488.946	1.499.682	75.292	301.404
Patrimônio líquido	13.857.826	6.954.395	9.226.873	9.064.396	3.318.328	4.653.423	1.576.123	803.744
Ajustes de harmonização de práticas contábeis e resultados não realizados	(4.962)	(15.247)			(364.680)	(131.383)	(38.586)	
Patrimônio líquido ajustado	13.852.864	6.939.148	9.226.873	9.064.396	2.953.648	4.522.040	1.537.537	803.744
% de participação	50,00%	74,99%	29,17%	30,00%	74,98%	49,99%	49,99%	66,77%
Saldo do investimento	6.926.432	5.203.321	2.691.534	2.719.319	2.214.645	2.260.567	768.615	536.641
Resultado não realizado				(2.335.427)			(490.720)	



31/12/2023	Banco Votorantim S.A.	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Cielo S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Elo Participações Ltda.	UBS BB S.A.	Brasilcap S.A.
Ativos circulantes	58.613.530	378.684.860	106.002.209	1.909.830	11.864	1.023.780	333.733	9.387.969
Ativos não circulantes	82.242.849	20.251.955	9.096.226	8.317.054	3.347.091	2.627.543	1.371.220	4.108.791
Passivos circulantes	94.068.118	55.376.466	99.481.192	1.187.231	170	563.008	204.122	11.484.438
Passivos não circulantes	33.356.859	335.947.924	3.358.439	2.973		103.085		1.246.101
Passivos contingentes	605.072	23.427	303.436	2.973		68.021	366	1.235.341
Lucro líquido – Exercício/2023	1.150.561	2.374.258	2.086.838	1.271.100	3.887.688	1.757.753	67.658	268.33
Ajustes de harmonização de práticas contábeis e resultados não realizados	(37.528)	12.291	(783)		(14.390)	(132.943)		
Lucro líquido ajustado — Exercício/2023	1.113.033	2.386.549	2.086.055	1.271.100	3.873.298	1.624.810	67.658	268.337
% de participação	50,00%	74,99%	28,86%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%
Resultado de equivalência	556.516	1.789.793	601.858	381.330	2.904.586	812.242	33.822	179.162
Outros resultados abrangentes	143.070	852	1.374		106.757		(9.972)	58.000
Resultado abrangente total	1.256.103	2.387.401	2.087.429	1.271.100	3.980.055	1.624.810	57.686	326.337
Patrimônio líquido	13.431.402	7.612.425	12.258.804	9.036.680	3.358.785	2.985.230	1.500.831	766.221
Ajustes de harmonização de práticas contábeis e resultados não realizados		(18.151)			(365.074)	(131.383)		
Patrimônio líquido ajustado	13.431.402	7.594.274	12.258.804	9.036.680	2.993.711	2.853.847	1.500.831	766.221
% de participação	50,00%	74,99%	28,85%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%
Saldo do investimento	6.715.701	5.695.325	3.536.849	2.711.004	2.244.984	1.426.638	750.265	511.587
Resultado não realizado	(3.335)			(2.451.233)			(536.369)	



15 - Imobilizado de uso

					Banco Múltipl	0			
		31/12/2023	E	Exercício/2024			31/12/	2024	
	Taxa anual de depreciação	Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Constituição de perdas	Valor de custo	Depreciação acumulada	Perdas por redução ao valor recuperável	Saldo contábil
Edificações	4 a 10%	3.479.056	851.782	(400.627)	(1.456)	10.087.568	(6.149.327)	(9.486)	3.928.755
Móveis e equipamentos	10 a 20%	2.285.768	319.919	(355.465)	(94)	4.679.671	(2.429.412)	(131)	2.250.128
Equipamentos de processamento de dados	10 a 20%	2.302.020	1.274.863	(578.897)		7.047.255	(4.049.269)		2.997.986
Imobilizações em curso		1.115.425	227.761			1.343.186			1.343.186
Terrenos		313.183	(3.210)			309.973			309.973
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	273.747	64.970	(50.823)		800.982	(508.033)	(5.055)	287.894
Instalações	10%	99.374	23.678	(20.012)		1.052.985	(949.945)		103.040
Veículos	10%	1.084	5.719	(659)		14.106	(7.962)		6.144
Imobilizado em estoque		805	(13)			792			792
Total		9.870.462	2.765.469	(1.406.483)	(1.550)	25.336.518	(14.093.948)	(14.672)	11.227.898

					Consolidado				
		31/12/2023	E	xercício/2024			31/12/	2024	
	Taxa anual de depreciação	Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Constituição de perdas	Valor de custo	Depreciação acumulada	Perdas por redução ao valor recuperável	Saldo contábil
Edificações	4 a 10%	3.489.871	858.579	(403.601)	(1.456)	10.131.231	(6.176.036)	(11.802)	3.943.393
Móveis e equipamentos	10 a 20%	2.403.407	365.691	(378.760)	(5.508)	4.932.420	(2.534.059)	(13.531)	2.384.830
Equipamentos de processamento de dados	10 a 20%	2.362.738	1.335.380	(598.697)		7.243.094	(4.143.673)		3.099.421
Imobilizações em curso		1.116.084	230.118			1.346.202			1.346.202
Terrenos		315.455	(3.208)			312.247			312.247
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	276.105	69.896	(51.865)		810.783	(511.593)	(5.054)	294.136
Instalações	10%	105.716	25.146	(20.886)		1.062.795	(952.819)		109.976
Veículos	10%	2.112	7.672	(1.100)		17.372	(8.688)		8.684
Imobilizado em estoque		805	(15)			790			790
Total		10.072.293	2.889.259	(1.454.909)	(6.964)	25.856.934	(14.326.868)	(30.387)	11.499.679



16 – Intangível

a) Movimentação e composição

		Banco Múltiplo				Consolidado		
	Direitos de gestão de folhas de pagamento	Softwares	Total	Direitos de gestão de folhas de pagamento	Softwares	Ágio pela expectativa de rentabilidade futura	Outros ativos intangíveis ¹	Total
Taxa anual de amortização	Contrato	10%		Contrato	10%	Estudo técnico	Contrato	
Saldos em 31/12/2023	6.020.093	4.742.513	10.762.606	6.020.093	4.765.920	13.257	1.509	10.800.779
Movimentações								
Adições	1.240.021	1.785.174	3.025.195	1.240.021	1.793.560			3.033.581
Variação cambial		9.361	9.361		15.312	107	5	15.424
Baixas	(174.670)	(85.128)	(259.798)	(174.670)	(89.520)			(264.190)
Amortização	(1.877.089)	(581.948)	(2.459.037)	(1.877.089)	(589.949)	(2.227)		(2.469.265)
(Constituição)/ reversão de perdas	174.670	45.663	220.333	174.670	45.663			220.333
Saldos em 31/12/2024	5.383.025	5.915.635	11.298.660	5.383.025	5.940.986	11.137	1.514	11.336.662
Valor de custo	10.170.442	10.591.357	20.761.799	10.170.442	10.706.670	413.953	1.514	21.292.579
Amortização acumulada	(4.689.318)	(4.648.948)	(9.338.266)	(4.689.318)	(4.738.910)	(372.925)		(9.801.153)
Perdas por redução ao valor recuperável	(98.099)	(26.774)	(124.873)	(98.099)	(26.774)	(29.891)		(154.764)
Estimativa de amortização	5.383.025	5.915.635	11.298.660	5.383.025	5.940.986	11.137		11.335.148
2025	1.812.050	591.564	2.403.614	1.812.050	594.099	2.164		2.408.313
2026	1.700.980	591.564	2.292.544	1.700.980	594.099	2.164		2.297.243
2027	1.366.841	591.564	1.958.405	1.366.841	594.099	2.027		1.962.967
2028	285.375	591.564	876.939	285.375	594.099	1.834		881.308
Após 2028	217.779	3.549.379	3.767.158	217.779	3.564.590	2.948		3.785.317

^{1 -} Inclui o valor referente ao ativo intangível de vida útil indefinida.



b) Teste de valor recuperável dos ágios

O valor recuperável dos ágios pelas expectativas de rentabilidade futura é determinado com base no valor em uso, calculado pela metodologia de Fluxo de Caixa Descontado, que se fundamenta na projeção de um fluxo de caixa para a empresa investida (unidade geradora de caixa) e na determinação da taxa que irá descontar esse fluxo. Para avaliação dos bancos, foi utilizada a metodologia de Fluxo de Caixa Livre para o Acionista, descontado pelo custo de capital próprio apurado para cada instituição.

As premissas adotadas para estimar esse fluxo são baseadas em informações públicas, no orçamento e no plano de negócios das empresas avaliadas. As premissas consideram o desempenho atual e passado, bem como o crescimento esperado no respectivo mercado de atuação e em todo ambiente macroeconômico.

O fluxo de caixa da empresa relacionada a seguir foi projetado pelo período de 5 anos, perpetuando-se a partir do último período, com taxa de crescimento estabilizada. Para os períodos de fluxo de caixa excedentes aos prazos das projeções dos orçamentos ou planos de negócios, as estimativas de crescimento utilizadas estão em linha com aquelas adotadas pela empresa. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM ajustado ao mercado e a moeda de cada país.

Empresas (Unidades Geradoras de Caixa)	Taxa de crescimento a.a. 1	Taxa de desconto a.a. ²
Banco Patagonia	8,00 %	35,81 %

^{1 -} Crescimento nominal na perpetuidade.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil da unidade geradora de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

Nos períodos apresentados, não houve perda por redução ao valor recuperável sobre os ágios pelas expectativas de rentabilidade futura.

^{2 -} Média geométrica das projeções utilizadas nas avaliações econômicas, referenciada em Pesos Argentinos.



17 - Recursos de clientes

a) Depósitos

	Banco Mú	ltiplo	Consolic	lado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos à vista	98.348.410	101.695.288	107.706.845	109.118.616
Pessoas físicas	47.109.767	48.001.363	52.812.219	53.343.821
Pessoas jurídicas	39.559.878	38.925.282	43.159.244	41.080.260
Vinculados ¹	7.240.571	8.376.887	7.405.572	8.433.601
Ligadas	521.046	293.465	508.407	279.027
Governos	2.349.537	4.344.803	2.349.537	4.344.804
Moedas estrangeiras	440.776	442.501	440.776	442.501
Instituições do sistema financeiro	781.889	887.400	692.126	779.095
Especiais do Tesouro Nacional	43.386	51.421	43.386	51.421
Domiciliados no exterior	209.166	204.279	203.183	196.199
Outros	92.394	167.887	92.395	167.887
Depósitos de poupança	218.362.609	206.915.086	218.362.609	206.915.086
Pessoas físicas	210.342.992	198.855.934	210.342.992	198.855.934
Pessoas jurídicas	7.701.309	7.661.137	7.701.309	7.661.137
Ligadas	303.573	383.242	303.573	383.242
Instituições do sistema financeiro	14.735	14.773	14.735	14.773
Depósitos a prazo	516.384.787	478.689.476	547.447.414	495.670.482
Judiciais	247.677.972	272.216.976	247.815.305	272.294.475
Moeda nacional	237.343.964	181.662.633	237.343.964	181.696.742
Moedas estrangeiras	19.105.474	13.876.982	50.030.768	30.746.380
Regime especial ²	7.015.731	6.086.206	7.015.731	6.086.206
Garantias de terceiros ³	3.095.034	2.692.631	3.095.034	2.692.631
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (Nota 17.d)	275.055	330.405	275.055	330.405
Funproger (Nota 17.e)	709.342	653.690	709.342	653.690
Outros	1.162.215	1.169.953	1.162.215	1.169.953
Outros depósitos	193.823	239.619	193.823	239.619
Total	833.289.629	787.539.469	873.710.691	811.943.803
Passivo circulante	632.461.045	627.183.127	672.108.972	650.934.045
Passivo não circulante	200.828.584	160.356.342	201.601.719	161.009.758

^{1 -} Inclui o montante de R\$ 1.880.151 mil (R\$ 3.364.361 mil em 31/12/2023), referente à arrecadação de DAF - Demonstrativos da Distribuição de Arrecadação Federal e Ordens Bancárias do Tesouro.

b) Segregação de depósitos por prazo de exigibilidade

				Banco Múltiplo			
	Sem vencimento	até 90 dias	de 91 a 360 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos a prazo ¹	241.097.068	29.216.213	45.242.922	119.840.792	80.987.792	516.384.787	478.689.476
Depósitos de poupança	218.362.609					218.362.609	206.915.086
Depósitos à vista	98.348.410					98.348.410	101.695.288
Outros depósitos	193.823					193.823	239.619
Total	558.001.910	29.216.213	45.242.922	119.840.792	80.987.792	833.289.629	787.539.469

¹⁻Inclui o valor de R\$ 143.735.351 mil (R\$ 114.634.355 mil em 31/12/2023), relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

				Consolidado			
	Sem vencimento	até 90 dias	de 91 a 360 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos a prazo ¹	241.097.068	55.288.177	49.460.448	120.336.829	81.264.890	547.447.412	495.670.482
Depósitos de poupança	218.362.609				1	218.362.610	206.915.086
Depósitos à vista	107.706.846					107.706.846	109.118.616
Outros depósitos	193.823					193.823	239.619
Total	567.360.346	55.288.177	49.460.448	120.336.829	81.264.891	873.710.691	811.943.803

¹⁻Inclui o valor de R\$ 143.735.351 mil (R\$ 114.634.355 mil em 31/12/2023), relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

^{2 -} Valores depositados em conta especial dos Tribunais de Justiça, para atender aos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme disposto na Emenda Constitucional n.º 99/2017.
3 - Correspondem a acordos de cooperação firmados entre os tribunais ou conselhos para atender às disposições da Resolução nº 98/2009 do Conselho Nacional de Justiça.



c) Despesas com recursos de clientes

		Banco Múltiplo		Consolidado				
	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023		
Depósitos de poupança	(7.214.950)	(13.863.458)	(15.304.786)	(7.214.950)	(13.863.458)	(15.304.786)		
Depósitos a prazo	(19.814.821)	(38.444.396)	(39.311.939)	(21.981.960)	(43.248.880)	(50.971.662)		
Judiciais	(11.323.167)	(22.500.475)	(22.980.045)	(11.324.792)	(22.504.034)	(22.989.849)		
Demais	(8.491.654)	(15.943.921)	(16.331.894)	(10.657.168)	(20.744.846)	(27.981.813)		
Total	(27.029.771)	(52.307.854)	(54.616.725)	(29.196.910)	(57.112.338)	(66.276.448)		

d) Fundo de amparo ao trabalhador (FAT)

	~	Devolução	de Recursos		31/12/2024			31/12/2023		
	Resolução /TADE ¹	Forma ²	Data inicial	Disponível TMS ³	Aplicado TJLP e TLP ⁴	Total	Disponível TMS ³	Aplicado TJLP e TLP ⁴	Total	
Proger Rural e Pronaf				8	13	21	4	75	79	
Pronaf Custeio	04/2005	RA	11/2005	4	13	17	3	69	72	
Pronaf Investimento	05/2005	RA	11/2005	4		4	1	6	7	
Proger Urbano				13.212	251.557	264.769	43.930	266.593	310.523	
Urbano Investimento	18/2005	RA	11/2005	13.212	251.557	264.769	43.629	266.353	309.982	
Urbano Capital de Giro 2020	01/2020	RA	04/2020				301	240	541	
Outros				2.152	8.112	10.265	4.029	15.774	19.803	
FAT Taxista	02/2009	RA	09/2009	2.152	8.112	10.265	4.029	15.774	19.803	
Total				15.372	259.682	275.055	47.963	282.442	330.405	

- 1 TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.
- 2 RA Retorno Automático (mensalmente, 2% sobre o saldo total).
- 3 Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS).
- 4 Recursos remunerados: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para recursos liberados até 31.12.2017 e Taxa de Longo Prazo (TLP) para aqueles liberados a partir de 01/01/2018.

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei nº 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). O Codefat é um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo, que atua como gestor do FAT.

As principais ações para a promoção do emprego financiadas com recursos do FAT estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei nº 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais, incorporando, entre outros, o próprio Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger, nas modalidades Urbano – Investimento e Capital de Giro, Empreendedor Popular, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, além das linhas especiais tais como FAT taxista, FAT Turismo Investimento e FAT Turismo Capital de Giro.

Os depósitos especiais do FAT alocados junto ao Banco do Brasil, enquanto disponíveis, são remunerados pela Taxa Média Selic (TMS) pro rata die. À medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela TLP (Taxa de Longo Prazo) a partir de 1º de janeiro de 2018 e TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) para os recursos liberados até 31 de dezembro de 2017, durante o período de vigência dos financiamentos. As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat nº 439/2005, 489/2006 e 801/2017.

e) Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger)

O Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger) é um fundo especial de natureza contábil, criado em 23/11/1999 pela Lei nº 9.872/1999, alterada pela Lei nº 10.360/2001 e pela Lei nº 11.110/2005, regulamentado pela Resolução Codefat nº 409/2004 e alterações posteriores, gerido pelo Banco do Brasil com a supervisão do Codefat.

O objetivo do Funproger é conceder aval a empreendedores que não disponham das garantias necessárias para contratação de financiamentos do Proger Urbano e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), mediante o pagamento de uma comissão para a concessão de aval. Para formação do patrimônio do Funproger, foram aportados recursos provenientes da diferença entre a aplicação da TMS e a TJLP na remuneração dos saldos disponíveis de depósitos especiais do FAT. Outras fontes de recursos que compõem o Fundo são as receitas decorrentes de sua operacionalização e a remuneração de suas disponibilidades pelo Banco do Brasil, gestor do Fundo.



18 – Recursos de instituições financeiras

a) Composição

	Banco M	lúltiplo	Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Captações no mercado aberto (Nota 18.b)	642.161.128	589.803.028	617.780.080	565.293.587	
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 18.c)	80.659.864	118.471.195	80.853.482	62.038.075	
Depósitos interfinanceiros	31.010.059	24.249.941	25.283.067	23.726.731	
Obrigações por operações vinculadas a cessão	107.698	132.331	107.698	132.331	
Total	753.938.749	732.656.495	724.024.327	651.190.724	
Passivo circulante	699.781.920	658.582.771	675.786.099	615.311.496	
Passivo não circulante	54.156.829	74.073.724	48.238.228	35.879.228	

b) Captações no mercado aberto

	Banco Mú	iltiplo	Consolid	ado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Carteira própria	321.634.866	291.328.264	297.253.818	267.295.119
Letras Financeiras do Tesouro	287.355.037	270.739.667	268.078.293	250.702.691
Títulos privados	24.484.282	7.447.800	24.484.282	7.447.800
Títulos no exterior	9.795.538	7.957.482	4.691.234	3.961.313
Letras do Tesouro Nacional	9	3.725.483	9	3.725.483
Notas do Tesouro Nacional		1.457.832		1.457.832
Carteira de terceiros	320.526.262	298.474.764	320.526.262	297.998.468
Notas do Tesouro Nacional	198.315.177	273.346.591	198.315.177	272.870.295
Letras do Tesouro Nacional	62.007.710	25.128.173	62.007.710	25.128.173
Letras Financeiras do Tesouro	60.203.375		60.203.375	
Total	642.161.128	589.803.028	617.780.080	565.293.587
Passivo circulante	621.833.407	569.771.945	602.556.662	549.258.673
Passivo não circulante	20.327.721	20.031.083	15.223.418	16.034.914

c) Obrigações por empréstimos e repasses

Obrigações por empréstimos no exterior

		Banco Múltiplo							
	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	acima de 5 anos	31/12/2024	31/12/2023		
Tomados junto ao Grupo BB	99.873	37.884	684.162			821.919	32.377.814		
Tomados junto a banqueiros	6.517.096	14.543.991	6.009.502	7.692.201		34.762.790	19.590.802		
Importação	21	21.173	37.989	226.509	46	285.738	443.818		
Exportação							36.478		
Total	6.616.990	14.603.048	6.731.653	7.918.710	46	35.870.447	52.448.912		
Passivo circulante						21.220.038	30.154.435		
Passivo não circulante						14.650.409	22.294.477		

		Consolidado							
	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	acima de 5 anos	31/12/2024	31/12/2023		
Tomados junto a banqueiros	6.790.747	14.601.715	6.693.664	7.692.201		35.778.327	19.966.423		
Importação	21	21.173	37.989	226.509	46	285.738	443.818		
Exportação							36.478		
Total	6.790.768	14.622.888	6.731.653	7.918.710	46	36.064.065	20.446.719		
Passivo circulante						21.413.656	14.326.330		
Passivo não circulante						14.650.409	6.120.389		



Obrigações por repasses

Do país - instituições oficiais

Duc 200-00-0	Tava da akvalina aza a a	Banco <i>N</i>	Iúltiplo	Consol	idado
Programas	Taxa de atualização a.a.	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Tesouro Nacional - Crédito Rural		82.934	139.309	82.934	139.309
Pronaf	TMS (se disponível) ou Pré 0,50% a 6,00% (se aplicado)	6.903	7.293	6.903	7.293
Cacau			108.125		108.125
Recoop	Pré 5,75% a 8,25% ou IGP-DI + 1,00% ou IGP-DI + 2,00%	9.845	9.845	9.845	9.845
Outros		65.953	14.046	65.953	14.046
Outros Fundos e Programas		233		233	
BNDES	Pré 0,50% a 8,12% TJLP 0,50% a 5,00% IPCA 4,20% IPCA TLP 1,99% a 3,20% Selic + 2,08% Var. Camb. 1,70% a 1,80% TFBD 0,95% a 6,25%	13.420.673	11.894.921	13.420.673	11.894.921
Caixa Econômica Federal	Pré 4,85% (média)	26.080.370	26.978.628	26.080.370	26.978.628
Finame	Pré 0,70% a 10,72% TJLP + 0,90% a 1,60% Selic + 0,95% a 1,34% TFBD + 0,95% a 6,47% TJLP + 2,10%	4.754.354	2.221.148	4.754.354	2.221.148
Outras Instituições Oficiais		451.086	357.350	451.086	357.350
Funcafé	TMS (se disponível) Pré 11,00% Funding 8,00%	451.058	357.324	451.058	357.324
Outros		28	26	28	26
Total		44.789.417	41.591.356	44.789.417	41.591.356
Passivo circulante		29.249.636	30.176.070	29.249.636	30.176.070
Passivo não circulante		15.539.781	11.415.286	15.539.781	11.415.286

Do exterior

	Banco <i>N</i>	Núltiplo	Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Recursos livres - Resolução BCB nº 278/2022		24.430.927			
Total		24.430.927			
Passivo circulante		6.533.582			
Passivo não circulante		17.897.345			



d) Despesas com recursos de instituições financeiras

		Banco Múltiplo			Consolidado	
	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023
Captações no mercado aberto	(37.908.888)	(73.449.773)	(81.649.009)	(36.807.827)	(71.238.117)	(79.516.275)
Carteira de terceiros	(22.791.848)	(44.708.301)	(55.249.692)	(22.569.382)	(44.238.531)	(54.965.599)
Carteira própria	(15.117.040)	(28.741.472)	(26.399.317)	(14.238.445)	(26.999.586)	(24.550.676)
Depósitos interfinanceiros ¹	(1.788.824)	(2.613.217)	(678.236)	(1.527.430)	(3.896.836)	1.471.261
Obrigações por Empréstimos ¹	(8.908.161)	(16.311.306)	(13.284)	(8.938.178)	(15.991.431)	2.035.993
Obrigações por repasses	(4.757.363)	(11.107.392)	(3.706.175)	(4.731.738)	(9.870.781)	(1.231.132)
Do exterior ¹	(3.305.539)	(8.268.313)	(819.327)	(3.279.914)	(7.031.702)	1.655.716
Caixa Econômica Federal	(784.019)	(1.551.412)	(1.829.354)	(784.019)	(1.551.412)	(1.829.354)
BNDES	(336.246)	(760.340)	(854.887)	(336.246)	(760.340)	(854.887)
Finame	(217.691)	(366.543)	(94.585)	(217.691)	(366.543)	(94.585)
Tesouro Nacional	(63.522)	(69.822)	(10.564)	(63.522)	(69.822)	(10.564)
Outras	(50.346)	(90.962)	(97.458)	(50.346)	(90.962)	(97.458)
Ganhos/(perdas) cambiais sobre investimentos no exterior ²	1.862.367	3.791.532	(930.961)	2.131.409	4.367.994	(1.083.352)
Total	(51.500.869)	(99.690.156)	(86.977.665)	(49.873.764)	(96.629.171)	(78.323.505)

 ^{1 -} As movimentações credoras apresentadas decorrem da variação cambial negativa do período (valorização do Real frente ao Dólar).
 2 - Variação cambial dos ativos e passivos das agências e controladas no exterior, reclassificada para as despesas com recursos de instituições financeiras com o objetivo de anular a variação cambial incidente sobre os instrumentos financeiros passivos contratados para proteção do resultado do Banco em relação às oscilações cambiais.



19 - Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários

a) Composição

	Banco M	1últiplo	Conso	lidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 19.b)	274.936.281	236.863.387	286.024.658	245.832.383
Dívidas subordinadas (Nota 19.c)	44.640.586	44.423.924	39.540.586	38.323.924
Total	319.576.867	281.287.311	325.565.244	284.156.307
Passivo circulante	138.546.640	117.993.784	139.826.660	117.993.784
Passivo não circulante	181.030.227	163.293.527	185.738.584	166.162.523



b) Recursos de aceites e emissão de títulos

Banco Multiple Programa "Clobal Medium - Term Notes" USD	31/12/2024	31/12/2023
USD	274.936.281	236.863.387
BRL 293.08\$ 10,15% 2017 2027	25.495.427	20.331.168
USD	6.324.118	4.939.435
Corp	269.435	307.604
BRL 398,000 9,50% 2019 2026		3.630.032
MXM 1,900,000 8,50% 2019 2026	225.639	199.944
Core	378.753	404.600
USD 750,000 3,25% 2021 2026 USD 500,000 4,86% 2022 2029 USD 750,000 6,25% 2023 2030 USD 750,000 6,25% 2023 2030 USD 750,000 6,00% 2024 2031 2032 2032 2032 2032 2032 2032 2032 2032 2032 2032 2032 2032 2032 2032 2032 2032 2032 2032 2032 2032 2032 2032 2032 2	578.202 686.179	550.329 627.883
USD 500,000 4,88% 2022 2039 USD 750,000 6,25% 2023 2030 USD 750,000 6,25% 2023 2030 USD 750,000 6,00% 2024 2021 USD 750,000 6,00% 2024 2021 Certificados de Depósitos * Curto praze Longo prazo 3,39% a 16,29% 2027 Certificados de operações estruturadas Curto prazo 9,65% a 14,33% DI 2025 Longo prazo 9,53% a 15,77% DI 2026 Letras de Crédito Imobiliário 69,00% a 97,50% DI 100% da TR + 7,71% Curto prazo 20,57% a 10,87% a 100,00% DI Pré 8,88% a 13,47% 2027 Letras de Crédito do Agronegócio 10,87% a 100,00% DI Pré 8,88% a 13,47% 2025 Longo prazo 20,000 Pré 8,88% a 13,47% 2025 Longo prazo 20,000 Badiar + 4,50% 2024 2025 Banco Patagonia ARS 937,500 Badiar + 4,50% 2024 2025 Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Exterior * Entidades de Propósitos Específicos - EPE no USD 200,000 \$00 \$\text{ Soft 3m + 2,75% 2022/2023 2029} \text{ USD 500,000 \$\text{ Soft 6m + 2,75% 2022/2023 2029} \text{ USD 500,000 \$\text{ Soft 6m + 2,93% 2014/2015 2034 }\text{ Notas Estruturadas * USD 500,000 \$\text{ Soft 6m + 2,93% 2014/2015 2034 }\text{ Notas Estruturadas * USD \$00,000 \$\text{ Soft 6m + 2,93% 2014/2015 2034 }\text{ Notas Estruturadas * USD \$00,000 \$\text{ Soft 6m + 2,93% 2015 2030 }\text{ 2015 2030 } Notas Estruturadas *	4.582.721	3.579.794
USD 750,000 6,25% 2023 2030 USD 750,000 6,00% 2024 2031 Certificados de Depósitos * Curto prazo Longo prazo 0,00% a 6,57% Longo prazo 3,39% a 16,25% 2027 Certificados de operações estruturadas Curto prazo 9,53% a 15,77% DI 2026 Letras de Crédito Imobiliário 69,00% a 77,50% DI 100% da TR + 7,71% 2025 Longo prazo 10,87% a 100,00% DI Pré 8,88% a 13,47% Letras de Crédito do Agronegócio 10,87% a 100,00% DI Pré 8,88% a 13,47% Letras de Crédito do Agronegócio 2027 Letras de Crédito do Agronegócio 2027 Letras financeiras 2027 Letras financeiras 2027 Letras financeiras 2025 Longo prazo 2026 Entrá financeiras 2026 Entrá financeiras 2026 Longo prazo 2026 Letras financeiras 2026 Longo prazo 2026 Letras financeiras 2025 Longo prazo 2026 Letras financeiras 2026 Longo prazo 2026 Longo prazo 2026 Letras financeiras 2026 Longo prazo 2026 Longo prazo 2026 Letras financeiras 2026 Longo prazo 2026 Letras financeiras 2026 Longo prazo 20	3.155.869	2.465.089
USD 750,000 6,00% 2024 2031	4.648.744	3.626.458
Curto prazo Longo prazo Longo prazo Longo prazo Certificados de operações estruturadas Curto prazo Longo prazo 9,65% a 14,33% DI 2025 Longo prazo 9,53% a 15,77% DI 2026 Letras de Crédito Imobiliário Curto prazo Longo prazo Longo prazo 10,87% a 100,00% DI Pré 8,86% a 13,47% Curto prazo Longo prazo Longo prazo Longo prazo Longo prazo Letras financeiras 100,00% do DI + 0,55% a 0,85% 10,90% do DI + 0,55% a 0,85% Curto prazo Longo prazo Longo prazo	4.645.767	
Longo prazo 3,39% a 16,25% 2027 Certificados de operações estruturadas Curto prazo 9,65% a 14,33% DI 2025 Longo prazo 9,55% a 15,77% DI 2026 Letras de Crédito Imobiliário 69,00% a 97,50% DI 100% da TR + 7,71% Curto prazo 2025 Longo prazo 2027 Letras de Crédito do Agronegócio 10,87% a 100,00% DI Pré 8,88% a 13,47% Curto prazo 2025 Longo prazo 2027 Letras financeiras 100,00% do DI + 0,55% a 0,85% a 0,85% Curto prazo 2025 Longo prazo 2025 Longo prazo 2025 Longo prazo 2025 Letras financeiras 2025 Longo prazo 2025 Longo prazo 2026 Banco Patagonia 4AS 937,500 Badlar + 4,50% 2024 2025 ARS 8,955,224 Badlar + 6,50% 2024 2025 Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Exterior 2 200,000 3,70% 2019 2026 Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior 2 205 205 205 205 205 205 205 205 205 2	8.097.344	8.309.565
Certificados de operações estruturadas 2025 2026	7.615.959	7.239.820
Curto prazo 9,65% a 14,33% DI 2025 Longo prazo 9,53% a 15,77% DI 2026 Letras de Crédito Imobiliàrio 69,00% a 97,50% DI 100% da TR + 7,71% Curto prazo 2025 Longo prazo 2027 Letras de Crédito do Agronegócio 10,87% a 100,00% DI Pré 8,88% a 13,47% Curto prazo 2025 Longo prazo 2025 Letras financeiras 100,00% do DI + 0,55% a 0,85% Banco Patagonia ARS 937,500 Badlar + 4,50% 2024 2025 Banco Patagonia ARS 937,500 Badlar + 4,50% 2024 2025 Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Exterior 3 Securitzação do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior 3 USD 200,000 3,70% 2019 2026 USD 150,000 Sofr 3m + 2,75% 2022/2023 2029 USD 150,000 Sofr 3m + 1,46% 2019 2024 Notas Estruturadas 3 USD 500,000 Sofr 6m + 2,93% 2014/2015 2034 USD 320,000 Sofr 6m + 2,93% 2014/2015 2034	481.385	1.069.745
Letras de Crédito Imobiliário Letras de Crédito Imobiliário Curto prazo Longo prazo Longo prazo Letras de Crédito do Agronegócio Curto prazo Longo prazo Curto prazo Longo prazo Letras financeiras Curto prazo Longo prazo Longo prazo ARS Banco Patagonía ARS 937.500 Badlar + 4,50% 2024 2025 ARS 8.955.224 Badlar + 6,50% 2024 2025 Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Exterior ** Securitzação do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior ** USD 750.000 Sofr 3m + 2,75% 2026 Notas Estruturadas ** USD 500.000 Sofr 6m + 2,93% 2016 2026 Notas Estruturadas ** USD 500.000 Sofr 6m + 2,93% 2016 2027 2026 2027 2027 2027 2028 2029 2020 Notas Estruturadas ** USD 500.000 Sofr 6m + 2,93% 2014/2015 2034	226.383	96.929
Letras de Crédito Imobiliário Curto prazo Longo prazo Longo prazo Longo prazo Letras de Crédito do Agronegócio Curto prazo Longo prazo ARS 937.500 Badlar + 4,50% 2024 2025 ARS 8.955.224 Badlar + 6,50% 2024 2025 Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Exterior ³ Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior ³ USD 200.000 3,70% 2019 2026 USD 150.000 207,50% 2019 2026 Notas Estruturadas ³ USD 500.000 Sofr 3m + 2,75% 2019 2024 Notas Estruturadas ³ USD 500.000 Sofr 6m + 2,93% 2014/2015 2030	223.750	95.610
Curto prazo 2025 2027	2.633	1.319
Curto prazo Longo prazo Letras de Crédito do Agronegócio Curto prazo Longo prazo Curto prazo Longo prazo 100,00 % do Di + 0,55% a 0,85% Curto prazo Longo prazo Letras financeiras 100,00 % do Di + 0,55% a 0,85% Curto prazo Longo prazo ARS 937.500 Badlar + 4,50% 2024 2025 ARS 8.955.224 Badlar + 6,50% 2024 2025 Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Exterior 3 Escuritização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior 3 USD 200.000 3,70% 2019 2026 USD 750.000 Sofr 3m + 2,75% 2022/2023 2029 USD 150.000 6,65% 2022 2032 USD 200.000 Sofr 3m + 1,46% 2019 2024 Notas Estruturadas 3 USD 500.000 Sofr 6m + 2,93% 2014/2015 2034 USD 320.000 Sofr 6m + 2,93% 2014/2015 2034	14.706.576	14.760.631
Letras de Crédito do Agronegócio Letras de Crédito do Agronegócio 10,87% a 100,00% DI Pré 8,88% a 13,47% Curto prazo Longo prazo 2025 Letras financeiras 100,00 % do DI + 0,55% a 0,85% Curto prazo Longo prazo ARS 937.500 Badlar + 4,50% 2024 2025 ARS 8.955.224 Badlar + 6,50% 2024 2025 Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Esterior * Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior * USD 200.000 \$50 mm + 2,75% 2022/2023 2029 USD 150.000 \$665% 2022 2032 USD 200.000 \$50 mm + 1,46% 2019 2024 Notas Estruturadas * USD 500.000 \$50 mm + 1,46% 2019 2024	2.963.066	3.151.480
Curto prazo 2025 2027	11.743.510	11.609.151
Curto prazo 2025 2027		
Letras financeiras 100,00 % do DI+ 0,55% a 0,85% Curto prazo Longo prazo 2025 Longo prazo ARS 937.500 Badlar + 4,50% 2024 2025 ARS 8.955.224 Badlar + 6,50% 2024 2025 Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Exterior 3 Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior 3 USD 200.000 3,70% 2019 2026 DSD 150.000 5ofr 3m + 2,75% 2022/2023 2029 USD 200.000 Sofr 3m + 1,46% 2019 2024 Notas Estruturadas 3 USD 500.000 Sofr 6m + 2,93% 2014/2015 2034 USD 320.000 Sofr 6m + 2,93% 2014/2015 2034 USD 320.000 Sofr 6m + 3,63% 2015 2030	206.142.331	183.753.790
Letras financeiras Curto prazo Longo prazo ARS 937.500 Badlar + 4,50% 2024 2025 ARS 8.955.224 Badlar + 6,50% 2024 2025 Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Exterior 3 USD 200.000 3,70% 2019 2026 Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior 4 USD 750.000 Sofr 3m + 2,75% 2022/2023 2029 USD 150.000 6,65% 2022 2032 USD 200.000 Sofr 3m + 1,46% 2019 2024 Notas Estruturadas 4 USD 500.000 Sofr 6m + 2,93% 2014/2015 2034 USD 320.000 Sofr 6m + 2,93% 2014/2015 2034	116.401.339	83.106.694
Letras financeiras 2025 2025 2026 2026 2026 2026 2026 2026 2026 2026 2026 2026 2026 2026 2026 2026 2026 2025 2026 2025 2026 2025 2026 2025 2026 2025 2026 2025 2026 2025 2026	89.740.992	100.647.096
Banco Patagonia ARS 937.500 Badlar + 4,50% 2024 2025 ARS 8.955.224 Badlar + 6,50% 2024 2025 Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Exterior ³ Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior ³ USD 200.000 3,70% 2019 2026 USD 750.000 Sofr 3m + 2,75% 2022/2023 2029 USD 150.000 6,65% 2022 2032 USD 200.000 Sofr 3m + 1,46% 2019 2024 Notas Estruturadas ³ USD 500.000 Sofr 6m + 2,93% 2014/2015 2034 USD 320.000 Sofr 6m + 3,63% 2015 2030	20.268.220	9.611.304
Banco Patagonia ARS 937.500 Badlar + 4,50% 2024 2025 ARS 8.955.224 Badlar + 6,50% 2024 2025 Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Exterior ³ Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior ³ USD 200.000 3,70% 2019 2026 USD 750.000 Sofr 3m + 2,75% 2022/2023 2029 USD 150.000 6,65% 2022 2032 USD 200.000 Sofr 3m + 1,46% 2019 2024 Notas Estruturadas ³ USD 500.000 Sofr 6m + 2,93% 2014/2015 2034 USD 320.000 Sofr 6m + 3,63% 2015 2030	4.573.283	5.104.859
ARS 937.500 Badlar + 4,50% 2024 2025 ARS 8.955.224 Badlar + 6,50% 2024 2025 Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Exterior 3 Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior 3 USD 200.000 3,70% 2019 2026 USD 750.000 Sofr 3m + 2,75% 2022/2023 2029 USD 150.000 6,65% 2022 2032 USD 200.000 Sofr 3m + 1,46% 2019 2024 Notas Estruturadas 3 USD 500.000 Sofr 6m + 2,93% 2014/2015 2034 USD 320.000 Sofr 6m + 3,63% 2015 2030	15.694.937	4.506.445
ARS 937.500 Badlar + 4,50% 2024 2025 ARS 8.955.224 Badlar + 6,50% 2024 2025 Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Exterior 3 Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior 3 USD 200.000 3,70% 2019 2026 USD 750.000 Sofr 3m + 2,75% 2022/2023 2029 USD 150.000 6,65% 2022 2032 USD 200.000 Sofr 3m + 1,46% 2019 2024 Notas Estruturadas 3 USD 500.000 Sofr 6m + 2,93% 2014/2015 2034 USD 320.000 Sofr 6m + 3,63% 2015 2030		
ARS 8.955.224 Badlar + 6,50% 2024 2025 Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Exterior 3 Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior 3 USD 200.000 3,70% 2019 2026 USD 750.000 Sofr 3m + 2,75% 2022/2023 2029 USD 150.000 6,65% 2022 2032 USD 200.000 Sofr 3m + 1,46% 2019 2024 Notas Estruturadas 3 USD 500.000 Sofr 6m + 2,93% 2014/2015 2034 USD 320.000 Sofr 6m + 3,63% 2015 2030	62.443	
Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Exterior ³ USD 200.000 3,70% 2019 2026 USD 750.000 Sofr 3m + 2,75% 2022/2023 2029 USD 150.000 6,65% 2022 2032 USD 200.000 Sofr 3m + 1,46% 2019 2024 Notas Estruturadas ³ USD 500.000 Sofr 6m + 2,93% 2014/2015 2034 USD 320.000 Sofr 6m + 3,63% 2015 2030	5.905	
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior 3	56.538	
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior 3	11.063.365	9.009.049
USD 200.000 3,70% 2019 2026 USD 750.000 Sofr 3m + 2,75% 2022/2023 2029 USD 150.000 6,65% 2022 2032 USD 200.000 Sofr 3m + 1,46% 2019 2024 Notas Estruturadas 3 USD 500.000 Sofr 6m + 2,93% 2014/2015 2034 USD 320.000 Sofr 6m + 3,63% 2015 2030		
USD 750.000 Sofr 3m + 2,75% 2022/2023 2029 USD 150.000 6,65% 2022 2032 USD 200.000 Sofr 3m + 1,46% 2019 2024 Notas Estruturadas 3 USD 500.000 Sofr 6m + 2,93% 2014/2015 2034 USD 320.000 Sofr 6m + 3,63% 2015 2030	372.044	480.527
USD 150.000 6,65% 2022 2032 USD 200.000 Sofr 3m + 1,46% 2019 2024 Notas Estruturadas ³ USD 500.000 Sofr 6m + 2,93% 2014/2015 2034 USD 320.000 Sofr 6m + 3,63% 2015 2030		
USD 200.000 Sofr 3m + 1,46% 2019 2024 Notas Estruturadas ³ USD 500.000 Sofr 6m + 2,93% 2014/2015 2034 USD 320.000 Sofr 6m + 3,63% 2015 2030	4.641.057	3.628.138
Notas Estruturadas ³ USD 500.000 Sofr 6m + 2,93% 2014/2015 2034 USD 320.000 Sofr 6m + 3,63% 2015 2030	928.156	725.317 165.292
USD 500.000 Sofr 6m + 2,93% 2014/2015 2034 USD 320.000 Sofr 6m + 3,63% 2015 2030		103.292
USD 320.000 Sofr 6m + 3,63% 2015 2030		
	3.134.059	2.454.389
Valor Eliminado na Consolidação ⁴	1.988.049	1.555.386
	(37.431)	(40.053
Total	286.024.658	245.832.383
Passivo circulante	139.629.550	102.880.182
Passivo não circulante	146.395.108	142.952.201

^{1 -} Em setembro de 2021, foi realizada troca de papéis envolvendo a recompra de "Senior Notes" e nova emissão compreendida no Programa "Global Medium - Term Notes". As emissões estão apresentadas por seu valor outstanding, considerando as ocorrências de recompras parciais.
2-Títulos emitidos no exterior em USD.

³⁻Informações sobre as EPEs podem ser obtidas na Nota 2.e.

 $[\]hbox{4-Refere-se a t\'itulos emitidos pelo Conglomerado Banco do Brasil, em poder de dependências/controladas no exterior.}$



c) Dívidas subordinadas

Captações	Moeda	Valor Emitido ¹	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31/12/2024	31/12/2023
Recursos FCO - Fundo Constitucional do Centro-Oeste ²						14.668.449	17.602.139
Letras Financeiras Subordinadas						13.787.795	5.399.804
		20.000	100% do CDI + 2,75%	2021	Perpétuo	21.039	21.148
		2.328.600	100% do CDI + 2,60%	2022	Perpétuo	2.415.629	2.421.774
		199.800	100% do CDI + 2,50%	2023	Perpétuo	213.059	214.855
		1.983.200	100% do CDI + 2,25%	2023	Perpétuo	2.734.367	2.742.027
		2.750.700	100% do CDI + 1,90%	2024	Perpétuo	3.058.793	
		4.775.100	100% do CDI + 1,20%	2024	Perpétuo	5.344.908	
Bônus Perpétuos						16.184.342	21.421.981
	USD	1.723.600	8,75%	2013	Perpétuo	10.870.158	8.453.290
	USD	1.371.338	9,00%	2014	Perpétuo		6.660.312
	BRL	5.100.000	5,50% ³	2012	Perpétuo	5.314.184	6.308.379
Total – Banco Múltiplo						44.640.586	44.423.924
Total reclassificado para o Patrimônio Líquido (Nota 23.c)						(5.100.000)	(6.100.000)
Total Consolidado						39.540.586	38.323.924
Passivo circulante						197.110	15.113.602
Passivo não circulante						39.343.476	23.210.322

- 1 Referem-se, nas captações em dólar, ao outstanding value, uma vez que ocorreram recompras parciais desses instrumentos.
- 2 Compõem o nível II do Patrimônio de Referência (PR).
- 3 A partir de 28/08/2014, a remuneração passou a ser integralmente variável (Nota 23.c.).

Do total dos bônus perpétuos e letras financeiras subordinadas, o montante de R\$ 23.668.002 mil compõe o Patrimônio de Referência – PR (R\$ 20.074.697 mil em 31/12/2023), vide Nota 30.c.

Em junho de 2024, o Banco exerceu a opção de resgate para os bônus emitidos em 2014.

Os bônus emitidos em janeiro de 2013, no valor de USD 2.000.000 mil (outstanding value USD 1.723.600 mil), tiveram, em 27/09/2013 seus termos e condições alterados com a finalidade de ajustá-los às regras do Bacen, que regulamentam a implementação de Basileia III no Brasil. As alterações entraram em vigor em 01/10/2013, quando os instrumentos foram submetidos ao Bacen para a obtenção de autorização para integrarem o Capital Complementar (Nível I) do Banco. A autorização foi concedida em 30/10/2013.

Em abril de 2024, os bônus emitidos em janeiro de 2013 tiveram a taxa de juros redefinida de acordo com os Títulos do Tesouro Norte-Americano em virtude do não exercício da opção de resgate.

Caso o Banco não exerça a opção de resgate em abril de 2034 para os bônus emitidos em 2013, a taxa de juros dos títulos será redefinida naquela data e a cada dez anos de acordo com os Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos vigente na época mais o spread inicial de crédito. Os títulos apresentam as seguintes opções de resgate, sujeitas a autorização prévia do Bacen:

- (i) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, em abril de 2034 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, pelo preço base de resgate;
- (ii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão e desde que anterior a abril de 2034, em função de evento tributário, pelo preço base de resgate;
- (iii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão e desde que anterior a abril de 2034, em função de evento regulatório, pelo maior valor entre o preço base de resgate e o Make-whole amount;



Os bônus emitidos em janeiro de 2013 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) os lucros distribuíveis no período não sejam suficientes para a realização do referido pagamento (condição discricionária para o Banco);
- (ii) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (iii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iv) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (v) alguma inadimplência ocorra.

De acordo com as regras de Basileia III, os bônus emitidos em janeiro de 2013 contam com mecanismos de "absorção de perdas" (loss absorption). Além disso, caso o item (i) ocorra, o pagamento de dividendos pelo Banco aos seus acionistas ficará limitado ao mínimo obrigatório determinado pela legislação aplicável até que os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos tenham sido retomados integralmente. Por fim esses bônus serão extintos de forma permanente e em valor mínimo correspondente ao saldo computado no capital de Nível I do Banco caso:

- (i) o capital principal do Banco for inferior a 5,125% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA);
- (ii) seja tomada a decisão de fazer uma injeção de capital do setor público ou suporte equivalente ao Banco, a fim de manter o Banco em situação de viabilidade;
- (iii) o Bacen, em avaliação discricionária regulamentada pelo CMN, determinar por escrito a extinção dos bônus para viabilizar a continuidade do Banco.

d) Despesas com emissões de títulos e valores mobiliários

		Banco Múltiplo			Consolidado	
	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023
Recursos de aceites e emissão de títulos	(12.024.721)	(22.426.189)	(22.097.027)	(12.441.052)	(23.354.065)	(23.019.207)
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(9.619.065)	(18.598.032)	(17.928.559)	(9.619.065)	(18.598.032)	(17.928.559)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior	(1.206.530)	(1.545.730)	(1.519.859)	(1.622.861)	(2.473.606)	(2.442.039)
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	(635.136)	(1.259.475)	(1.393.776)	(635.136)	(1.259.475)	(1.393.776)
Letras Financeiras	(552.027)	(997.550)	(1.251.105)	(552.027)	(997.550)	(1.251.105)
Certificados de operações estruturadas	(11.963)	(25.402)	(3.728)	(11.963)	(25.402)	(3.728)
Dívidas subordinadas	(1.129.473)	(2.347.859)	(2.214.408)	(1.129.473)	(2.219.195)	(2.006.029)
Bônus e letras financeiras perpétuos	(1.129.473)	(2.347.859)	(2.202.815)	(1.129.473)	(2.219.195)	(1.994.436)
Demais			(11.593)			(11.593)
Total	(13.154.194)	(24.774.048)	(24.311.435)	(13.570.525)	(25.573.260)	(25.025.236)



20 – Outros passivos

a) Composição

	Banco Mi	últiplo	Consoli	dado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Outros passivos financeiros	217.073.098	165.201.154	213.524.918	161.864.745
Carteira de câmbio (Nota 13.d)	96.285.145	59.197.426	96.408.744	59.252.076
Fundos financeiros e de desenvolvimento (Nota 20.b)	53.422.534	42.423.047	53.422.534	42.423.047
Operações com cartão de crédito/débito	52.120.483	49.899.892	53.240.177	50.252.583
Negociação e intermediação de valores	6.111.091	5.124.571	1.319.617	1.380.820
Demais	9.133.845	8.556.218	9.133.846	8.556.219
Passivo circulante	151.348.466	105.481.200	152.219.076	106.580.679
Passivo não circulante	65.724.632	59.719.954	61.305.842	55.284.066
Outros passivos não financeiros	33.401.984	34.533.093	43.964.934	41.961.430
Passivos atuariais (Nota 29.e)	10.006.690	13.586.739	10.006.690	13.586.739
Credores diversos	10.280.643	8.535.121	11.298.792	9.130.795
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	405.832	572.003	418.546	586.546
Comissões a apropriar			6.064.285	4.687.622
Obrigações de pagamento em nome de terceiros	4.555.542	4.193.750	4.555.543	4.193.751
Obrigações sociais e estatutárias	5.140.710	4.712.983	6.558.380	5.535.437
Rendas antecipadas	43.679	48.993	1.982.330	1.282.524
Obrigações por convênios oficiais	1.192.596	1.003.031	1.192.596	1.003.031
Demais	1.776.292	1.880.473	1.887.772	1.954.985
Passivo circulante	33.283.639	34.446.839	38.890.939	38.208.212
Passivo não circulante	118.345	86.254	5.073.995	3.753.218

b) Fundos financeiros e de desenvolvimento

	Banco M	Iúltiplo	Consol	idado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fundo Constitucional do Centro Oeste - FCO ¹	39.574.279	31.542.412	39.574.279	31.542.412
Marinha Mercante	6.001.738	5.118.286	6.001.738	5.118.286
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE	5.171.749	4.314.441	5.171.749	4.314.441
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA	1.794.345	1.008.722	1.794.345	1.008.722
Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste - FDCO	497.897	176.322	497.897	176.322
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	97.379	88.307	97.379	88.307
Pasep	15.399	76.983	15.399	76.983
Outros	269.748	97.574	269.748	97.574
Total	53.422.534	42.423.047	53.422.534	42.423.047
Passivo circulante	6.328.321	5.518.086	6.328.321	5.518.086
Passivo não circulante	47.094.213	36.904.961	47.094.213	36.904.961

^{1 -} A Resolução CMN n.º 4.955/2021 passou a limitar a utilização dos recursos do FCO para composição no nível II do Patrimônio de Referência – PR (Nota 30.c). O montante divulgado refere-se ao que excede esse valor, sendo R\$ 39.101.835 mil de recursos aplicados (remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o del credere da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989) e R\$ 472.444 mil de recursos disponíveis (remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989).



c) Outras despesas de captação

		Banco Múltiplo		Consolidado			
	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023	
Resultado de obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento	(1.251.109)	(2.509.202)	(441.137)	(1.251.109)	(2.509.202)	(441.137)	
Demais	(542.797)	(1.100.736)	(1.009.670)	(457.277)	(886.552)	(801.317)	
Total	(1.793.906)	(3.609.938)	(1.450.807)	(1.708.386)	(3.395.754)	(1.242.454)	



21 – Provisões e passivos contingentes

a) Composição

	Banco M	Núltiplo	Conso	lidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis, fiscais e trabalhistas	23.388.467	18.471.031	23.779.021	18.725.677
Demandas cíveis	14.766.176	10.786.800	14.941.432	10.925.549
Demandas trabalhistas	7.630.188	6.661.124	7.679.384	6.710.432
Demandas fiscais	992.103	1.023.107	1.158.205	1.089.696
Outras Provisões	7.056.686	7.398.478	8.110.456	8.022.802
Pagamentos a efetuar	5.141.544	4.910.575	6.194.216	5.533.829
Garantias financeiras prestadas	594.973	477.841	595.239	478.049
Outras	1.320.169	2.010.062	1.321.001	2.010.924
Total	30.445.153	25.869.509	31.889.477	26.748.479

b) Provisões e passivos contingentes

Ações trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados, sindicatos da categoria ou ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (terceirizados). Esses processos contêm vários pedidos, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de gratificação de função, responsabilidade subsidiária e outros.

Ações fiscais

O Banco está sujeito a questionamentos sobre tributos e condutas fiscais relacionados à sua posição de contribuinte ou de responsável tributário, em procedimentos de fiscalização, que podem ensejar autuações. A maioria das autuações versa sobre a apuração de tributos devidos, como: ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições à Seguridade Social. Para garantia do crédito fiscal em litígio, quando necessário, são realizados depósitos judiciais ou penhoras em dinheiro, títulos públicos ou imóveis.

Ações de natureza cível

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes e usuários pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a falhas em produtos e serviços bancários; expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos sobre aplicações financeiras, depósitos judiciais e crédito rural; devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de encargos financeiros; e ações de exigir contas, propostas por clientes, para esclarecer lançamentos havidos em conta corrente.

As indenizações por danos materiais e morais, geralmente, têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor. Na maioria das vezes, as ações são processadas e julgadas nos Juizados Especiais Cíveis, cujo valor está limitado a quarenta salários mínimos.

Entre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se aquelas que envolvem cobrança de diferença de correção monetária de cadernetas de poupança e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão, e Planos Collor I e II), bem como repetição de indébito correspondente ao índice de correção monetária cobrado em operações rurais em março de 1990 (Plano Collor I).

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e a regulamentação vigentes à época, os referidos processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, avaliadas depois de analisada cada demanda, tendo em vista a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF).



Em relação aos litígios que versam sobre os expurgos inflacionários em cadernetas de poupança, o STF suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase de conhecimento, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido. Cumpre ressaltar que, no final de 2017, a FEBRABAN e as entidades representativas dos poupadores firmaram acordo referente às demandas envolvendo os planos econômicos em cadernetas de poupança, que já foi objeto de homologação pelo STF. A partir de maio de 2018, os poupadores puderam aderir ao acordo por meio de ferramenta disponibilizada pela FEBRABAN. Em 12/03/2020, o acordo foi prorrogado por mais 30 (trinta) meses, conforme Aditivo firmado pelas entidades representativas das instituições financeiras e dos consumidores, sendo homologado pelo Plenário do STF, nos autos da ADPF 165, conforme acórdão publicado em 18/06/2020, e prorrogado por mais 30 (trinta) meses, em votação no Plenário Virtual do STF, finalizada no dia 16/12/2022, cujo acórdão foi publicado em 09/01/2023.

No que se refere às demandas que versam sobre expurgos inflacionários em depósitos judiciais, o Ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, após o reconhecimento da repercussão geral da matéria constitucional versada nos Recursos Extraordinários interpostos pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, União e FEBRABAN (RE nº 1.141.156/RJ), determinou a suspensão dos processos que tratem da matéria e que tramitam no território nacional, o que restou confirmado pelo Plenário do STF em 19/12/2019.

Quanto ao Plano Collor I incidente sobre o crédito rural, o Banco é parte passiva em ações nas quais os mutuários cobram a diferença entre o índice de correção monetária utilizado pelo Banco para atualizar os empréstimos e o que eles consideram correto. Sobre esse tema, em 04/12/2014, o STJ julgou o Recurso Especial (REsp) nº 1.319.232/DF, nos autos da Ação Civil Pública (ACP) nº 94.008514-1, onde foi imposta condenação solidária da União, do Banco Central do Brasil e do Banco do Brasil ao pagamento das diferenças apuradas entre o IPC de março de 1990 (84,32% ou o índice ponderado de 74,60% previsto no art. 6º da Lei nº 8.088/1990), e o BTN fixado em idêntico período (41,28%), corrigindo monetariamente os valores a contar do pagamento a maior, pelos índices aplicáveis aos débitos judiciais, acrescidos de juros de mora. A condenação ainda não transitou em julgado em razão da interposição de recursos extraordinários pelo Banco Central do Brasil, pela União e pelo Banco do Brasil.

Em 22/06/2021, o recurso extraordinário foi inadmitido, sendo interposto novo recurso pelo Banco direcionado à Corte Especial do STJ. Em 01/02/2023, a Corte Especial do STJ acolheu o recurso do Banco e determinou o processamento e a remessa do Recurso Extraordinário ao STF. Em 23/06/2023 esse recurso foi autuado sob o nº 1.445.162 e encontra-se pendente de julgamento. Em 10/02/2024, o Plenário do STF reputou a questão como constitucional e reconheceu a existência de repercussão geral da matéria (Tema nº 1.290/STF). Em decisão de 08/03/2024, o ministro relator do caso decretou a suspensão nacional do processamento de todas as matérias pendentes que tratem desse mesmo assunto, inclusive as liquidações e os cumprimentos provisórios da sentença coletiva relacionada à ACP Rural nº 94.008514-1.

Provisões para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais – prováveis

O Banco constitui provisão para demandas trabalhistas, cíveis e fiscais com risco de perda "provável", quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração do Banco considera ser suficiente a provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.



Movimentações nas provisões para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais, classificadas como prováveis

		Banco Múltiplo			Consolidado	
	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023
Demandas cíveis						
Saldo inicial	12.462.374	10.786.800	11.918.781	12.614.200	10.925.549	12.015.464
Constituição	5.817.186	11.031.577	5.901.100	5.905.305	11.171.192	6.033.531
Reversão da provisão	(1.912.942)	(3.971.124)	(1.742.985)	(1.938.822)	(4.017.365)	(1.795.377)
Baixa por pagamento	(2.110.293)	(3.878.727)	(5.788.163)	(2.151.440)	(3.940.421)	(5.807.113)
Atualização monetária e variação cambial	509.851	797.650	498.067	512.189	802.477	479.044
Saldo final	14.766.176	14.766.176	10.786.800	14.941.432	14.941.432	10.925.549
Demandas trabalhistas						
Saldo inicial	7.075.499	6.661.124	5.350.814	7.122.033	6.710.432	5.431.614
Constituição	2.195.701	4.096.331	3.980.417	2.207.754	4.114.692	4.006.478
Reversão da provisão	(471.118)	(1.149.344)	(1.146.544)	(477.657)	(1.164.144)	(1.161.392)
Baixa por pagamento	(1.480.979)	(2.588.865)	(2.063.400)	(1.485.556)	(2.596.318)	(2.097.612)
Atualização monetária e variação cambial	311.085	610.942	539.837	312.810	614.722	531.344
Saldo final	7.630.188	7.630.188	6.661.124	7.679.384	7.679.384	6.710.432
Demandas fiscais						
Saldo inicial	1.019.542	1.023.107	862.268	1.087.349	1.089.696	925.627
Constituição	139.815	250.417	260.700	282.817	395.351	311.273
Reversão da provisão	(175.152)	(226.727)	(130.077)	(223.407)	(278.716)	(179.264)
Baixa por pagamento	(40.327)	(153.269)	(82.829)	(40.431)	(153.373)	(83.087)
Atualização monetária e variação cambial	48.225	98.575	113.045	51.877	105.247	115.147
Saldo final	992.103	992.103	1.023.107	1.158.205	1.158.205	1.089.696
Total das demandas cíveis, trabalhistas e fiscais	23.388.467	23.388.467	18.471.031	23.779.021	23.779.021	18.725.677

Cronograma esperado de desembolsos

		Banco Múltiplo		Consolidado			
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	
Até 5 anos	14.380.311	6.824.849	597.531	14.445.375	7.029.589	403.323	
Acima de 5 anos	385.865	805.339	394.572	496.057	649.795	754.882	
Total	14.766.176	7.630.188	992.103	14.941.432	7.679.384	1.158.205	

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incertos o cronograma esperado de desembolsos.



Passivos contingentes - possíveis

As demandas cíveis, trabalhistas e fiscais são classificadas como passivos contingentes possíveis quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota, ficando dispensadas de constituição de provisão.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	Banco <i>N</i>	Núltiplo	Consolidado			
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023		
Demandas fiscais ¹	17.488.029	15.411.365	18.380.927	16.413.903		
Demandas cíveis	1.918.215	2.742.044	1.942.911	3.465.133		
Demandas trabalhistas	76.990	88.350	89.978	93.262		
Total	19.483.234	18.241.759	20.413.816	19.972.298		

^{1 -} As principais contingências têm origem em (i) autos de infração lavrados pelo INSS ou pela Receita Federal do Brasil, visando ao recolhimento de contribuições previdenciárias sobre participação em lucros e resultados, no valor de R\$ 2.666.152 mil; e de auxílio-alimentação, no valor de R\$ 3.313.563 mil; e (ii) autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas dos Municípios visando à cobrança de ISSQN, no montante de R\$ 2.440.375 mil. Os demais assuntos são pulverizados.

Depósitos em garantia de recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	Banco <i>M</i>	Iúltiplo	Conso	lidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Demandas Cíveis	19.828.821	19.296.486	19.877.228	19.354.704
Demandas Fiscais	9.491.377	8.893.218	10.283.339	9.660.392
Demandas Trabalhistas	8.252.340	7.953.269	8.280.607	7.979.556
Total	37.572.538 36.142.973		38.441.174	36.994.652

c) Garantias financeiras prestadas

	Banco Múltiplo				Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023	
	Valores Garantidos	Provisão	Valores Garantidos	Provisão	Valores Garantidos	Provisão	Valores Garantidos	Provisão
Outras garantias financeiras prestadas ¹	2.205.971	313.388	2.451.450	220.227	2.234.996	313.654	2.225.604	220.434
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	336.028	141.068	339.288	91.625	206.962	141.068	210.222	91.625
Outras fianças bancárias	8.399.903	106.509	6.772.278	109.439	8.399.902	106.509	6.878.039	109.440
Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	1.145.593	645	1.688.355	478	1.145.593	645	1.688.355	478
Vinculados ao fornecimento de mercadorias	132.000	33.016	208.234	55.547	131.999	33.016	208.234	55.547
Vinculadas ao comércio internacional de mercadorias	17.122	347	247.721	525	17.124	347	247.721	525
Outros avais					2.388		4.387	
Total	12.236.617	594.973	11.707.326	477.841	12.138.964	595.239	11.462.562	478.049

^{1 -} Referem-se, principalmente, a garantias prestadas em moeda estrangeira.

As operações de garantias financeiras prestadas são avaliadas através dos modelos de classificação de risco de operações vigentes na instituição, no mesmo formato das operações de crédito, as quais seguem os preceitos das Resoluções CMN nº 2.682 e nº 2.697, divulgadas em 21/12/1999 e 24/02/2000, respectivamente, que estabelecem os critérios de classificação das operações de crédito e as regras para constituição de provisões para perdas associadas ao risco de crédito.

A classificação de risco das operações é realizada mediante a aplicação de metodologias desenvolvidas que consideram as características dos clientes, das operações e garantias. O resultado final da classificação é a atribuição de risco conforme escala constante na Resolução CMN nº 2.682/1999, que define o percentual de provisão que deve ser alocada à operação.



d) Resultado de provisões

		Banco Múltiplo		Consolidado			
	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício 2023	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício 2023	
Cíveis, fiscais e trabalhistas	(6.462.448)	(11.537.700)	(8.273.836)	(6.601.995)	(11.701.066)	(8.376.741)	
Cíveis	(4.413.892)	(7.857.506)	(4.656.458)	(4.447.801)	(7.913.914)	(4.753.155)	
Trabalhistas	(2.035.668)	(3.557.929)	(3.373.710)	(2.042.906)	(3.565.270)	(3.376.430)	
Fiscais	(12.888)	(122.265)	(243.668)	(111.288)	(221.882)	(247.156)	
Outras	1.138	(49.292)	(1.070.911)	807	(52.456)	(1.068.768)	
Garantias financeiras prestadas	(75.591)	(116.322)	(73.714)	(75.921)	(119.485)	(70.962)	
Outras	76.729	67.030	(997.197)	76.728	67.029	(997.806)	
Total	(6.461.310)	(11.586.992)	(9.344.747)	(6.601.188)	(11.753.522)	(9.445.509)	

22 - Tributos

a) Composição da receita (despesa) de IR e CSLL

		Banco Múltiplo			Consolidado	
	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023
Valores Correntes	(3.125.380)	(4.517.832)	(1.888.313)	(5.488.475)	(9.503.243)	(7.562.263)
IR e CSLL no país	(3.070.363)	(4.416.588)	(1.754.594)	(5.377.183)	(9.316.492)	(6.296.384)
Imposto de renda no exterior	(55.017)	(101.244)	(133.719)	(111.292)	(186.751)	(1.265.879)
Valores diferidos	4.320.093	6.358.792	293.745	4.436.928	6.131.625	606.506
Passivos fiscais diferidos	(1.426.752)	(1.258.716)	(1.760.588)	(1.338.212)	(1.624.490)	(1.478.917)
Operações de leasing - ajuste da carteira e depreciação incentivada				(13.150)	(21.919)	(26.672)
Marcação a mercado	(1.325.643)	(1.979.023)	235.788	(1.234.224)	(2.337.365)	525.738
Ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	(755.136)	(1.412.859)	(1.521.698)	(755.136)	(1.412.859)	(1.521.698)
Lucros do exterior	654.027			654.027		
Operações realizadas em mercados de liquidação futura			65.972			65.972
Créditos recuperados a prazo ¹		2.133.166	(540.650)		2.133.166	(540.650)
Resultado não realizado (BB-BI)				10.271	20.542	20.542
Outros					(6.055)	(2.149)
Ativos fiscais diferidos	5.746.845	7.617.508	2.054.333	5.775.140	7.756.115	2.085.423
Diferenças temporárias	5.820.986	8.956.914	3.226.323	6.050.307	9.294.137	3.316.714
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL ¹	(637.189)	(1.992.915)	(946.245)	(637.189)	(2.007.485)	(946.245)
Marcação a mercado	341.924	360.632	(242.480)	140.898	176.586	(301.781)
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	221.124	292.877	16.735	221.124	292.877	16.735
Total	1.194.713	1.840.960	(1.594.568)	(1.051.547)	(3.371.618)	(6.955.757)

^{1 -} Inclui os efeitos da adesão ao Programa de Autorregularização Incentivada de Tributos - Lei nº 14.740/2023 (Nota 32.i).

b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	Banco Múltiplo		Consolidado			
	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023
Resultado antes dos tributos e participações	18.653.123	37.939.717	39.523.196	22.784.698	47.005.132	48.890.594
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (20%)	(8.393.906)	(17.072.873)	(17.785.438)	(10.253.115)	(21.152.312)	(22.000.768)
Encargos JCP	2.628.711	5.665.970	5.106.081	2.628.711	5.665.970	5.106.081
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	3.749.308	7.781.311	7.664.212	1.799.865	3.504.174	3.303.352
Participação de empregados no lucro	1.010.233	2.022.994	1.930.469	1.011.879	2.027.605	1.933.791
Outros valores ¹	2.200.367	3.443.558	1.490.108	3.761.113	6.582.945	4.701.787
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	1.194.713	1.840.960	(1.594.568)	(1.051.547)	(3.371.618)	(6.955.757)

^{1 -} Referem-se, principalmente, às receitas do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste - FCO e aos efeitos da adesão ao Programa de Autorregularização Incentivada de Tributos - Lei nº 14.740/2023 (Nota 32.i).

c) Despesas tributárias

	Banco Múltiplo		Consolidado			
	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023
Cofins	(2.107.464)	(4.084.679)	(3.819.834)	(2.682.960)	(5.211.943)	(4.817.264)
ISSQN	(475.888)	(959.262)	(1.055.515)	(718.775)	(1.421.987)	(1.451.599)
PIS/Pasep	(342.630)	(664.076)	(620.888)	(458.709)	(891.058)	(819.927)
Outras	(75.121)	(181.648)	(173.737)	(410.015)	(937.813)	(1.515.786)
Total	(3.001.103)	(5.889.665)	(5.669.974)	(4.270.459)	(8.462.801)	(8.604.576)



d) Passivos fiscais diferidos

	Banco Múltiplo		Consol	idado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	9.599.384	8.071.159	9.599.384	8.071.159
Créditos recuperados a prazo 1		2.133.166		2.133.166
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	2.918.603	588.563	2.960.041	690.683
Atualização de depósitos judiciais fiscais	134.144	134.144	134.144	134.144
Ajuste da carteira de leasing			85.079	63.160
Dependências no exterior	56.795	32.977	402.353	109.461
Outros	52.539	92.818	90.484	106.949
Total dos passivos fiscais diferidos	12.761.465	11.052.827	13.271.485	11.308.722
Imposto de Renda	6.580.282	5.841.142	6.899.499	6.006.301
Contribuição Social	5.255.956	4.664.772	5.433.453	4.742.304
Cofins	795.475	470.043	806.281	481.276
PIS/Pasep	129.752	76.870	132.252	78.841

 $¹⁻Inclui\ os\ efeitos\ da\ adesão\ ao\ Programa\ de\ Autorregularização\ Incentivada\ de\ Tributos\ -\ Lei\ n^o\ 14.740/2023\ (Nota\ 32.i).$

e) Ativos fiscais diferidos (créditos tributários)

		Banco Múltiplo				
	31/12/2023	Exercício	o/2024	31/12/2024		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo		
Diferenças temporárias	54.633.558	31.894.178	(21.598.126)	64.929.610		
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	33.789.860	19.897.986	(13.159.191)	40.528.655		
Provisões passivas - fiscais e previdenciárias	671.090	51.410	(56.951)	665.549		
Provisões passivas - outras	14.983.950	7.774.847	(5.661.217)	17.097.580		
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	2.150.706		(1.652.267)	498.439		
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	1.354.984	3.706.225	(851.972)	4.209.237		
Outras provisões	1.682.968	463.710	(216.528)	1.930.150		
CSLL escriturada a 18% (MP nº 2.158/2001)	636.538			636.538		
Prejuízo fiscal/Base negativa ¹	1.992.915	709.351	(2.509.346)	192.920		
Total dos ativos fiscais diferidos	57.263.011	32.603.529	(24.107.472)	65.759.068		
Imposto de Renda	31.831.839	17.463.728	(12.867.231)	36.428.336		
Contribuição Social	25.300.027	14.648.405	(11.166.981)	28.781.451		
Cofins	112.813	385.126	(63.019)	434.920		
PIS/Pasep	18.332	106.270	(10.241)	114.361		

^{1 -} Inclui os efeitos da adesão ao Programa de Autorregularização Incentivada de Tributos - Lei nº 14.740/2023 (Nota 32.i).

Consolidado				
31/12/2023	Exercício	o/2024	31/12/2024	
Saldo	Constituição	Realização	Saldo	
56.333.333	32.666.234	(22.169.856)	66.829.711	
33.930.933	20.009.446	(13.382.111)	40.558.268	
695.660	107.948	(68.258)	735.350	
15.060.830	7.777.601	(5.662.594)	17.175.837	
2.150.706		(1.652.267)	498.439	
1.529.265	3.755.437	(950.396)	4.334.306	
2.965.939	1.015.802	(454.230)	3.527.511	
636.538			636.538	
2.044.268	717.759	(2.509.346)	252.681	
59.014.139	33.383.993	(24.679.202)	67.718.930	
33.077.193	17.751.792	(13.743.359)	37.085.626	
25.698.307	15.077.617	(10.861.307)	29.914.617	
201.282	436.253	(63.427)	574.108	
37.357	118.331	(11.109)	144.579	
	Saldo 56.333.333 33.930.933 695.660 15.060.830 2.150.706 1.529.265 2.965.939 636.538 2.044.268 59.014.139 33.077.193 25.698.307 201.282	31/12/2023 Exercício Saldo Constituição 56.333.333 32.666.234 33.930.933 20.009.446 695.660 107.948 15.060.830 7.777.601 2.150.706 1.529.265 3.755.437 2.965.939 1.015.802 636.538 2.044.268 717.759 59.014.139 33.383.993 33.077.193 17.751.792 25.698.307 15.077.617 201.282 436.253	31/12/2023 Exercício/2024 Saldo Constituição Realização 56.333.333 32.666.234 (22.169.856) 33.930.933 20.009.446 (13.382.111) 695.660 107.948 (68.258) 15.060.830 7.777.601 (5.662.594) 2.150.706 (1.652.267) 1.529.265 3.755.437 (950.396) 2.965.939 1.015.802 (454.230) 636.538 2.044.268 717.759 (2.509.346) 59.014.139 33.383.993 (24.679.202) 33.077.193 17.751.792 (13.743.359) 25.698.307 15.077.617 (10.861.307) 201.282 436.253 (63.427)	

^{1 -} Inclui os efeitos da adesão ao Programa de Autorregularização Incentivada de Tributos - Lei nº 14.740/2023 (Nota 32.i).



f) Ativos fiscais diferidos (créditos tributários - não ativados)

	Banco M	1últiplo	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Créditos tributários no exterior	1.344.830	1.012.129	1.344.830	1.012.129
Prejuízo fiscal/Base negativa			24.775	23.441
Diferenças temporárias			4.528	4.578
Total dos créditos tributários	1.344.830	1.012.129	1.374.133	1.040.148
Imposto de Renda	747.128	562.294	768.674	582.896
Contribuição Social	597.702	449.835	605.459	457.252

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31/12/2024, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação do Banco Múltiplo.

	Banco M	últiplo	Consolidado	
	Valor Nominal	Valor Presente	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2025	16.736.231	7.175.171	18.050.735	7.337.971
Em 2026	11.793.445	10.192.795	11.936.249	10.305.420
Em 2027	11.756.957	9.661.739	11.896.976	9.764.197
Em 2028	5.850.749	4.588.138	5.877.977	4.606.825
Em 2029	4.692.080	3.509.839	4.699.813	3.514.503
Em 2030	6.206.341	4.425.911	6.213.179	4.429.700
Em 2031	4.269.393	2.902.541	4.275.503	2.905.653
Em 2032	4.202.154	2.723.513	4.206.946	2.725.759
Em 2033	112.492	69.506	116.088	70.847
Em 2034	139.226	82.010	445.464	211.981
Total de créditos tributários em 31/12/2024	65.759.068	45.331.163	67.718.930	45.872.856

No Exercício/2024, observou-se a realização de créditos tributários no Banco Múltiplo no montante de R\$ 24.107.472 mil (R\$ 24.679.202 mil no Consolidado), correspondente a 128,28% da respectiva projeção de utilização para o período de 2024, que constava no estudo técnico elaborado em 31/12/2023.

A realização dos valores nominais de créditos tributários ativados, baseada em estudo técnico realizado pelo Banco em 31/12/2024, está projetada para 10 anos, nas seguintes proporções:

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ¹	Diferenças temporárias ²	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ¹	Diferenças temporárias ²
Em 2025	59%	14%	59%	14%
Em 2026	0%	22%	0%	22%
Em 2027	29%	22%	29%	22%
A partir de 2028	12%	42%	12%	42%

^{1 -} Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

^{2 -} A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).



23 – Patrimônio líquido

a) Valor patrimonial e valor de mercado por ação ordinária

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio líquido do Banco do Brasil	180.878.517	163.638.226
Valor patrimonial por ação (R\$) 1 2	31,69	28,67
Valor de mercado por ação (R\$) ²	24,17	27,70
Patrimônio líquido consolidado	190.072.748	173.076.086

^{1 -} Calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco do Brasil.

b) Capital social

O capital social do Banco do Brasil, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 120.000.000 mil (R\$ 120.000.000 mil em 31/12/2023) está dividido em 5.730.834.040 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

Em 15/04/2024, foi efetivado o desdobramento de 100% das ações do Banco, atribuindo uma nova ação para cada ação emitida, sem alteração do patrimônio e da participação percentual dos acionistas, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02/02/2024 e autorização do Bacen em 03/04/2024.

Dessa forma, para fins de comparabilidade, o número de ações dos períodos anteriores e os cálculos que dependem desses valores, apresentados nestas demonstrações contábeis, foram ajustados para contemplar o desdobramento das ações na proporção de 1:2.

c) Instrumento elegível ao capital principal

Em 26/09/2012, o Banco do Brasil firmou Contrato de Mútuo com a União, na qualidade de instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de até R\$ 8.100.000 mil, cujos recursos foram destinados ao financiamento agropecuário.

Desde a assinatura do termo aditivo, em 28/08/2014, a remuneração do referido instrumento é integralmente variável e os juros são devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Os juros relativos a cada exercício social são pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos, contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração é realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração, sujeito à discricionariedade da Administração em realizá-lo. Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio) até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

Caso o saldo dos lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus eventuais prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco do Brasil estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nesta ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

O instrumento não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. No caso de dissolução do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. Em nenhuma hipótese haverá remuneração preferencial do instrumento, inclusive em relação a outros elementos patrimoniais classificados no Patrimônio de Referência.

Tendo em vista sua elegibilidade ao capital principal, em conformidade com a Lei nº 12.793, de 02/04/2013, e Resolução CMN nº 4.955/2021, para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, o instrumento é reclassificado para o patrimônio líquido.

Conforme Comunicado ao Mercado, de 08 de abril de 2021, o Banco apresentou proposta de devolução do referido instrumento em sete parcelas anuais de R\$ 1 bilhão e uma parcela final de R\$ 1,1 bilhão, com base em cronograma compreendido entre julho/2022 e julho/2029. Em 29/07/2024, o Banco devolveu ao Tesouro Nacional o valor de R\$ 1 bilhão referente à terceira parcela, cuja liquidação antecipada foi autorizada pelo Bacen em 24/06/2024.

^{2 -} Em 31/12/2023, os valores foram ajustados para fins de comparabilidade devido ao desdobramento das ações na proporção de 1:2 (Nota 23.b).



d) Reservas de capital e de lucros

	Banco <i>N</i>	1últiplo	Conso	lidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Reservas de capital	1.410.594	1.406.118	1.412.071	1.407.902
Reservas de lucros	81.622.412	61.526.683	81.215.405	61.154.159
Reserva legal	15.221.388	13.458.379	15.221.388	13.458.379
Reservas estatutárias	66.401.024	48.068.304	65.994.017	47.695.780
Margem operacional	58.730.448	42.244.223	58.145.999	41.708.123
Equalização de remuneração do capital	7.670.576	5.824.081	7.848.018	5.987.657

A reserva de capital destina-se, dentre outros, ao registro dos valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidados com a entrega de instrumentos patrimoniais, bem como do lucro apurado na alienação de ações em tesouraria.

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária para margem operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A reserva estatutária para equalização de remuneração do capital assegura recursos para o pagamento dos dividendos, sendo constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do capital social.

e) Lucro por ação

	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023
Lucro líquido (R\$ mil)	17.590.402	35.260.189	33.614.852
Número médio ponderado de ações (básico) ¹	5.708.679.618	5.708.392.262	5.707.985.480
Número médio ponderado de ações (diluído) ¹	5.708.679.618	5.708.392.262	5.707.464.198
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	3,08	6,18	5,89

^{1 -} Em 31/12/2023, os valores foram ajustados para fins de comparabilidade devido ao desdobramento das ações na proporção de 1:2 (Nota 23.b).



f) Juros sobre o capital próprio/dividendos

Em conformidade com as Leis nº 9.249/1995, nº 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos.

Para atendimento da legislação de imposto de renda, bem como da contribuição social, os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor, sendo dedutíveis na apuração do lucro real.

Demonstramos a seguir a base de cálculo dos dividendos, bem como a destinação do resultado do período:

	Exercício/2024	Exercício/2023
1) Lucro Líquido – BB Banco Múltiplo	35.260.189	33.614.852
No País	29.416.180	27.210.960
No Exterior	5.844.009	6.403.892
(±) Lucros/Prejuízos acumulados	10.279	430.645
(-) Reserva legal	(1.763.009)	(1.680.743)
2) Lucro Líquido Ajustado	33.507.459	32.364.754
3) Juros sobre instrumento elegível ao capital principal	214.184	208.380
4) Base de cálculo dos dividendos (item 2 + item 3)	33.721.643	32.573.134
5) Destinações		
Dividendos e juros sobre o capital próprio - Payout	15.174.739	13.029.253
Dividendo mínimo obrigatório	8.376.865	8.091.188
Dividendo adicional	4.909.217	3.236.038
IRRF sobre JCP imputado aos dividendos ¹	1.888.657	1.702.027
Reservas estatutárias	29.974.953	29.522.112
Utilização de reservas estatutárias para remuneração do capital	(11.642.233)	(10.186.611)

^{1 -} Imposto de renda retido na fonte incidente sobre o JCP imputado aos dividendos, com exceção aos acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

Apresentamos os valores e o cronograma de pagamento dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos:

2024	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre				
Dividendos	940.587	0,165	11/06/2024	21/06/2024
Juros sobre o capital próprio 12	1.170.153	0,410	11/03/2024	27/03/2024
Juros sobre o capital próprio complementares ²	1.673.349	0,293	11/06/2024	21/06/2024
2° Trimestre				
Dividendos	866.815	0,152	21/08/2024	30/08/2024
Juros sobre o capital próprio ²	1.165.792	0,204	13/06/2024	28/06/2024
Juros sobre o capital próprio complementares ²	1.795.047	0,314	21/08/2024	30/08/2024
3° Trimestre				
Juros sobre o capital próprio ²	1.065.116	0,187	11/09/2024	27/09/2024
Juros sobre o capital próprio complementares ²	2.758.680	0,483	25/11/2024	06/12/2024
4º Trimestre				
Dividendos	776.293	0,136	11/03/2025	20/03/2025
Juros sobre o capital próprio ²	1.007.404	0,176	11/12/2024	27/12/2024
Juros sobre o capital próprio complementares ²	1.955.503	0,343	11/03/2025	20/03/2025
Total destinado aos acionistas	15.174.739	2,863		
Dividendos	2.583.695	0,453		
Juros sobre o capital próprio ²	12.591.044	2,410		

^{1 –} Valores não consideram o desdobramento das ações na proporção de 1:2 (Nota 23.b).

^{2 –} Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.



2023	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre				
Dividendos ¹	351.037	0,123	01/06/2023	12/06/2023
Juros sobre o capital próprio 12	1.004.568	0,352	13/03/2023	31/03/2023
Juros sobre o capital próprio complementares 12	1.867.568	0,654	01/06/2023	12/06/2023
2° Trimestre				
Dividendos 1	410.149	0,144	21/08/2023	30/08/2023
Juros sobre o capital próprio 12	966.378	0,339	12/06/2023	30/06/2023
Juros sobre o capital próprio complementares 12	1.868.239	0,655	21/08/2023	30/08/2023
3° Trimestre				
Dividendos 1	291.053	0,102	21/11/2023	30/11/2023
Juros sobre o capital próprio 12	953.724	0,334	11/09/2023	29/09/2023
Juros sobre o capital próprio complementares 12	1.958.324	0,686	21/11/2023	30/11/2023
4º Trimestre				
Dividendos 1	630.167	0,221	21/02/2024	29/02/2024
Juros sobre o capital próprio 12	976.866	0,342	11/12/2023	28/12/2023
Juros sobre o capital próprio complementares 12	1.751.180	0,614	21/02/2024	29/02/2024
Total destinado aos acionistas	13.029.253	4,566		
Dividendos 1	1.682.406	0,590		
Juros sobre o capital próprio 12	11.346.847	3,976		

^{1 –} Valores não consideram o desdobramento das ações na proporção de 1:2 (Nota 23.b).

g) Conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido

	Lucro líquido			Patrimônio líquido	
	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023	31/12/2024	31/12/2023
Banco Múltiplo	17.590.402	35.260.189	33.614.852	180.878.517	163.638.226
Instrumento elegível a Capital Principal ¹	85.520	214.184	208.380	5.100.000	6.100.000
Resultado não realizado ²	16.665	(34.483)	(4.281)	(407.007)	(372.524)
Participação de não controladores				4.501.238	3.710.384
Consolidado	17.692.587	35.439.890	33.818.951	190.072.748	173.076.086

^{1 -} Nas demonstrações contábeis individuais, o instrumento elegível a capital principal foi registrado no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas de recursos de emissões de títulos e valores mobiliários. Nas demonstrações contábeis consolidadas, esse instrumento foi reclassificado para o patrimônio líquido (Notas 2.e e 23.c).

h) Outros resultados abrangentes

	31/12/2024	31/12/2023
Banco do Brasil		
Títulos Disponíveis para Venda	(5.655.001)	(1.823.731)
Hedge de investimentos no exterior	(150.762)	44.415
Variação cambial de investimentos no exterior	(8.925.695)	(9.206.145)
Ganhos/(Perdas) Atuariais - Planos de Benefícios	(5.701.461)	(7.794.000)
Controladas, coligadas e controladas em conjunto		
Títulos Disponíveis para Venda	(269.797)	202.343
Hedge de fluxo de caixa	(6.265)	(35.446)
Ganhos/(Perdas) Atuariais - Planos de Benefícios	1.565	861
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	(973.003)	(289.363)
Outros resultados abrangentes	(212.024)	(127.038)
Total	(21.892.443)	(19.028.104)

^{2 -} Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

^{2 -} Refere-se a resultados não realizados decorrentes de cessão de créditos do Banco do Brasil para a Ativos S.A.



i) Participação dos não controladores

		Lucro líquido	Patrimônio líquido		
	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023	31/12/2024	31/12/2023
BB Tecnologia e Serviços	6	18	12	70	55
Fundos de Investimento	15.413	30.328	18.836	246.357	107.329
Banco Patagonia S.A.	319.596	858.117	1.103.426	1.361.951	563.465
BB Seguridade S.A.	1.440.309	2.767.821	2.665.585	2.892.860	3.039.535
Participação dos não controladores	1.775.324	3.656.284	3.787.859	4.501.238	3.710.384

j) Participações acionárias (quantidade de ações)

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações:

Acionistas	31/12/202	4	31/12/2023		
Acionistas	Ações	% Total	Ações ¹	% Total	
União Federal - Tesouro Nacional	2.865.417.084	50,0	2.865.417.084	50,0	
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	257.988.090	4,5	204.417.348	3,6	
Ações em tesouraria ²	22.876.034	0,4	23.281.960	0,4	
Outros acionistas	2.584.552.832	45,1	2.637.717.648	46,0	
Total	5.730.834.040	100,0	5.730.834.040	100,0	
Residentes no país	4.384.934.042	76,5	4.225.739.888	73,7	
Residentes no exterior	1.345.899.998	23,5	1.505.094.152	26,3	

^{1 -} Valores ajustados para fins de comparabilidade devido ao desdobramento das ações na proporção de 1:2 (Nota 23.b).

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil, de titularidade do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria:

	Ações ON 1 2				
	31/12/2024	31/12/2023			
Conselho de Administração (exceto a Presidente do Banco)		2.000			
Diretoria Executiva (Inclui a Presidente do Banco)	252.633	186.850			
Conselho Fiscal	22.576	21.678			
Comitê de Auditoria	5.808	4.808			

^{1 -} Em 31/12/2023, os valores foram ajustados para fins de comparabilidade devido ao desdobramento das ações na proporção de 1:2 (Nota 23.b).

k) Movimentação de ações em circulação/free float

	31/12/2024	4	31/12/202	3
	Quantidade ¹	% Total	Quantidade ¹	% Total
Ações em circulação (free float) no início do período	2.841.946.128	49,6	2.841.491.502	49,6
Outras movimentações ²	342.143		454.626	
Ações em circulação (free float) no fim do período ³	2.842.288.271	49,6	2.841.946.128	49,6
Total emitido	5.730.834.040	100,0	5.730.834.040	100,0

^{1 -} Valores ajustados para fins de comparabilidade devido ao desdobramento das ações na proporção de 1:2 (Nota 23.b).

^{2 -} Inclui, em 31/12/2024, 89.466 ações do Banco do Brasil mantidas na BB Asset (100.500 em 31/12/2023).

^{2 -} A participação acionária do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,005% do capital do Banco.

^{2 -} Inclui as movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos. 3 - Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva. As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ integram o montante de ações em circulação.



l) Ações em tesouraria

Demonstramos a seguir a composição das ações em tesouraria:

	Banco Múltiplo				Consolidado			
	31/12/2024		31/12/20	31/12/2023		24	31/12/20	23
	Ações	% Total	Ações 1	% Total	Ações	% Total	Ações 1	% Total
Ações em tesouraria	22.786.568	100,0	23.181.460	100,0	22.876.034	100,0	23.281.960	100,0
Recebidas em dação de pagamento (Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN)	16.150.700	70,9	16.150.700	69,7	16.150.700	70,6	16.150.700	69,4
Programas de Recompra (ocorridos entre 2012 e 2015)	5.987.066	26,3	6.290.952	27,1	5.987.066	26,2	6.290.952	27,0
Programa de Remuneração Variável	648.676	2,8	739.682	3,2	738.142	3,2	840.182	3,6
Incorporações	126		126		126		126	
Valor Contábil	(262.046)		(266.471)		(263.523)		(268.255)	

¹⁻Valores ajustados para fins de comparabilidade devido ao desdobramento das ações na proporção de 1:2 (Nota 23.b).

m) Pagamento baseado em ações

Programa de remuneração variável

O programa de remuneração variável do Banco do Brasil foi elaborado sob vigência da Resolução CMN nº 5.177, de 26/09/2024, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

O programa tem periodicidade anual, sendo estabelecido em função dos riscos e da atividade dos administradores e tem como pré-requisitos: a ativação do Programa de Participação nos Lucros e Resultados e o atingimento de lucro contábil pelo Banco do Brasil.

A apuração da remuneração variável tem como base indicadores que mensuram o atingimento das metas corporativas, da unidade e individuais, baseadas na Estratégia Corporativa do Banco do Brasil – ECBB para o período. O programa ainda determina que 50% da remuneração seja paga em espécie e que os demais 50% sejam pagos em ações.

A quantidade de ações do Banco do Brasil a ser destinada a cada participante é apurada mediante a divisão do valor líquido equivalente a 50% dos honorários a que fizer jus, a título de remuneração variável, pelo preço médio da ação na semana anterior à do pagamento. O preço médio é a média aritmética simples dos preços médios diários da semana anterior à do pagamento.

A distribuição da remuneração em ações ocorre de forma que 20% é imediatamente transferido para a titularidade do beneficiário e 80% é diferido.

Os efeitos no resultado do Programa de Remuneração Variável do Banco Múltiplo foram de R\$ 24.946 mil no exercício/2024 (R\$ 23.844 mil no exercício/2023).

A BB Asset, em decorrência da resolução supracitada, também aprovou política de remuneração variável para sua diretoria, adquirindo diretamente ações em tesouraria do Banco. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.



Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:

	Total de Ações do Programa ¹	Custo Médio ¹	Ações Distribuídas ¹	Ações a Distribuir ¹	Cronograma Estimado de Transferências
Programa 2020					
	387.462	14,83	310.016	77.446	03/2025
Total de ações a distribuir				77.446	
Programa 2021					
	442.658	16,76	265.682	88.488	03/2025
				88.488	03/2026
Total de ações a distribuir				176.976	
Programa 2022					
	399.466	19,58	160.228	79.746	03/2025
				79.746	03/2026
				79.746	03/2027
Total de ações a distribuir				239.238	
Programa 2023					
	305.546	29,01	61.064	91.616	03/2025
				61.064	03/2026
				42.724	03/2027
				30.512	03/2028
				18.566	03/2029
Total de ações a distribuir			0 (11 1 07 1)	244.482	

^{1 -} Valores ajustados devido ao desdobramento das ações na proporção de 1:2 (Nota 23.b).



24 – Receitas de prestação de serviços

		Banco Múltiplo			Consolidado	
	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023
Administração de fundos	2.882.981	5.607.955	5.014.898	4.755.554	9.265.909	8.304.211
Conta corrente	3.457.781	6.648.694	6.532.140	3.458.398	6.649.676	6.533.485
Comissões de seguros, previdência e capitalização	197.861	410.905	368.327	3.048.583	5.942.368	5.382.152
Taxas de administração de consórcios				1.529.790	2.950.892	2.512.631
Operações de crédito e garantias prestadas	1.367.752	2.614.259	2.559.337	1.367.403	2.615.628	2.559.619
Rendas de cartões	843.572	1.741.912	2.121.877	1.031.855	2.085.062	2.645.406
Cobrança	570.559	1.160.098	1.323.516	599.574	1.206.034	1.383.128
Arrecadações	504.037	1.021.566	1.030.888	488.162	990.394	1.000.394
Rendas do mercado de capitais	79.796	157.139	149.691	365.524	709.608	607.857
Tesouro Nacional e administração de fundos oficiais¹	149.245	308.703	332.905	149.245	308.703	332.905
Interbancária	32.615	85.248	154.555	32.615	85.248	154.555
Outras	783.295	1.521.199	1.477.502	1.461.454	2.667.670	2.414.855
Total	10.869.494	21.277.678	21.065.636	18.288.157	35.477.192	33.831.198

^{1 -} Inclui o montante de R\$ 25.255 mil no 2º Semestre/2024 e R\$ 60.386 mil do Exercício/2024 relativo às arrecadações de contribuições e tributos federais (R\$ 64.272 mil no Exercício/2023).



25 – Despesas de pessoal

	Banco Múltiplo			Consolidado			
	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023	
Proventos	(5.585.803)	(10.977.618)	(10.399.505)	(6.365.208)	(12.494.385)	(11.964.981)	
Benefícios	(1.953.264)	(3.822.353)	(3.558.113)	(2.076.371)	(4.041.069)	(3.749.811)	
Encargos sociais	(1.807.470)	(3.540.367)	(3.387.386)	(1.992.765)	(3.887.251)	(3.715.692)	
Provisões administrativas de pessoal	(1.266.128)	(2.685.456)	(2.480.762)	(1.270.619)	(2.694.727)	(2.594.787)	
Previdência complementar	(578.488)	(1.056.849)	(975.137)	(587.616)	(1.074.820)	(991.156)	
Honorários de diretores e conselheiros	(22.035)	(44.675)	(44.381)	(33.027)	(65.259)	(63.723)	
Treinamentos	(33.815)	(53.190)	(46.015)	(40.482)	(63.443)	(57.733)	
Total	(11.247.003)	(22.180.508)	(20.891.299)	(12.366.088)	(24.320.954)	(23.137.883)	



26 – Outras despesas administrativas

		Banco Múltiplo			Consolidado	
	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023
Amortização	(1.238.077)	(2.461.264)	(2.352.931)	(1.242.085)	(2.469.265)	(2.364.205)
Aluguéis	(709.957)	(1.386.709)	(1.406.479)	(764.553)	(1.476.041)	(1.474.149)
Depreciação	(586.090)	(1.406.483)	(1.575.735)	(612.683)	(1.454.909)	(1.631.954)
Serviços de vigilância e segurança	(699.424)	(1.371.043)	(1.300.596)	(730.806)	(1.416.130)	(1.338.942)
Processamento de dados	(960.391)	(1.786.409)	(1.614.104)	(628.091)	(1.140.456)	(1.050.385)
Serviços de terceiros	(416.501)	(937.849)	(993.918)	(383.247)	(854.341)	(898.509)
Manutenção e conservação de bens	(593.483)	(1.221.887)	(1.157.306)	(414.254)	(807.420)	(787.688)
Serviços técnicos especializados	(282.873)	(504.592)	(418.229)	(388.417)	(655.337)	(543.468)
Programa de Desempenho Gratificado - PDG	(305.523)	(609.904)	(602.351)	(305.523)	(609.904)	(602.351)
Serviços do sistema financeiro	(251.204)	(492.383)	(623.860)	(315.120)	(599.864)	(724.715)
Propaganda e publicidade	(299.285)	(527.927)	(474.695)	(320.142)	(560.193)	(510.355)
Comunicações	(244.719)	(479.197)	(470.676)	(278.816)	(544.411)	(528.887)
Água, energia e gás	(230.721)	(497.383)	(474.280)	(242.555)	(516.900)	(489.035)
Promoções e relações públicas	(136.037)	(252.842)	(226.451)	(180.764)	(324.829)	(271.238)
Transporte	(48.515)	(91.717)	(76.973)	(85.942)	(158.415)	(139.498)
Viagem no país	(65.768)	(114.553)	(86.521)	(78.370)	(142.170)	(116.128)
Material	(8.466)	(16.223)	(18.231)	(31.027)	(45.197)	(36.287)
Outras	(347.318)	(691.933)	(533.867)	(433.625)	(780.624)	(679.689)
Total	(7.424.352)	(14.850.298)	(14.407.203)	(7.436.020)	(14.556.406)	(14.187.483)



27 – Outras receitas e outras despesas

a) Outras receitas operacionais

	Banco Múltiplo			Consolidado			
	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023	
Atualização de ativo atuarial	1.424.055	2.672.448	2.949.618	1.424.055	2.672.448	2.949.618	
Atualização de depósitos em garantia	1.155.415	2.335.173	2.586.678	1.155.349	2.284.991	2.606.285	
Recuperação de encargos e despesas	1.440.247	2.690.470	2.357.799	1.139.472	2.109.985	1.807.881	
Operações com cartões	648.319	1.110.819	988.041	812.802	1.371.969	1.145.401	
Atualização das destinações do superávit - Previ Plano 1 (Nota 29.f)	518.417	1.102.225	954.017	518.417	1.102.225	954.017	
Clube de Benefícios BB	236.674	459.127	403.310	236.674	459.127	403.310	
Receitas das empresas controladas não financeiras	593	593		149.735	291.577	321.813	
Reversão de provisões - outras	93.627	163.440	31.822	128.885	264.578	114.672	
Atualização de impostos a compensar	99.945	230.286	245.153	99.945	230.286	245.153	
Reversão de provisões - despesas administrativas e de pessoal	101.312	144.421	114.491	101.312	144.421	114.491	
Receitas decorrentes de condenações, custas e acordos judiciais	46.303	67.164	41.785	46.303	67.164	41.785	
Rendas de títulos e créditos a receber	14.659	40.554	47.140	14.659	40.554	47.140	
Dividendos recebidos	41.306	167.741	232.621		282	766	
Outras	237.997	396.889	495.315	365.247	654.086	724.345	
Total	6.058.869	11.581.350	11.447.790	6.192.855	11.693.693	11.476.677	

b) Outras despesas operacionais

	Banco Múltiplo			Consolidado			
	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023	
Operações com cartões	(1.058.937)	(1.994.228)	(2.104.614)	(1.190.483)	(2.226.982)	(2.322.028)	
Serviços de terceiros	(661.927)	(1.344.851)	(1.373.337)	(907.607)	(1.788.779)	(1.651.131)	
Descontos concedidos em renegociação	(691.479)	(1.432.168)	(1.318.845)	(691.479)	(1.432.168)	(1.318.845)	
Bônus de relacionamento negocial	(720.889)	(1.376.665)	(1.313.975)	(720.889)	(1.376.665)	(1.313.975)	
Atualização das obrigações atuariais	(674.940)	(1.344.921)	(1.292.032)	(674.940)	(1.344.921)	(1.292.032)	
Despesas das empresas controladas não financeiras				(494.954)	(875.855)	(853.617)	
Convênio INSS	(291.875)	(594.067)	(512.619)	(291.875)	(594.067)	(512.619)	
Transporte de valores	(289.385)	(569.024)	(529.442)	(289.385)	(569.024)	(529.442)	
Prêmio de seguro de vida - crédito direto ao consumidor	(252.810)	(485.399)	(424.365)	(252.810)	(485.399)	(424.365)	
Autoatendimento	(219.997)	(476.992)	(402.671)	(219.997)	(476.992)	(402.671)	
Remuneração pelas transações de correspondentes bancários	(243.228)	(420.046)	(313.603)	(243.228)	(420.046)	(313.603)	
Falhas/fraudes e outras perdas	(126.191)	(233.236)	(342.669)	(135.571)	(247.116)	(390.530)	
Outras despesas de provisões operacionais	(1.223)	(1.544)	(3.746)	(20.734)	(48.052)	(40.723)	
Perda por redução ao valor recuperável	(17.227)	(17.227)	(63.549)	(22.642)	(22.642)	(71.567)	
Outras	(2.328.814)	(4.159.165)	(2.995.746)	(2.303.993)	(4.022.485)	(2.889.918)	
Total	(7.578.922)	(14.449.533)	(12.991.213)	(8.460.587)	(15.931.193)	(14.327.066)	



28 - Partes relacionadas

a) Pessoal-chave da administração

Custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração do Banco do Brasil, formado pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023
Benefícios de curto prazo	28.593	62.371	51.435
Honorários e encargos sociais	17.492	34.452	31.866
Diretoria Executiva	17.387	34.140	31.443
Conselho de Administração	105	312	423
Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais	7.035	20.611	13.503
Outros ¹	4.066	7.308	6.066
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	294	590	3.503
Remuneração baseada em ações	612	14.088	8.595
Total	29.499	77.049	63.533

^{1 -} Inclui a remuneração dos membros dos Comitês de Auditoria e de Riscos e de Capital que integram o Conselho de Administração, bem como contribuições patronais aos planos de saúde e previdência complementar, auxílio moradia, vantagens de remoção, seguro de vida em grupo, entre outros.

De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN n° 5.177/2024, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 23.m).

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal-chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

b) Transações com partes relacionadas

O Banco possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada ao mercado. A política visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesse, sejam tomadas observando os interesses do Banco e de seus acionistas. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores do Banco.

Dentre outras orientações, a política veda a realização de transações com partes relacionadas em condições diversas às de mercado ou que possam prejudicar os interesses da instituição. Sendo assim, as transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável e não envolvem riscos anormais de recebimento, conforme informações constantes em outras notas explicativas.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

Dentre as transações realizadas pelo Banco com suas partes relacionadas, destacamos:

- a) transações bancárias, tais como aplicações em depósitos interfinanceiros, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses, prestação de serviços e de garantias, avais ou fianças;
- b) valores a receber do Tesouro Nacional referentes à equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal, na forma da Lei nº 8.427/1992. A equalização de taxas, modalidade de subvenção econômica, representa o diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural. O valor da equalização é atualizado pela Taxa Média Selic desde a sua apuração até o pagamento pelo Tesouro Nacional, que é realizado segundo programação orçamentária daquele órgão, conforme estabelece a legislação, preservando assim a adequada remuneração ao Banco;
- c) disponibilização dos sistemas internos para a Previ, para votações, processos seletivos e acesso a normas internas de interesse comum, o que gera uma economia de custos para ambas as partes envolvidas;



- d) contratos de comodato, onde o Banco figura basicamente como cessionário, utilizando-se dos espaços, principalmente, para instalação de terminais de autoatendimento, de postos de atendimento bancário e de agências, não representando volume significativo, uma vez que os contratos dessa natureza são realizados na maior parte com terceiros;
- e) disponibilização de estrutura para controladas e entidades patrocinadas, para desempenho de atividades operacionais mediante o ressarcimento dos custos e despesas apurados devido à utilização dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e administrativos. O compartilhamento de estrutura visa obter ganho de eficiência operacional para o Conglomerado. No 2º semestre de 2024, foram ressarcidos custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura no valor de R\$ 524.803 mil no Banco Múltiplo e R\$ 222.919 mil no Consolidado. No Exercício/2024, esse montante foi de R\$ 1.017.638 mil no Banco Múltiplo (R\$ 918.063 mil no Exercício/2023) e R\$ 435.071 no Consolidado (R\$ 361.500 mil no Exercício/2023). Informações complementares, com relação à cessão de pessoal, constam da Nota 32.d Cessão de empregados a órgãos externos;
- f) aluguéis de imóveis de propriedade de entidades patrocinadas para desempenho das atividades do Banco:
- g) aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim;
- h) cessão de créditos oriundos de operações baixadas como prejuízos para a Ativos S.A;
- i) contratação de serviços especializados da BB Tecnologia S.A. (BBTS) para assistência técnica especializada, digitalização e reprodução de documentos, telemarketing, cobrança extrajudicial, suporte e apoio a processos de negócios financeiros e não financeiros, monitoramento, supervisão e execução de atividades inerentes a equipamentos e ambientes, desenvolvimento, sustentação e teste de software, suporte e operação em data center, gerenciamento de mensagens eletrônicas de telefonia celular, outsourcing e monitoria de sistemas de segurança física e outsourcing de telefonia;
- j) valores a receber decorrente das honras solicitadas pelo Banco aos Fundos Garantidores, nos quais a União detém participação, conforme prazos e condições estabelecidos pelo regulamento de cada programa de garantia. Os Fundos Garantidores são instrumentos de natureza pública ou privada destinados a garantir projetos e operações de crédito, com a finalidade, dentre outras, de viabilizar empreendimentos estruturados do Poder Público e auxiliar a inclusão de pessoas físicas e jurídicas no mercado de crédito; e
- k) Garantias recebidas e prestadas e outras coobrigações, dentre elas o contrato de abertura de linha de crédito interbancário rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

Para 2024, o Banco e a Caixa Econômica Federal (CEF) assinaram contrato de abertura de crédito destinado à contratação de operações de crédito, no âmbito das áreas de habitação popular e demais operações habitacionais, no valor de até R\$ 1.830.000 mil (de até R\$ 1.650.000 mil em 2023).

As transações acima que envolvam valores são demonstradas adiante no quadro "Sumário das transações com partes relacionadas", segregados por natureza e categoria de entidades relacionadas.

Algumas transações constam em outras notas explicativas: os recursos aplicados em títulos públicos federais estão relacionados na Nota 10; as informações referentes aos fundos públicos estão relacionadas nas Notas 19 e 20; e as informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão relacionadas na Nota 29.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. O Banco e suas subsidiárias realizaram contribuições para a FBB no valor de R\$ 65.908 mil no 2º Semestre/2024 e R\$ 184.949 mil no Exercício/2024 (R\$ 85.119 mil no Exercício/2023).

c) Aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim

	Exercício/2024	Exercício/2023
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (com coobrigação)	5.937.492	9.426.648



d) Sumário das transações com partes relacionadas

Apresentamos as transações realizadas com as partes relacionadas, segregadas nas seguintes categorias:

- a) Controlador: União (Tesouro Nacional e órgãos da administração direta do Governo Federal);
- b) Controladas: Empresas relacionadas na Nota 2.e;
- c) <u>Coligadas e controladas em conjunto</u>: Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre Participações, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno e Tecban;
- d) Pessoal-chave da administração: Conselho de Administração e Diretoria Executiva; e
- e) <u>Outras partes relacionadas</u>: Empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF e BNDES. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

Banco Múltiplo	Controlador	Controladas	Coligadas e controladas em conjunto	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	31/12/2024
Ativos	2.886.718	4.279.126	11.513.232	9.072	16.123.356	34.811.504
Aplicações interfinanceiras de liquidez		3.483.785	391.426		2.550.800	6.426.011
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos			157.667		1.071.112	1.228.779
Carteira de crédito ¹		286.865	10.178.905	9.072	12.199.687	22.674.529
Outros ativos ²	2.886.718	508.476	785.234		301.757	4.482.185
Passivos	10.581.769	36.345.245	15.714.853	33.746	63.109.898	125.785.511
Recursos de clientes	3.318.400	176.775	518.895	2.558	10.727.350	14.743.978
Recursos de instituições financeiras	82.934	30.125.937	1.967.321		51.325.175	83.501.367
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	5.726.173	37.432	31.754	31.188	240.203	6.066.750
Outros passivos ³	1.454.262	6.005.101	13.196.883		817.170	21.473.416
Garantias prestadas e outras coobrigações	353.745	320.348	5.000.721			5.674.814
Demonstração do resultado			2º Seme	estre/2024		
Receitas da intermediação financeira	2.410.647	432.359	536.723	439	562.385	3.942.553
Despesas da intermediação financeira	(240.304)	(1.317.139)	(24.286)	(1.326)	(1.904.710)	(3.487.765)
Receitas de prestação de serviços	52.668	21.076	545.833		367.709	987.286
Outras receitas	186.825	343.390	218.570		9.641	758.426
Outras despesas	(951.929)	(1.073.249)	(480.529)		(285.622)	(2.791.329)
Demonstração do resultado			Exercí	cio/2024		
Receitas da intermediação financeira	4.266.532	2.803.025	1.127.417	835	993.256	9.191.065
Despesas da intermediação financeira	(475.015)	(4.281.597)	(45.219)	(2.472)	(3.783.680)	(8.587.983)
Receitas de prestação de serviços	120.444	42.458	860.435		700.446	1.723.783
Outras receitas	197.375	750.416	430.662		15.266	1.393.719
Outras despesas	(1.548.504)	(2.145.273)	(863.386)		(546.589)	(5.103.752)

^{1 -} A carteira de crédito possui R\$ 23 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reversão de provisão de R\$ 48 mil no 2º Semestre/2024 (R\$ 20 mil de reversão de provisão no Exercício/2024).

^{2 -} As transações com o Controlador referem-se, principalmente, à equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

^{3 -} Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.



Banco Múltiplo	Controlador	Controladas	Coligadas e controladas em conjunto	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	31/12/2023
Ativos	2.218.804	62.021.880	14.311.122	5.744	8.666.762	87.224.312
Aplicações interfinanceiras de liquidez		61.369.168	2.264.354		2.024.499	65.658.021
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		5.886	172.092		750.192	928.170
Carteira de crédito ¹		330.997	11.052.095	5.744	5.598.011	16.986.847
Outros ativos ²	2.218.804	315.829	822.581		294.060	3.651.274
Passivos	11.328.301	86.967.143	14.295.350	24.240	64.201.350	176.816.384
Recursos de clientes	3.335.799	831.058	476.907	1.574	17.437.737	22.083.075
Recursos de instituições financeiras	139.308	81.057.750	100.039		45.220.590	126.517.687
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	6.632.317	40.053	38.634	22.666	168.318	6.901.988
Outros passivos ³	1.220.877	5.038.282	13.679.770		1.374.705	21.313.634
Garantias prestadas e outras coobrigações	293.040	520.404	5.000.023		30.864	5.844.331
Demonstração do resultado			Exercí	cio/2023		
Receitas da intermediação financeira	5.016.441	5.859.883	1.320.155	700	595.817	12.792.996
Despesas da intermediação financeira	(397.515)	(6.954.830)	(40.631)	(2.316)	(4.078.899)	(11.474.191)
Receitas de prestação de serviços	134.801	43.384	581.039		721.262	1.480.486
Outras receitas	29.295	788.524	614.307		17.216	1.449.342
Outras despesas	(1.073.172)	(1.852.407)	(757.683)		(1.474.015)	(5.157.277)

^{1 -} A carteira de crédito possui R\$ 43 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reforço de provisão de R\$ 4 mil de no Exercício/2023.

^{3 -} Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

Controlador	Coligadas e controladas em conjunto	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	31/12/2024
2.886.718	12.932.218	9.072	16.203.455	32.031.463
	391.426		2.550.800	2.942.226
	157.667		1.151.066	1.308.733
	10.178.905	9.072	12.199.687	22.387.664
2.886.718	2.204.220		301.902	5.392.840
5.481.770	21.702.652	33.746	63.109.898	90.328.066
3.318.400	518.895	2.558	10.727.350	14.567.203
82.934	1.967.321		51.325.175	53.375.430
626.174	31.754	31.188	240.203	929.319
1.454.262	19.184.682		817.170	21.456.114
353.745	5.000.721			5.354.466
		2º Semestre/2024		
2.410.647	535.591	439	564.938	3.511.615
(154.785)	(24.286)	(1.326)	(1.904.710)	(2.085.107)
55.395	3.795.449	13	390.466	4.241.323
186.825	342.903		9.641	539.369
(951.929)	(480.529)		(287.484)	(1.719.942)
		Exercício/2024		
4.266.532	1.126.456		996.976	6.390.799
				(4.092.203)
126.961	7.201.157	` '	744.280	8.072.419
.=				891.968
(1.548.504)	(863.386)		(550.702)	(2.962.592)
	2.886.718 2.886.718 5.481.770 3.318.400 82.934 626.174 1.454.262 353.745 2.410.647 (154.785) 55.395 186.825 (951.929) 4.266.532 (260.832) 126.961 197.375	Controlador controladas em conjunto 2.886.718 12.932.218 391.426 157.667 10.178.905 2.886.718 2.204.220 5.481.770 21.702.652 3.318.400 518.895 82.934 1.967.321 626.174 31.754 1.454.262 19.184.682 353.745 5.000.721 2.410.647 535.591 (154.785) (24.286) 55.395 3.795.449 186.825 342.903 (951.929) (480.529) 4.266.532 1.126.456 (260.832) (45.219) 126.961 7.201.157 197.375 679.327	Controlador controladas em conjunto Pessoal-chave da administração 2.886.718 12.932.218 9.072 391.426 157.667 10.178.905 9.072 2.886.718 2.204.220 5.481.770 21.702.652 33.746 3.318.400 518.895 2.558 82.934 1.967.321 626.174 31.754 31.188 1.454.262 19.184.682 353.745 5.000.721 2.410.647 535.591 439 (154.785) (24.286) (1.326) 55.395 3.795.449 13 186.825 342.903 (951.929) (480.529) Exercício/2024 4.266.532 1.126.456 835 (260.832) (45.219) (2.472) 126.961 7.201.157 21 197.375 679.327	Controlador controladas em conjunto Pessoal-chave da administração Outras partes relacionadas 2.886.718 12.932.218 9.072 16.203.455 391.426 2.550.800 157.667 1.151.066 10.178.905 9.072 12.199.687 2.886.718 2.204.220 301.902 5.481.770 21.702.652 33.746 63.109.898 3.318.400 518.895 2.558 10.727.350 82.934 1.967.321 51.325.175 626.174 31.754 31.188 240.203 1.454.262 19.184.682 817.170 353.745 5.000.721 2° Semestre/2024 2.410.647 535.591 439 564.938 (154.785) (24.286) (1.326) (1.904.710) 55.395 3.795.449 13 390.466 186.825 342.903 9.641 (951.929)

édito possui R\$ 23 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reversão de provisão de R\$ 48 mil no 2º Semestre/2024 (R\$ 20 mil de reversão de provisão no Exercício/2024).

2 - As transações com o Controlador referem-se, principalmente, à equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro

^{2 -} As transações com o Controlador referem-se, principalmente, à equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

Nacional.

^{3 -} Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.



Consolidado	Controlador	Coligadas e controladas em conjunto	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	31/12/2023
Ativos	2.218.804	14.639.113	5.744	8.672.109	25.535.770
Aplicações interfinanceiras de liquidez		2.264.354		2.024.499	4.288.853
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		172.092		750.827	922.919
Carteira de crédito ¹		11.052.095	5.744	5.598.011	16.655.850
Outros ativos ²	2.218.804	1.150.572		298.772	3.668.148
Passivos	5.232.256	18.923.689	24.240	64.201.350	88.381.535
Recursos de clientes	3.339.754	476.907	1.574	17.437.737	21.255.972
Recursos de instituições financeiras	139.308	100.039		45.220.590	45.459.937
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	532.317	38.634	22.666	168.318	761.935
Outros passivos ³	1.220.877	18.308.109		1.374.705	20.903.691
Garantias prestadas e outras coobrigações	293.040	5.000.023		30.864	5.323.927
Demonstração do resultado			Exercício/2023		
Receitas da intermediação financeira	5.016.441	1.781.577	700	596.808	7.395.526
Despesas da intermediação financeira	(189.136)	(40.631)	(2.316)	(4.078.899)	(4.310.982)
Receitas de prestação de serviços	141.352	6.346.319	45	761.627	7.249.343
Outras receitas	29.295	862.970		17.216	909.481
Outras despesas	(1.073.172)	(761.973)		(1.474.574)	(3.309.719)

^{1 -} A carteira de crédito possui R\$ 43 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reforço de provisão de R\$ 4 mil de no Exercício/2023.

^{2 -} As transações com o Controlador referem-se, principalmente, à equalização de taxas — safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

^{3 -} Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.



29 - Benefícios a empregados

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
	Prevmais ¹	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc - Fundação Codesc de Seguridade	Multifuturo I ¹	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Social	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM – Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

^{1 –} Planos cujos benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido, conforme escolha do participante. Os benefícios de risco pertencem à modalidade de benefício definido.

Número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados pelo Banco

		31/12/2024		31/12/2023			
	N.	de participant	es	N.º de participantes			
	Em atividade	Assistidos	Total	Em atividade	Assistidos	Total	
Planos de Aposentadoria e Pensão	88.174	121.982	210.156	87.633	122.428	210.061	
Plano de Benefícios 1 - Previ	2.815	99.348	102.163	3.111	99.991	103.102	
Plano Previ Futuro	75.232	4.522	79.754	74.259	4.123	78.382	
Plano Informal		1.820	1.820		1.916	1.916	
Outros Planos	10.127	16.292	26.419	10.263	16.398	26.661	
Planos de Assistência Médica	89.715	105.748	195.463	89.336	106.502	195.838	
Cassi	81.208	100.554	181.762	80.681	101.054	181.735	
Outros Planos	8.507	5.194	13.701	8.655	5.448	14.103	



Contribuições do Banco para os planos de benefícios

	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023
Planos de Aposentadoria e Pensão	1.206.668	2.233.273	2.099.626
Plano de Benefícios 1 - Previ ¹	366.004	685.053	660.535
Plano Previ Futuro	611.195	1.117.144	1.011.300
Plano Informal	64.580	126.081	134.995
Outros Planos	164.889	304.995	292.796
Planos de Assistência Médica	1.171.771	2.241.923	2.147.840
Cassi	1.039.498	1.998.136	1.908.758
Outros Planos	132.273	243.787	239.082
Total	2.378.439	4.475.196	4.247.466

^{1 -} Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade até 2018 e do Fundo de Utilização (Nota 29.f). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14/04/1967 que tivessem se aposentado ou viessem a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

Em 31/12/2024, as contribuições do Banco para os planos de benefício definido (pós-emprego) foram estimadas em R\$ 1.001.947 mil para os próximos 6 meses e R\$ 2.137.031 mil para os próximos 12 meses.

Valores reconhecidos no resultado

	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023
Planos de Aposentadoria e Pensão	661.379	1.251.152	1.634.233
Plano de Benefícios 1 - Previ	1.393.911	2.615.142	2.880.308
Plano Previ Futuro	(611.195)	(1.117.144)	(1.011.300)
Plano Informal	(51.666)	(103.730)	(107.170)
Outros Planos	(69.671)	(143.116)	(127.605)
Planos de Assistência Médica	(1.274.491)	(2.474.060)	(2.342.250)
Cassi	(1.149.005)	(2.233.927)	(2.120.045)
Outros Planos	(125.486)	(240.133)	(222.205)
Total	(613.112)	(1.222.908)	(708.017)

Informações detalhadas em relação aos planos de benefício definido constam na Nota 29.d.4.



a) Planos de aposentadoria e pensão

Previ Futuro (Previ)

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24/12/1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23/12/1997. Os participantes, tanto os ativos quanto os aposentados, contribuem com um percentual entre 1,8% e 7,8% do salário de participação ou dos complementos de aposentadoria.

Plano Informal (Previ)

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem:

- (a) pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14/04/1967;
- (b) pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14/04/1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e
- (c) aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco.

Prevmais (Economus)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/11/2009) inscritos a partir de 01/08/2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio-doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31/07/2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B' (Economus)

Grupo de funcionários e aposentados oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22/01 a 13/05/1974 e seus assistidos.

Plano Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/09/2008) inscritos a partir de 12/01/2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios I da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2% a 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.

Plano de Benefícios I (Fusesc)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11/01/2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/11/2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.



b) Planos de assistência médica

Plano de Associados (Cassi)

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além de 3% por dependente de funcionário da ativa (até três dependentes).

A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 4% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, coparticipação em alguns procedimentos, além de contribuição por dependente, seguindo as regras previstas no Estatuto da Cassi e no regulamento do plano.

Plano Unificado de Saúde - PLUS (Economus)

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos até 31/12/2000. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde - PLUS II (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos a partir de 01/01/2001. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar - PAMC (Economus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos "B" (Regulamento Complementar 1) e "C" (Regulamento Geral) e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Plano SIM Saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc, além dos vinculados a outros patrocinadores (Badesc, Bescor, Fusesc e a própria SIM). A contribuição mensal dos beneficiários titulares ativos é variável em função da faixa etária do beneficiário, devida por si e por seus dependentes, e a dos patrocinadores, em relação aos ativos e aos seus respectivos dependentes, também é variável em função da faixa etária. O plano prevê ainda, coparticipação sobre consultas, exames e atendimentos domiciliares, seguindo as regras previstas no regulamento do plano.

c) Fatores de risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para as entidades patrocinadas, o que pode afetar negativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido do Banco.

Do ponto de vista do ativo, o risco atuarial está associado à possibilidade de perdas resultantes da flutuação (redução) no valor justo dos ativos do plano. Do ponto de vista do passivo atuarial, por sua vez, o risco está associado à possibilidade de perdas decorrentes da flutuação (aumento) no valor presente das obrigações atuariais dos planos da categoria Benefício Definido.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos destas Entidades Patrocinadas incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.



d) Avaliações atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas base de 31/12/2024 e 31/12/2023.

d.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

	Plano 1	- Previ	Plano Infor	mal - Previ	Plano de Asso	ciados - Cassi	Outros Planos	
	Exercício/2024	Exercício/2023	Exercício/2024	Exercício/2023	Exercício/2024	Exercício/2023	Exercício/2024	Exercício/2023
Saldo inicial	(170.184.420)	(140.726.703)	(815.963)	(752.171)	(10.912.671)	(8.808.892)	(10.008.619)	(8.352.609)
Custo de juros	(16.805.251)	(16.592.450)	(76.667)	(81.290)	(1.094.779)	(1.054.064)	(998.629)	(981.052)
Custo do serviço corrente	(32.447)	(45.096)			(92.829)	(83.398)	(3.909)	(3.671)
Custo do serviço passado			(27.063)	(25.880)				
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	16.486.575	16.101.165	126.081	134.995	951.818	926.175	947.416	916.460
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	41.464.139	(28.921.336)	156.076	(91.617)	2.689.119	(1.892.492)	2.301.334	(1.587.747)
Ajuste de experiência	(3.502.836)	(1.197.402)	2.870	637	100.180	(189.334)	(104.183)	(55.461)
Alterações premissas biométricas/demográficas	(183.709)	38	(8.198)		26.623	1.411	5.705	284
Alterações premissas financeiras	45.150.684	(27.723.972)	161.404	(92.254)	2.562.316	(1.704.569)	2.399.812	(1.532.570)
Saldo final	(129.071.404)	(170.184.420)	(637.536)	(815.963)	(8.459.342)	(10.912.671)	(7.762.407)	(10.008.619)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(129.071.404)	(170.184.420)					(7.714.673)	(8.065.338)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto			(637.536)	(815.963)	(8.459.342)	(10.912.671)	(47.734)	(1.943.281)



d.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

	Plano 1 - Previ		Plano 1 - Previ Plano Informal - Previ		mal - Previ	Plano de Asso	ciados - Cassi	Outros Planos ¹	
	Exercício/2024	Exercício/2023	Exercício/2024	Exercício/2023	Exercício/2024	Exercício/2023	Exercício/2024	Exercício/2023	
Saldo inicial	217.226.231	197.539.033					8.065.338	7.476.638	
Receita de juros	22.067.980	22.398.163					845.192	867.019	
Contribuições recebidas	1.355.345	1.321.070	126.081	134.995	951.818	926.175	494.002	482.664	
Participantes	670.292	660.535					190.281	185.238	
Empregador	685.053	660.535	126.081	134.995	951.818	926.175	303.721	297.426	
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	(16.486.575)	(16.101.165)	(126.081)	(134.995)	(951.818)	(926.175)	(947.416)	(916.460)	
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	(41.323.751)	12.069.130					(742.443)	155.477	
Saldo final	182.839.230	217.226.231					7.714.673	8.065.338	

^{1 -} Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Prevmais (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo 1 (Fusesc), Plano 1 (Fusesc) e Plano BEP (Prevbep).

d.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Asso	ciados - Cassi	Outros Planos	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
1) Valor justo dos ativos do plano	182.839.230	217.226.231					7.714.673	8.065.338
2) Valor presente das obrigações atuariais	(129.071.404)	(170.184.420)	(637.536)	(815.963)	(8.459.342)	(10.912.671)	(7.762.407)	(10.008.619)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	53.767.826	47.041.811	(637.536)	(815.963)	(8.459.342)	(10.912.671)	(47.734)	(1.943.281)
4) Ativo/(passivo) atuarial líquido registrado ¹	26.883.913	23.520.905	(637.536)	(815.963)	(8.459.342)	(10.912.671)	(454.864)	(1.527.327)

^{1 -} Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit).



d.4) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

		Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi			Outros Planos			
	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023
Custo do serviço corrente	(6.293)	(16.223)	(22.548)				(45.501)	(92.829)	(83.398)	(810)	(1.956)	(1.835)
Custo dos juros	(4.214.119)	(8.402.625)	(8.296.225)	(38.458)	(76.667)	(81.291)	(552.599)	(1.094.780)	(1.054.063)	(278.677)	(553.569)	(542.034)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	5.614.323	11.033.990	11.199.081							218.645	421.178	432.118
Custo do serviço passado não reconhecido				(13.208)	(27.063)	(25.879)						
Despesa com funcionários da ativa							(550.905)	(1.046.318)	(982.584)	(136.449)	(252.798)	(241.712)
Outros ajustes/reversão										2.134	3.896	3.653
(Despesa)/receita reconhecida na DRE	1.393.911	2.615.142	2.880.308	(51.666)	(103.730)	(107.170)	(1.149.005)	(2.233.927)	(2.120.045)	(195.157)	(383.249)	(349.810)

d.5) Valores reconhecidos no patrimônio líquido

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(5.208.015)	(789.156)	(155.684)	(105.295)	(1.679.860)	(638.989)	(750.441)	(312.637)
Ajustes de avaliação patrimonial	62.813	(8.426.102)	156.077	(91.617)	2.689.119	(1.892.492)	903.089	(802.450)
Efeitos fiscais	(29.872)	4.007.243	(70.235)	41.228	(1.210.103)	851.621	(408.349)	364.646
Saldo final	(5.175.074)	(5.208.015)	(69.842)	(155.684)	(200.844)	(1.679.860)	(255.701)	(750.441)



d.6) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido – Posição em 31/12/2024

	5 1: 1		Pagamen ⁻	tos de benefícios esp	perados ²	
	Duration ¹	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Plano 1 (Previ)	8,01	16.747.157	16.431.337	16.156.235	314.704.982	364.039.711
Plano Informal (Previ)	5,53	123.043	111.168	100.489	934.800	1.269.500
Plano de Associados (Cassi)	9,25	1.045.971	1.026.996	1.008.148	27.651.499	30.732.614
Regulamento Geral (Economus)	7,87	744.486	738.552	731.400	13.779.205	15.993.643
Regulamento Complementar 1 (Economus)	9,74	3.839	4.038	4.273	137.885	150.035
Plus I e II (Economus)	10,81	53.520	55.581	57.573	2.477.590	2.644.264
Grupo B' (Economus)	7,04	25.430	25.140	24.808	372.894	448.272
Prevmais (Economus)	8,84	35.732	35.683	35.619	879.175	986.209
Multifuturo I (Fusesc)	8,42	9.452	9.433	9.399	208.113	236.397
Plano I (Fusesc)	6,63	54.437	53.055	51.548	686.963	846.003
Plano BEP (Prevbep)	8,29	8.296	8.241	8.182	171.092	195.811

^{1 -} Duração média ponderada, em anos, da obrigação atuarial de benefício definido.

^{2 -} Valores considerados sem descontar a valor presente.



d.7) Composição dos ativos dos planos

	Plano 1 - Previ		Outros	Planos
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Renda fixa	116.962.255	127.077.345	7.126.005	7.276.657
Renda variável ¹	48.013.582	70.598.525	131.446	294.801
Investimentos imobiliários	10.641.243	12.142.946	206.842	221.915
Empréstimos e financiamentos	5.210.918	5.669.605	154.238	156.858
Outros	2.011.232	1.737.810	96.142	115.107
Total	182.839.230	217.226.231	7.714.673	8.065.338
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano				
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	8.776.283	9.384.173	19.027	
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	1.225.023	1.390.248	32.032	35.153

^{1 -} No plano 1 - Previ, inclui o valor de R\$ 3.947.785 mil (R\$ 5.586.966 mil em 31/12/2023), referente a ativos não cotados em mercado ativo.

d.8) Principais premissas atuariais adotadas em cada período

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Taxa de inflação (a.a.)	3,80%	3,55%	3,89%	3,57%	3,78%	3,55%	3,80%	3,55%
Taxa real de desconto (a.a.)	10,70%	6,81%	10,86%	6,64%	10,62%	6,86%	10,72%	6,80%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	14,91%	10,60%					14,92%	10,59%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	0,77%	0,77%					0,91%	0,91%
Tábua de sobrevivência	BR-EMS	BR-EMSsb-2015		BR-EMSsb-2015		sb-2015	AT-2000 / AT-2012 / RP 2000	
Regime de capitalização	Crédito Unitá	rio Projetado	Crédito Unitá	rio Projetado	Crédito Unitá	rio Projetado	Crédito Unitá	rio Projetado

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

O pronunciamento técnico CPC 33 (R1) detalha a questão da contabilização assim como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc. As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 - Previ.



d.9) Diferenças de premissas do Plano 1 – Previ – Posição em 31/12/2024

	Banco	Previ
Taxa real de desconto (a.a.)	10,70%	4,75%
Avaliação de ativos		
Títulos públicos	Valor de Mercado	Custo Amortizado
Participações acionárias	Valor de Mercado	Valor Ajustado ¹
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Método Agregado

^{1 -} A Previ, na metodologia de avaliação para o seu investimento na Litel, utiliza como referência o preço de fechamento da ação da Vale, principal ativo do grupo Litel, do penúltimo dia de cada mês.

d.10) Conciliação dos valores apurados no Plano 1 - Previ/Banco

	Ativos do Plano		Obrigaçõe	s Atuariais	Efeito no Superávit/(Déficit)		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Valor apurado - Previ	208.935.680	222.368.862	(212.150.678)	(208.014.404)	(3.214.998)	14.354.458	
Ajuste no valor dos ativos do plano ¹	(26.096.450)	(5.142.631)			(26.096.450)	(5.142.631)	
Ajuste nas obrigações - taxa de desconto/regime de capitalização			83.079.274	37.829.984	83.079.274	37.829.984	
Valor apurado - Banco	182.839.230	217.226.231	(129.071.404)	(170.184.420)	53.767.826	47.041.811	

^{1 -} Refere-se principalmente aos ajustes efetuados pelo Banco na apuração do valor justo dos investimentos na Litel e em títulos e valor es mobiliários mantidos até o vencimento.

d.11) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma das premissas, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade das premissas atuariais mais relevantes, demonstrando o aumento/(redução) nas obrigações dos benefícios definidos, com as variações razoavelmente possíveis para 31/12/2024.

	Taxa de Desconto		Expectativ	va de Vida	Crescimento Salarial	
	+0,25%	-0,25%	+1 ano	-1 ano	+0,25%	-0,25%
Plano 1 (Previ)	(2.028.803)	2.093.437	1.814.001	(1.869.736)	1.607	(1.604)
Plano Informal (Previ)	(7.052)	7.223	14.979	(15.033)		
Plano de Associados (Cassi)	(118.160)	122.678	91.624	(93.245)	434	(426)
Regulamento Geral (Economus)	(93.676)	96.564	78.461	(81.958)		
Regulamento Complementar 1 (Economus)	(949)	980	(1.891)	1.938		
Plus I e II (Economus)	(12.665)	13.169	15.917	(15.680)		
Grupo B' (Economus)	(2.646)	2.719	3.503	(3.653)		
Prevmais (Economus)	(5.223)	5.400	1.155	(1.162)	689	(685)
Multifuturo I (Fusesc)	(1.322)	1.380	721	(754)	109	(102)
Plano I (Fusesc)	(4.947)	5.079	6.453	(6.620)		
Plano BEP (Prevbep)	(1.126)	1.162	756	(794)		



e) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

	Ativo A	tuarial	Passivo <i>i</i>	Atuarial
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Plano 1 (Previ)	26.883.913	23.520.905		
Plano Informal (Previ)			(637.536)	(815.963)
Plano de Associados (Cassi)			(8.459.342)	(10.912.671)
Regulamento Geral (Economus)			(114.788)	(816.905)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	12.046	7.928		
Plus I e II (Economus)			(607.867)	(802.397)
Grupo B' (Economus)			(187.157)	(238.803)
Prevmais (Economus)	179.204	133.637		
Multifuturo I (Fusesc)	86.353	69.919		
Plano I (Fusesc)	139.110	96.072		
Plano BEP (Prevbep)	38.235	23.222		
Total	27.338.861	23.851.683	(10.006.690)	(13.586.739)

f) Destinações do superávit do Plano 1 - Previ

	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023
Fundo de Utilização ¹			
Saldo inicial	11.873.612	11.608.853	11.315.371
Contribuição ao Plano 1	(366.004)	(685.053)	(660.535)
Atualização	518.417	1.102.225	954.017
Saldo final	12.026.025	12.026.025	11.608.853

^{1 -} Constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação (oriundo do superávit do plano). Pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. É corrigido pela meta atuarial (INPC + 4,75% a.a.).



30 – Gerenciamento de riscos e de capital

a) Processo de gestão de riscos

O Banco do Brasil considera o gerenciamento de riscos e de capital como um dos principais vetores para o processo de tomada de decisão.

A instituição possui processo para identificação e avaliação dos riscos que resulta no conjunto corporativo de riscos relevantes, realizado a partir de metodologia que considera insumos externos, tais como diretrizes regulatórias, preocupações relevantes da indústria financeira mundial e benchmark com outras instituições. Como insumos internos, são avaliados os riscos incorridos pelas ELBBs, os fatores de risco divulgados no Formulário de Referência (FR), os riscos identificados pelos gestores, em primeira linha, e os direcionadores estratégicos. Os riscos identificados têm sua classificação de relevância definida com base em critérios quantitativos e qualitativos.

A definição dos riscos é realizada considerando critérios quantitativos e qualitativos, e resulta nos seguintes riscos relevantes:

- a) Risco de estratégia;
- b) Risco social, ambiental e climático;
- c) Risco de crédito
- d) Risco atuarial;
- e) Risco de taxa de juros da carteira bancária;
- f) Risco de mercado:
- g) Risco de liquidez;
- h) Risco de contágio;
- i) Risco operacional;
- j) Risco de reputação.

O Banco revisa periodicamente o Conjunto Corporativo dos Riscos Relevantes. Para os riscos relevantes, são estabelecidas etapas da implementação de estrutura e processos de gestão, com as atividades mínimas a serem consideradas para tratamento dos riscos.

O processo de identificação e avaliação da relevância dos riscos foi aprimorado, permanece com a participação da 1ª primeira linha de defesa nas discussões da avaliação qualitativa dos riscos. A participação dos gestores específicos aprimora o processo de avaliação dos riscos, permitindo capturar as percepções dos envolvidos e disseminar a cultura de gestão de riscos.

A metodologia de 2023 foi aprimorada com a elaboração de escalas específicas para a relevância do Risco Social, Ambiental e Climático (RSAC) e Risco de Reputação, em função da natureza transversal desses riscos. Além de revisão das categorias do Risco de Crédito.

No Banco, a gestão dos riscos e do capital é realizada de forma segregada das unidades de negócio e de auditoria interna. A política específica de Gestão de Riscos e de Capital é aprovada pelo Conselho de Administração, com parecer dos Comitês de Assessoramento. O gerenciamento dos riscos é realizado conforme as políticas e estratégias da Alta Administração do Banco

Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos e de capital no Banco do Brasil, acesse as informações disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos e no Plano de Recuperação na seção Gerenciamento de Riscos no website bb.com.br/ri.



Instrumentos financeiros - Valor justo

Instrumentos financeiros, registrados em contas patrimoniais, comparados ao valor justo:

	31/12,	/2024	31/12,	/2023
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo				
Disponibilidades	20.079.736	20.079.736	17.327.745	17.327.745
Depósitos no Banco Central do Brasil	115.697.589	115.697.589	101.805.900	101.805.900
Aplicações interfinanceiras de liquidez	399.797.233	399.760.046	432.160.990	432.160.990
Títulos e valores mobiliários	580.835.475	578.832.459	466.994.273	466.828.048
Instrumentos financeiros derivativos	12.667.715	12.667.715	1.973.686	1.973.686
Carteira de crédito	1.100.471.281	1.099.877.678	975.349.358	968.308.823
Outros ativos financeiros	109.237.452	109.237.452	94.577.173	94.577.173
Passivo				
Recursos de clientes	873.710.691	874.416.253	811.943.803	811.903.547
Recursos de instituições financeiras	724.024.327	727.913.949	651.190.724	651.460.774
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	325.565.244	325.565.244	284.156.307	284.156.307
Instrumentos financeiros derivativos	8.266.681	8.266.681	2.509.742	2.509.742
Outros passivos financeiros	213.524.918	213.524.918	161.864.745	161.864.745

Determinação do valor justo dos instrumentos financeiros

<u>Aplicações interfinanceiras de liquidez</u>: O valor justo foi obtido pelo desconto dos fluxos de caixa futuros, adotando as taxas de juros praticadas pelo mercado em operações semelhantes na data do balanço.

<u>Títulos e valores mobiliários</u>: Contabilizados pelo valor de mercado, em conformidade com o estabelecido pela Circular Bacen n.º 3.068/2001, excetuando-se desse critério os títulos mantidos até o vencimento. A apuração do valor justo dos títulos, inclusive dos títulos mantidos até o vencimento, é dada com base nas taxas coletadas junto ao mercado.

<u>Operações de crédito</u>: Para as operações pós-fixadas, em sua maioria, foi considerado como valor justo o próprio valor contábil, devido à equivalência entre os mesmos. As operações remuneradas a taxas pré-fixadas de juros foram valorizadas à taxa de contratação, com seus fluxos futuros de caixa descontados a taxas de mercado vigentes na data do balanço.

<u>Depósitos interfinanceiros</u>: O valor justo foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos futuros de caixa e as taxas atualmente praticadas no mercado para operações pré-fixadas. No caso de operações pós-fixadas, cujos vencimentos não ultrapassavam 30 dias, o valor contábil foi considerado aproximadamente equivalente ao valor justo.

<u>Depósitos a prazo</u>: Na apuração do valor justo são utilizados os mesmos critérios adotados para os depósitos interfinanceiros.

Obrigações por operações compromissadas: Para as operações com taxas pré-fixadas, o valor justo foi apurado calculando o desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

<u>Obrigações por empréstimos e repasses</u>: Tais operações são exclusivas do Banco, sem similares no mercado. Face às suas características específicas, taxas exclusivas para cada recurso ingressado, inexistência de mercado ativo e instrumento similar, o valor justo dessas operações é equivalente ao valor contábil.

<u>Outras obrigações</u>: O valor justo foi apurado por meio do cálculo do fluxo de caixa descontado, considerando as taxas de juros oferecidas no mercado para obrigações cujos vencimentos, riscos e prazos são similares.

<u>Instrumentos financeiros derivativos</u>: Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, conforme a Circular Bacen n.º 3.082/2002. A apuração do valor de mercado dos derivativos é estimada de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do exercício.

<u>Demais instrumentos financeiros</u>: Constantes ou não do balanço patrimonial, o valor justo é aproximadamente equivalente ao correspondente valor contábil.



Níveis de informação referentes a ativos e passivos mensurados a valor justo no Balanço

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

<u>Nível 1</u> – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

<u>Nível 2</u> – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

<u>Nível 3</u> – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no Balanço Consolidado

	31/12/2024	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	506.242.512	417.489.734	88.377.658	375.120
Aplicações em depósitos interfinanceiros (objeto de hedge)	3.069.133		3.069.133	
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	6.161.376	4.137.424	1.989.154	34.798
Instrumentos financeiros derivativos	12.667.715		12.667.715	
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	484.298.095	413.352.310	70.651.656	294.129
Operações de crédito (objeto de hedge)	46.193			46.193
Passivos	(12.866.564)		(12.866.564)	
Obrigações por TVM no exterior (objeto de hedge)	(4.599.883)		(4.599.883)	
Instrumentos financeiros derivativos	(8.266.681)		(8.266.681)	

	31/12/2023	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	418.062.241	355.949.157	59.591.364	2.521.720
Aplicações em depósitos interfinanceiros (objeto de hedge)	2.396.937		2.396.937	
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	12.045.093	7.619.623	4.399.477	25.993
Instrumentos financeiros derivativos	1.973.686		1.973.686	
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	401.596.859	348.329.534	50.821.264	2.446.061
Operações de crédito (objeto de hedge)	49.666			49.666
Passivos	(4.600.102)		(4.600.102)	
Obrigações por TVM no exterior (objeto de hedge)	(2.090.360)		(2.090.360)	
Instrumentos financeiros derivativos	(2.509.742)		(2.509.742)	



Não houve transferência entre o Nível 1 e o Nível 2 no período. Para os ativos avaliados no Nível 3, os ganhos, perdas, transferências entre níveis e o efeito das mensurações estão descritos no quadro abaixo:

Descrição	Valor Justo em 31/12/2023	Total de Ganhos e Perdas (Realizado/ Não Realizado)	Compras	Vendas/ Liquidações	Transferências do Nível 3	Transferências para o Nível 3	Valor Justo em 31/12/2024
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	26.857	14.000		(6.061)		2	34.798
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	2.439.437	(213.297)		(1.890.497)	(163.587)	122.073	294.129
Operações de crédito (objeto de hedge)	49.666	(3.473)					46.193
Total	2.515.960	(202.770)		(1.896.558)	(163.587)	122.075	375.120

Para mensurações de Nível 3 na hierarquia de valor justo, foram utilizados os seguintes dados não observáveis:

Descrição	Técnicas de avaliação	Dados não observáveis
Ativo		
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base no rating estipulado pelo BB
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base no rating estipulado pelo BB
Operações de crédito (objeto de hedge)	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base no rating estipulado pelo BB e taxa média ponderada

Eventualmente, comparações entre dados não observáveis do Banco e valores com base em referências de mercado (ainda que com pouco ou nenhum registro de negócios), podem apresentar convergência pouco aceitável para alguns instrumentos, indicando potencialmente menor grau de liquidez de mercado para alguns deles. Assim, a classificação em Nível 3 considera o rating do emissor do instrumento financeiro e compara o resultado entre os valores observados e os valores apurados por modelos internos.

Os casos mais recorrentes de ativos classificados como Nível 3 estão justificados pelos fatores de desconto utilizados e títulos privados cujo componente de risco de crédito é relevante. A taxa de juros de renovação das operações das carteiras é o dado não observável mais significativo usado na mensuração a valor justo dos instrumentos de Nível 3. Variações significativas nessa taxa de juros podem resultar em alterações significativas no valor justo. A análise de sensibilidade é elaborada considerando as informações de mercado e dados produzidos pelo Banco utilizando método próprio de aplicação de choques nas curvas de mercado nos fatores de risco mais relevantes.

Análise de sensibilidade

Método e objetivo da análise

O Banco realiza, trimestralmente, a análise de sensibilidade das exposições ao risco de taxas de juros de suas posições próprias, utilizando como método a aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado dos fatores de risco mais relevantes. Tal método tem como objetivo simular os efeitos no resultado do Banco diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado.

Pressupostos e limitações do método

A aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado tem como pressuposto que os movimentos de alta ou de baixa nas taxas de juros ocorrem de forma idêntica, tanto para prazos curtos quanto para prazos mais longos. Como nem sempre os movimentos de mercado apresentam tal comportamento, este método pode apresentar pequenos desvios nos valores simulados.



Escopo, cenários de aplicação do método e implicações no resultado

O processo de análise de sensibilidade no Banco do Brasil é realizado considerando o seguinte escopo:

- (i) operações classificadas na carteira de negociação, composta basicamente por títulos públicos e privados mensurados a valor justo e instrumentos financeiros derivativos, sendo que os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes dos possíveis movimentos nas taxas de juros praticadas no mercado geram impacto direto no resultado do Banco ou no seu patrimônio líquido; e
- (ii) operações classificadas na carteira bancária, na qual os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não afetam diretamente o resultado do Banco, tendo em vista que a referida carteira é composta, majoritariamente, por operações contratadas com a intenção de manutenção até os respectivos vencimentos empréstimos a clientes, captações no varejo, e títulos públicos e privados mensurados ao custo amortizado e cujo registro contábil é realizado com base nas taxas contratadas.

Para realização da análise de sensibilidade são considerados os cenários:

Cenário I: Choque de 100 basis points (+/-1) ponto percentual), sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Cenário II: Choque de +25% e -25%, sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Cenário III: Choque de +50% e -50%, sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Resultados da análise de sensibilidade

As tabelas abaixo apresentam os resultados obtidos para a carteira de negociação e para o conjunto de operações registradas nas carteiras de negociação e bancária.

Análise de sensibilidade para a carteira de negociação e para a carteira de negociação e bancária

Fatores de risco / Exposição		31/12/2024			31/12/2023	
	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Carteira de negociação						
Taxa pré-fixada	(86.835)	(310.587)	(608.410)	(36.529)	(95.707)	(212.816)
Cupons de taxas de juros	(9.988)	(78)	(157)	(11.872)	(259)	(518)
Cupons de índices de preços	(84.063)	(150.791)	(281.533)	(306.701)	(391.514)	(740.582)
Cupons de moedas estrangeiras	(514.184)	(687.095)	(1.448.368)	(158.376)	(189.337)	(398.177)
Total	(695.070)	(1.148.551)	(2.338.468)	(513.478)	(676.817)	(1.352.093)
Carteira de negociação e bancária						
Taxa pré-fixada	(12.738.680)	(43.945.693)	(82.652.246)	(12.657.515)	(29.315.468)	(56.110.520)
Cupons de taxas de juros	(7.884.300)	(24.667.296)	(53.116.079)	(11.489.079)	(22.102.323)	(46.674.809)
Cupons de índices de preços	(226.850)	(305.895)	(586.865)	(457.960)	(528.871)	(1.011.996)
Cupons de moedas estrangeiras	(3.665.877)	(2.312.748)	(4.773.932)	(2.810.805)	(720.280)	(1.481.739)
Total	(24.515.707)	(71.231.632)	(141.129.122)	(27.415.359)	(52.666.942)	(105.279.064)



b) Gerenciamento de capital

Objetivos e políticas:

A Resolução CMN nº 4.557/2017, define o escopo e os requisitos da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

Em cumprimento à Resolução, o Conselho de Administração (CA) do Banco instituiu o Comitê de Riscos e de Capital (Coris) e definiu o Vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos como o Chief Risk Officer (CRO), sendo responsável pelo gerenciamento de riscos e de capital.

A gestão de capital visa assegurar a solvência futura da Instituição concomitante à implementação das estratégias de negócios.

O gerenciamento de capital é realizado por meio de estrutura organizacional levando em consideração a natureza das operações, a complexidade dos negócios e a dimensão da exposição aos riscos relevantes.

São definidas e documentadas estratégias para o gerenciamento de capital que estabelecem mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS).

Além disso, o Banco conta com políticas específicas, aprovadas pelo CA, que visam orientar o desenvolvimento de funções ou comportamentos, por meio de direcionadores estratégicos que norteiam as ações de gerenciamento de capital. Essas políticas específicas aplicam-se a todos os negócios que envolvam riscos e capital no Banco.

Elementos compreendidos pela gestão do capital:

Os planos estratégicos, as metas negociais e os orçamentos respeitam o apetite e tolerância a riscos e os indicadores de adequação de capital e de retorno ajustado a risco.

O Plano de Capital é elaborado de forma consistente com a estratégia negocial, buscando manter os indicadores de capital em níveis adequados. Esse Plano evidencia o planejamento de capital do Banco do Brasil e a avaliação prospectiva de eventual necessidade de aporte de capital.

A elaboração do Plano de Capital é referenciada nos direcionadores e limites constantes da Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS) e do Orçamento do Conglomerado Banco do Brasil (Orçamento BB), considerando que este representa a materialização das diretrizes da ECBB, do Plano Diretor (PD) e do Plano de Investimentos Fixos.

Os valores orçados devem corresponder às metas e objetivos definidos pela Alta Administração para o Conglomerado Banco do Brasil. Desta forma, premissas como o crescimento dos negócios, o crescimento do crédito em operações de maior rentabilidade, as restrições da atuação em segmentos de menor rentabilidade, entre outros, estão contidas no Orçamento BB.

Além disso, o Orçamento BB considera o cenário macroeconômico elaborado pela Unidade Tesouraria Global (Tesou) e a legislação aplicada ao Sistema Financeiro Nacional (SFN).

A revisão da ECBB e do PD resulta da aplicação de um conjunto de metodologias de planejamento estratégico, observadas as melhores práticas de mercado. Destaca-se que a revisão da ECBB e do PD ocorre de forma integrada ao processo orçamentário, à RAS e aos demais documentos da arquitetura estratégica, o que garante o alinhamento entre tais documentos, dando maior consistência interna ao processo de planejamento estratégico.

O Orçamento BB segue as diretrizes definidas na ECBB, respeita a RAS e visa atender aos pisos e tetos definidos nos indicadores aprovados no PD. O Orçamento BB possibilita a quantificação em valores financeiros dos objetivos estratégicos definidos na ECBB.

A RAS é o documento estratégico que orienta o planejamento da estratégia de negócios, direcionando orçamento e capital para uma alocação sustentável e otimizada, de acordo com a capacidade da Instituição de assunção a riscos e de seus objetivos estratégicos, além de promover o entendimento e disseminação da cultura de riscos.

Esta declaração é aplicada ao Banco e considera potenciais impactos no capital do Conglomerado Prudencial Banco do Brasil. Espera-se que as Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB) definam seus direcionadores a partir dessas orientações considerando necessidades específicas e aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

De acordo com o definido na RAS, o apetite a riscos é o nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos, materializado por indicadores que definam uma visão agregada da exposição a riscos. A tolerância, por sua vez, induz a gestão de riscos de forma mais granular, considerando o apetite definido.

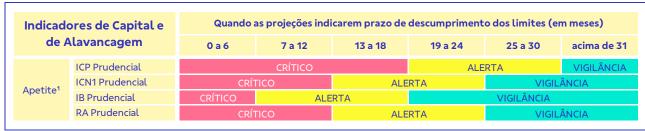


A RAS define limites mínimos prudenciais que têm o objetivo de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Esses limites são estabelecidos acima do mínimo regulatório, representam o apetite a riscos do Banco e tem vigência a partir de janeiro de cada ano.

A meta de capital é o nível de capital desejado pelo Banco, por isso suas ações de gestão devem nortear-se por esse direcionador. As metas distinguem-se da tolerância e do apetite a riscos pelo fato de este último definir o nível a partir do qual a Instituição não aceita operar, devendo tomar medidas tempestivas para readequação, podendo acionar as medidas de contingência.

Integração:

Adotando postura prospectiva, o Banco avalia o estado de capital, incluindo a razão de alavancagem, classificado em Crítico, Alerta ou de Vigilância, em função do horizonte temporal que antecede ao prazo projetado para início do descumprimento dos limites mínimos prudenciais definidos pela Alta Administração e detalhados na RAS, conforme figura a seguir:



¹ nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos

A identificação dos estados de capital e alavancagem do Banco é de responsabilidade do Fórum de Capital e ocorre por meio do controle do Índice de Capital Principal (ICP), do Índice de Capital Nível I (ICN I), do Índice de Basileia Prudencial (IBP) e da Razão de Alavancagem (RA) projetados para o horizonte temporal de, no mínimo, 36 meses. Quando as projeções indicarem potencial descumprimento dos limites mínimos prudenciais (Apetite a Riscos), a Instituição terá tempo suficiente para promover alterações estratégicas que evitem a extrapolação, de acordo com os prazos definidos para cada indicador.

A avaliação da suficiência do capital mantido pelo Banco contempla horizonte temporal de 3 anos e considera (i) os tipos de riscos e respectivos níveis a que a Instituição está exposta e disposta a assumir; (ii) a capacidade de a Instituição gerenciar riscos de forma efetiva e prudente; (iii) os objetivos estratégicos da Instituição; e (iv) as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que atua.

Em observância ao disposto na Circular Bacen nº 3.846/2017, essa análise também faz parte do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) e deve abranger, no mínimo:

I – a avaliação e a mensuração da necessidade de capital para cobertura dos riscos de crédito (inclui o risco de concentração e de crédito da contraparte), de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) e operacional;

 II – a avaliação da necessidade de capital para cobertura dos demais riscos relevantes a que a Instituição está exposta, considerando, no mínimo, os riscos de estratégia, de reputação e socioambiental;

III - a avaliação da necessidade de capital em função dos resultados do programa de testes de estresse; e

IV - a descrição das metodologias e premissas utilizadas na avaliação e mensuração da necessidade de capital.

O Icaap, implementado no Banco do Brasil em 30/06/2013, segue o disposto na Resolução CMN nº 4.557/2017. No Banco, a responsabilidade pela coordenação do Icaap foi atribuída à Diretoria Gestão de Riscos. Por sua vez, a Diretoria de Controles Internos é a responsável institucional pela validação do Icaap. Por fim, a Auditoria Interna detém a responsabilidade institucional por avaliar anualmente o processo de gerenciamento de capital.



Processos:

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital. Subsidia a Alta Administração na tomada de decisões que levam a Instituição a adotar postura capaz de absorver eventuais perdas decorrentes dos riscos nos negócios ou de alterações no ambiente financeiro.

São realizadas simulações de capital, integrando os resultados dos testes de estresse de riscos e de negócios, baseados em cenários macroeconômicos e/ou idiossincráticos. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital.

É realizado acompanhamento mensal das variáveis utilizadas na elaboração do Plano de Capital decorrente da revisão do comportamento projetado na elaboração do Orçamento BB, com base nos números observados, nas expectativas de mercado e na dinâmica dos negócios. Os desvios relevantes são apresentados e discutidos, pelas diretorias participantes do processo, nas reuniões mensais do Fórum de Capital.

Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

A adoção de postura prospectiva, mediante a realização de avaliações contínuas da necessidade de capital, viabiliza a identificação, de forma proativa, de eventos com probabilidade não nula de ocorrência ou de mudanças nas condições do mercado que possam exercer efeito adverso sobre a adequação de capital, inclusive em cenários de estresse.

c) Índice de Basileia

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O conjunto normativo referente às recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras é conhecido por Basileia III.

O capital regulamentar é dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido dos ajustes prudenciais) e Capital Complementar.

Para a apuração da exigência de manutenção de capital, são exigidos requerimentos mínimos de PR, de Nível I, de Capital Principal e de Adicional de Capital Principal (ACP).

Seguem os ajustes prudenciais considerados na apuração do Capital Principal:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- ativos intangíveis;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- investimentos significativos (superiores a 10% do capital social) em: entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas; sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar; e instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen que não componham o Conglomerado Prudencial;
- participação de não controladores;
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido;
- valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN nº 4.277/2013.



Em 28/08/2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida no valor atual de R\$ 5.100.000 mil (R\$ 6.100.000 mil até junho/2024), foi autorizado pelo Banco Central do Brasil a integrar o Capital Principal, na condição de elemento patrimonial, conforme descrito na Nota Explicativa 23.c.

De acordo com as Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, a apuração do PR e do montante do RWA deve ser elaborada em bases consolidadas do Conglomerado Prudencial.

	31/12/2024	31/12/2023
PR - Patrimônio de Referência	184.158.129	174.033.091
Nível I	169.489.680	156.430.952
Capital Principal (CP)	145.821.678	136.356.255
Patrimônio líquido	181.825.840	163.827.386
Instrumento elegível a Capital Principal	5.100.000	6.100.000
Ajustes Prudenciais	(41.104.162)	(33.571.131)
Capital Complementar	23.668.002	20.074.697
Letra financeira subordinada perpétua (Nota 19.c)	13.118.800	14.886.697
Bônus perpétuos (Nota 19.c)	10.549.202	5.188.000
Nível II	14.668.449	17.602.139
Dívidas subordinadas elegíveis a capital (normas anteriores à Basileia III) - Recursos captados do FCO (Nota 19.c) ¹	14.668.449	17.602.139
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.338.853.643	1.124.754.293
Risco de Crédito (RWACPAD)	1.087.482.877	938.286.509
Risco de Mercado (RWAMPAD)	52.732.352	28.285.378
Risco Operacional (RWAOPAD)	198.638.414	158.182.406
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) ²	107.108.292	89.980.343
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR-PRMR) ³	77.049.837	84.052.748
Índice de Capital Nível I (Nível I/RWA) ³	12,66%	13,91%
Índice de Capital Principal (CP/RWA) ³	10,89%	12,12%
Índice de Basileia (PR/RWA) ³	13,75%	15,47%

¹⁻ Em cumprimento ao disposto no artigo 31 da Resolução CMN nº 4.955/2021, em 2024, os saldos do FCO correspondem à aplicação do limitador de 50% (60% em 2023) ao montante computado no Nível II em 30/06/2018.

Ajustes prudenciais deduzidos do Capital Principal:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados	(14.809.708)	(12.962.189)
Ativos intangíveis	(11.322.083)	(10.787.014)
Investimentos significativos e créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 15%)	(10.005.072)	(4.687.150)
Investimentos significativos (excesso dos 10%) ¹	(1.800.850)	(2.345.383)
Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 10%)	(1.764.018)	
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido	(873.406)	(2.663.255)
Participação de não controladores ²	(521.325)	(121.206)
Valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN n.º 4.277/2013	(6.073)	(2.870)
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	(1.627)	(2.064)
Total	(41.104.162)	(33.571.131)

^{1 -} Refere-se, principalmente, a investimentos significativos em assemelhadas a instituições financeiras e em instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, não consolidadas, em sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.

^{2 -} Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.958/2021, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a 8%.

^{3 -} Valores oriundos do DLO (Demonstrativo de Limites Operacionais).

^{2 -} A dedução da participação dos acionistas não controladores corresponde à aplicação do §1º, artigo 10 da Resolução CMN nº 4.955/2021.



d) Limite de imobilização e margem

	31/12/2024	31/12/2023
Situação do limite de imobilização	15,55%	16,36%
Margem em relação ao limite de imobilização	63.442.445	58.550.324

Conforme definido pelo Bacen, a situação do limite de imobilização indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência com o ativo permanente ajustado. O limite é de 50%, conforme determina a Resolução CMN nº 4.957/2021.

A margem se refere à diferença entre o limite de 50% do Patrimônio de Referência e o total de imobilizações.

e) Indicadores regulatórios versus indicadores observados

A exigência mínima regulatória, conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.958/2021, para os indicadores de capital, bem como os valores observados no Banco, constam no quadro a seguir:

	Regulatório	31/12/2024
Índice de Capital Principal (ICP) ¹	8,00%	10,89%
Índice de Capital Nível 1 (ICN1) ¹	9,50%	12,66%
Índice de Basileia (IB) ¹	11,50%	13,75%
Situação do limite de imobilização	Até 50%	15,55%

^{1 -} Inclui os adicionais de capital principal de conservação, contracíclico e sistêmico

Em 31/12/2024, observa-se o cumprimento dos indicadores regulatórios. O Banco, por meio das estratégias de gerenciamento de capital já elencadas, visa superar os indicadores mínimos regulatórios, mantendo-os em patamares capazes de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Dessa forma, o Banco define os limites mínimos prudenciais de indicadores de capital e a meta de capital principal a serem atingidos em cada período.

f) Instrumentos elegíveis a capital

Os instrumentos elegíveis a capital estão descritos nas Notas Explicativas 19.c e 23.c.

Para as letras financeiras subordinadas vigentes até a presente data, existem as seguintes possibilidades, conforme definido em suas emissões:

- 1) na modalidade perpétua, há opção de recompra ou resgate, atentando para os seguintes requisitos:
 - a. intervalo mínimo de cinco anos entre a data da emissão e a primeira data de exercício de opção de recompra ou resgate;
 - b. o exercício de opção de recompra ou resgate está condicionado, na data do exercício, à autorização do Banco Central do Brasil;
 - inexistência de características que acarretem a expectativa de que a opção de recompra ou resgate será exercida, constituindo-se faculdade da Emitente; e
 - d. o intervalo entre as datas de exercício das opções deve ser de, no mínimo, 180 dias.

Para os títulos emitidos no exterior não há, até o momento, possibilidade de o detentor do título solicitar a recompra ou o resgate, total ou parcial. Os fluxos de caixa esperados ocorrerão quando do pagamento de cupom ou no exercício da opção de recompra pelo Banco, conforme aplicável.

O Instrumento elegível ao Capital Principal não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. Os fluxos de caixa esperados ocorrem apenas pelo pagamento dos juros remuneratórios anuais ou na eventual devolução do principal.

Conforme Comunicados ao Mercado, de 08 de abril de 2021 e de 16 de dezembro de 2021, o cronograma para devolução do referido instrumento estabeleceu sete parcelas anuais de R\$ 1 bilhão e uma parcela final de R\$ 1,1 bilhão, entre julho/2022 e julho/2029. Dessa forma, em cumprimento ao cronograma e com base em autorização do Bacen e despacho do Ministério da Fazenda, o Banco procedeu a devolução da terceira parcela de R\$ 1 bilhão à União, em julho/2024, remanescendo o saldo de R\$ 5,1 bilhões.

Em relação à dinâmica do FCO, os fluxos mensais contemplam, de um lado, as entradas/origens, como os repasses do Tesouro Nacional decorrentes da arrecadação de impostos (efetuados a cada decêndio do mês), retornos originários de pagamentos de operações de crédito e remuneração sobre os recursos disponíveis e, de outro lado, as saídas, como os ressarcimentos de bônus de adimplência/rebate, as despesas de auditoria, de del credere e de provisão. A utilização dos recursos do FCO como instrumento elegível a capital obedece aos limites estabelecidos no art. 31 da Resolução CMN nº 4.955/2021.



31 - Resultado recorrente e não recorrente

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

	Exercício/2024	Exercício/2023
Resultado recorrente	35.439.890	33.818.951
Resultado não recorrente		



32 – Outras informações

a) Administração de fundos de investimentos

Posição dos fundos de investimentos administrados pela BB Asset.

	Número de Fundos/Ca	rteiras (em Unidades)	Saldo		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Patrimônio Administrado	1.194	1.216	1.674.877.465	1.516.914.893	
Fundos de investimentos	1.188	1.210	1.654.858.550	1.497.980.573	
Carteiras administradas	6	6	20.018.915	18.934.320	

b) Informações de filiais, subsidiárias e controladas no exterior

	Banco <i>M</i>	Iúltiplo	Conso	lidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo				
Grupo BB	84.301.846	72.558.303	83.329.004	71.868.934
Terceiros	139.810.823	78.461.205	196.029.135	111.917.209
TOTAL DO ATIVO	224.112.669	151.019.508	279.358.139	183.786.143
Passivo				
Grupo BB	70.838.950	31.268.014	69.665.259	30.624.208
Terceiros	135.936.539	107.201.060	181.291.429	134.761.363
Patrimônio líquido	17.337.180	12.550.434	28.401.451	18.400.572
Atribuível à controladora	17.337.180	12.550.434	27.039.500	17.837.107
Participação dos não controladores			1.361.951	563.465
Total do passivo	224.112.669	151.019.508	279.358.139	183.786.143

	Banco Múltiplo 2º Semestre/2024 Exercício/2024 Exercício/2023 2			Consolidado		
				2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023
Lucro líquido	1.637.230	1.992.710	1.833.251	3.397.139	6.702.126	7.507.319
Atribuível à controladora	1.637.230	1.992.710	1.833.251	3.077.543	5.844.009	6.403.893
Participações dos não controladores				319.596	858.117	1.103.426

c) Recursos de consórcios

	31/12/2024	31/12/2023
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	1.066.088	999.808
Obrigações do grupo por contribuições	75.714.667	67.323.125
Consorciados - bens a contemplar	70.403.204	63.290.816
(Em Unidades)		
Quantidade de grupos administrados	437	434
Quantidade de consorciados ativos	1.826.813	1.851.352
Quantidade de bens a entregar a consorciados contemplados	239.255	222.102

	2º Semestre/2024	Exercício/2024	Exercício/2023
Quantidade de bens (em unidades) entregues no período	155.789	294.170	283.124



d) Cessão de empregados a órgãos externos

As cessões para o Governo Federal são regidas pela Lei nº 10.470/2002 e pelo Decreto nº 10.835/2021.

	2º Semestre/2024 Exercício/2024		Exercício/2023			
	Quantidade de Empregados Cedidos¹	Custo no Período	Quantidade de Empregados Cedidos¹	Custo no Período	Quantidade de Empregados Cedidos¹	Custo no Período
Com ônus para o Banco						
Entidades sindicais	217	27.563	217	56.273	218	52.207
Outros órgãos/entidades	8	3.404	8	6.477	8	6.281
Sem ônus para o Banco ²						
Governos Federal, Estadual e Municipal	224		224		204	
Órgãos externos (Cassi, Previ, Economus, Fusesc e PrevBep)	590		590		532	
Entidades dos funcionários	71		71		68	
Entidades controladas e coligadas	803		803		776	
Total	1.913	30.967	1.913	62.750	1.806	58.488

^{1 -} Posição no último dia do período.

e) Remuneração de empregados, dirigentes e conselheiros

Remuneração mensal paga aos funcionários, à administração e aos conselheiros do Banco do Brasil (Em Reais):

	31/12/2024	31/12/2023
Menor Salário	3.963,90	3.788,13
Maior Salário	66.323,05	63.382,12
Salário Médio	11.458,06	10.921,12
Valor médio dos benefícios oferecidos	4.816,24	4.568,34
Presidente	78.435,95	74.972,23
Vice-presidente	70.205,94	67.105,66
Diretor	59.500,97	56.873,42
Comitê de Auditoria - Titular	53.550,87	51.186,08
Comitê de Riscos e de Capital	53.550,87	51.186,08
Conselho Fiscal	6.824,38	6.523,02
Conselho de Administração	6.824,38	6.523,02

Foram contratados 2.299 funcionários no Exercício/2024 (2.290 no Exercício/2023).

f) Política de seguros de valores e bens

Não obstante o reduzido grau de risco a que estão sujeitos seus ativos, o Banco do Brasil contrata, para seus valores e bens, seguros considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

Seguros vigentes em 31/12/2024

Riscos Cobertos	Valores Cobertos	Valor do Prêmio
Seguro imobiliário para as imobilizações próprias relevantes	754.789	6.915
Seguro de vida e acidentes pessoais coletivo para a Diretoria Executiva ¹	131.950	333
Demais	460	
Total	887.199	7.248

^{1 -} Refere-se à cobertura individual dos membros da Diretoria Executiva.

^{2 -} No 2º Semestre/2024, o Banco foi ressarcido em R\$ 362.077 mil, e no Exercício/2024, em R\$ 707.756 mil (R\$ 618.628 mil no Exercício/2023), referente aos custos com empregados cedidos sem ônus.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Alteração no tratamento tributário aplicável a perdas incorridas

Em 16/11/2022, a Medida Provisória nº 1.128/2022 foi convertida na Lei nº 14.467/2022, que promoveu alterações no tratamento tributário aplicável às perdas incorridas nos recebimentos de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto administradoras de consórcio e instituições de pagamento.

Em 02/10/2024, a Medida Provisória nº 1.261/2024, alterou a referida Lei, modificando os prazos de dedutibilidade das perdas incorridas, a partir de 1º de janeiro de 2025, relativas aos créditos que se encontrarem inadimplidos em 31/12/2024, que não tenham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas, as quais poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) ou 1/120 (um cento e vinte avos), para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

Foi vedada a dedução das perdas no ano de 2025 em montante superior ao lucro real do exercício, antes de computada essa dedução. As perdas não deduzidas nesse período terão o mesmo tratamento do saldo existente em 1º de janeiro de 2025.

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (Nota 22.f) considerou em suas projeções os novos critérios de dedutibilidade das perdas incorridas descritos acima.

h) Oferta Pública de Aquisição de Ações (OPA) da Cielo S.A.

Em 05/02/2024, o Conselho de Administração do Banco do Brasil autorizou a aquisição da totalidade das ações em circulação da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento ("Cielo" ou "Companhia"), via realização de Oferta Pública de Aquisição de Ações ("OPA") e consequente aumento de participação acionária indireta do Banco, por meio da BB Elo Cartões Participações S.A. ("BB Elo") e Elo Participações Ltda. ("Elo Participações") na Cielo, para até 49,99%.

Nesta mesma data, a BB Elo e Quixaba Empreendimentos e Participações Ltda. ("Quixaba" e, em conjunto com BB Elo, "Acionistas Controladores" da Cielo) encaminharam comunicado à Cielo, informando-lhe a decisão de realizarem, juntamente com o Grupo EloPar, uma oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias da Companhia para (i) conversão de registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), da categoria "A" para "B" e (ii) para saída do Novo Mercado da B3 S.A., de acordo com a legislação aplicável e o estatuto social da Cielo.

Em 05/07/2024 a CVM deferiu o registro da oferta pública e, em 10/07/2024, foi publicado o Edital de Oferta Pública Unificada de Aquisição de Ações Cielo.

A OPA foi lançada pelos (i) Acionistas Controladores, (ii) Elo Participações, (iii) Alelo Instituição de Pagamento S.A. e (iv) Livelo S.A., qualificados em conjunto como "Ofertantes" para aquisição de até a totalidade de ações ordinárias de emissão da Companhia, exceto aquelas detidas pelos próprios Ofertantes, pessoas a eles vinculadas e as mantidas em tesouraria.

Em 14/08/2024, foi realizado o leilão da oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia para conversão do seu registro de companhia aberta da categoria "A" para "B" na CVM e saída do segmento Novo Mercado da B3 S.A. Como resultado do Leilão, as Ofertantes adquiriram 736.857.044 ações ordinárias de emissão da Companhia, que representam 27,1% do seu capital social. As ações foram adquiridas pelo preço unitário de R\$ 5,82, totalizando o valor de R\$ 4.288.508 mil e a liquidação do Leilão ocorreu em 16/08/2024.

Considerando a aquisição realizada no Leilão, as Ofertantes passaram a deter, em conjunto, ações ordinárias de emissão da Companhia, que representam 93,4% do seu capital social, tendo sido alcançado o quórum para conversão de registro da Companhia, conforme previsto na Resolução CVM nº 85/22, e no edital da OPA e, consequentemente, também o quórum para saída do Novo Mercado previsto no Regulamento do Novo Mercado da B3 e no Edital.

Como resultado de aquisições supervenientes decorrentes da OPA, a participação na Companhia, direta e indireta, dos grupos econômicos dos acionistas controladores, passou a ser de 95,11% do capital total da Companhia, restando em circulação ações de emissão da Companhia representativas de percentual inferior a 5% do capital social. As aquisições supervenientes foram realizadas em decorrência da obrigação das ofertantes de estender a possibilidade de vendas àqueles que não aderiram ao leilão da OPA, durante o período de três meses seguintes ao leilão da OPA.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Em 23/09/2024, devido ao alcance de participação superior a 95% do capital total da Cielo por parte dos grupos econômicos dos acionistas controladores após as aquisições supervenientes, foi realizada AGE da Cielo, nos termos da Lei nº 6.404/1976, a qual aprovou o resgate compulsório da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia remanescentes em circulação. O resgate compulsório foi efetivado em 26/09/2024 pela Cielo, com a aquisição de 48.640.941 ações, as quais foram alocadas em tesouraria e posteriormente canceladas. Desta forma, o capital da Cielo passou a ser detido integralmente pelos grupos econômicos de seus acionistas controladores.

i) Programa de autorregularização incentivada de tributos

Em 28/03/2024, o Banco do Brasil S.A. aderiu ao Programa de Autorregularização Incentivada de Tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), instituído pela Lei nº 14.740, de 29/11/2023 e regulamentado pela IN RFB nº 2.168, de 28/12/2023, o qual possibilitou o pagamento de débitos fiscais com redução de 100% das multas de mora e de ofício e dos juros de mora, permitindo-se como forma de pagamento a utilização de créditos tributários de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), limitada a 50% do valor da dívida consolidada (Nota 22).

j) Evento climático ocorrido no Estado do Rio Grande do Sul

O período de chuvas intensas e prolongadas que atingiram o Estado do Rio Grande do Sul (RS), em 2024, foi caracterizado como evento climático adverso de grande magnitude e intensidade, com danos humanos, materiais e ambientais, além de prejuízos econômicos e sociais, levando o Governo local a declarar estado de calamidade pública no território do Estado.

No Banco do Brasil, alguns imóveis localizados nas áreas atingidas pelas enchentes sofreram danos físicos em sua infraestrutura devido aos alagamentos. Dependências localizadas nesses imóveis e outras em funcionamento foram impactadas ainda com o desabastecimento de água, serviços e dificuldade de acesso, sendo acionado aporte orçamentário extraordinário para amparar o dispêndio com as despesas administrativas decorrentes das enchentes, com objetivo de minimizar o impacto no atendimento bancário e promover a recuperação rápida e eficaz dos pontos de atendimento. Não foram identificados impactos nos valores recuperáveis desses imóveis.

O Estado do Rio Grande do Sul possui atividade econômica dinâmica e diversificada, com destaque para o agronegócio, notadamente pelos cultivos de arroz, soja, milho, trigo e fumo; e na agropecuária de corte, leite, suínos e aves. Na indústria, os principais setores são: construção, indústria de alimentos, químicos, máquinas e equipamentos. Além disso, algumas indústrias, alinhadas com a representatividade na economia brasileira possuem exposição na carteira PJ do Banco, como é o caso das indústrias moveleira, calçadista e de máquinas e implementos agrícolas.

Nesse contexto, o Banco instituiu monitoramento diário da Carteira de Crédito e de sua exposição bem como destacou profissionais para atuação focada no Estado. Em relação à Carteira de Crédito no RS, em 31/12/2024, a exposição atingiu 6,0% da Carteira de Crédito BB no país, ou seja, R\$ 61,6 bilhões, considerando-se apenas os municípios que decretaram emergência ou calamidade pública.

Tanto no Estado quanto nos munícipios atingidos, as operações de maior participação ocorrem pelo segmento de Agronegócios em linhas de custeio, investimento agropecuário e Pronaf.

Em virtude das consequências econômicas derivadas dos eventos climáticos no RS, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução CMN n° 5.133/2024 estabeleceu critérios temporários para a dispensa ou reversão da caracterização como ativo problemático das operações tituladas por contrapartes afetadas e reestruturadas no período de 1º de maio a 31 de dezembro de 2024; e por meio da Resolução CMN n° 5.134/2024 permitiu a reclassificação das operações tituladas por contrapartes afetadas e renegociadas no período de 1º de maio a 31 de dezembro de 2024, para o risco observado em 31 de março de 2024, não havendo impacto relevante no resultado para o período.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

33 – Eventos subsequentes

Não foram identificados eventos subsequentes no período.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte
ParkShopping - Zona Industrial (Guará)
Caixa Postal 11619 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 3362 3700
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselho de Administração e aos Administradores do Banco do Brasil S.A. Brasília-DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco do Brasil S.A. ("Banco"), identificadas como Banco Múltiplo e Consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (g) e 12 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Banco registrou em 31 de dezembro de 2024 provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para a carteira de crédito, que é composta pelas operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito.

Para determinar a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, o Banco classifica a carteira de crédito de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo).

Devido à relevância da carteira de crédito e do montante de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, às incertezas, grau de julgamento e complexidade das premissas utilizadas na classificação da carteira de crédito em níveis de riscos, consideramos esse assunto como um principal assunto para nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e efetividade operacional dos controles internos chave, relacionados aos processos de: (i) revisão das informações cadastrais dos clientes e suas respectivas operações; e (ii) definição, aprovação, aplicação e aderência das principais premissas e julgamentos utilizados na atribuição dos níveis de risco ("ratings") da carteira de crédito;
- Avaliação, com base em amostragem, sobre se o Banco atendeu aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 tais como: (i) análise dos dados que suportam a definição e revisão dos ratings das operações pelo Banco, tais como a proposta de crédito, informações financeiras e cadastrais, avaliando a aderência desta atribuição de rating em relação às políticas internas do Banco e requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99; e (ii) recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações de crédito, incluindo a aplicação pelo Banco dos ratings mínimos em relação aos dias em atraso, atribuição do pior rating para operações de um mesmo cliente ou grupo econômico e manutenção do rating anterior para casos de renegociação/recuperação do crédito sob os quais não tenha sido observada amortização significativa ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco;
- Avaliação sobre se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

Reconhecimento e mensuração das provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (m), 4 (h) e 21 (b) das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Banco é parte demandada em processos judiciais e administrativos de natureza tributária (fiscal), cível e trabalhista. Uma provisão para essas ações é registrada quando o Banco possui uma obrigação presente como resultado de eventos passados, é provável que seja necessária uma saída de caixa para liquidar a obrigação e o montante possa ser estimado com confiabilidade.

A mensuração desta estimativa envolve julgamentos da administração para a determinação dos métodos "Individualizado" e "Massificado", bem como para a escolha das premissas a serem utilizadas em cada método, que se baseia em: valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais, classificação e grau de risco de perda da ação judicial, para a mensuração do valor e classificação da probabilidade de perda das ações.

Devido à relevância dos montantes e às incertezas e julgamentos envolvidos na determinação da probabilidade de perda e o valor provável de desembolso, consideramos esse assunto como um principal assunto para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e efetividade operacional dos controles internos chave, relacionados aos
 processos de: (i) definição e aprovação dos métodos e premissas utilizados na mensuração da
 provisão; (ii) revisão dos dados relevantes dos processos que suportam o método massificado; (iii)
 revisão da probabilidade de perda e do valor atribuído às causas analisadas de forma individualizada
 pelos assessores jurídicos; e (iv) análise periódica sobre a suficiência de provisão pelo Banco;
- Com o auxílio dos nossos especialistas internos com conhecimentos em estatística, avaliação dos parâmetros estatísticos utilizados para a mensuração do método "Massificado" e analisamos o cálculo do valor da provisão;
- Avaliação das premissas utilizadas no método "Individualizado", por meio de amostragem, através de inspeção documental dos estudos técnicos preparados pelos assessores jurídicos do Banco, bem como a consistência das informações obtidas por meio de consultas em fontes externas oficiais;
- Avaliação da suficiência de provisão para as contingências, com base na análise do histórico de desembolsos ocorridos no exercício quando comparado com os respectivos valores provisionados;
- Avaliação sobre se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento e mensuração das provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

Mensuração dos passivos atuariais dos planos de benefício definido

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (k), 4 (g) e 29 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Banco é patrocinador de planos de previdência privada, relacionados a complemento de aposentadoria de seus empregados.

Nos planos de benefício definido, em que o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem substancialmente sobre a entidade patrocinadora, a mensuração dos passivos atuariais, apresentado no balanço patrimonial em outros passivos, requer a utilização de técnicas atuariais e julgamento na definição de premissas, tais como: taxa de desconto, taxa de inflação e tábuas de mortalidade.

Devido às incertezas e julgamentos envolvidos na determinação das premissas utilizadas para mensurar os passivos atuariais dos benefícios pós-emprego, relacionados aos planos de benefício definido, consideramos esse assunto como um principal assunto para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e efetividade operacional dos controles internos chave, relacionados à definição e aprovação das premissas utilizadas na mensuração dos passivos atuariais dos planos de benefício definido;
- Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em cálculos atuariais, da razoabilidade e consistência das premissas utilizadas, como a taxa de desconto, taxa de inflação e tábuas de mortalidade, incluindo a comparação com dados obtidos de fontes externas;
- Recálculo, por amostragem, do passivo atuarial dos planos de benefício definido; e
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração dos passivos atuariais dos planos de benefício definido, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

Ambiente de Tecnologia da informação

O ambiente de tecnologia do Banco possui processos de gerenciamento de acessos e de mudanças nos sistemas e aplicativos, e de desenvolvimento de novos programas, além de controles internos automatizados nos diversos processos relevantes. Para manter suas operações em funcionamento, o Banco fornece acesso a sistemas e aplicações para seus funcionários, levando em consideração as funções executadas por eles e sua estrutura organizacional.

Os controles para autorizar, monitorar, restringir e/ou revogar os respectivos acessos a esse ambiente devem prover segurança razoável de que os acessos e as atualizações das informações sejam efetivados de forma íntegra e precisa e realizados pelos funcionários apropriados, para mitigar o potencial risco de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou em informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis gerados por esses sistemas e aplicativos.

Devido a elevada dependência do Banco de seus sistemas de tecnologia, do alto volume de transações processadas diariamente, e da importância dos controles de acesso e de gerenciamento de mudança nos seus sistemas e aplicativos que processam informações utilizadas para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria, consideramos esse assunto como um principal assunto para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: Com auxílio de nossos profissionais de tecnologia da informação:

- Avaliação do desenho e da efetividade operacional, bem como controles compensatórios de certos controles internos chave, de acesso a sistemas e aplicações, tais como: de autorização de novos usuários, de revogação de usuários desligados e de revisão dos usuários ativos;
- Avaliação, com base em amostragem, sobre informações relevantes extraídas de determinados sistemas chave para elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas;
- Avaliação das áreas em que, pelo nosso julgamento, existe uma alta dependência de tecnologia da informação, incluindo também, a avaliação das políticas de senhas, das configurações de segurança e de controles internos sobre desenvolvimentos e mudanças em sistemas e aplicativos;
- Avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos que identificamos como chave para o processo de relatório financeiro e demais processos relevantes automatizados ou com algum componente dependente de sistemas e aplicações.

As evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos nos permitiram considerar as informações extraídas de determinados sistemas e aplicativos para planejar a natureza, época e extensão de nossos testes substantivos no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentadas como informações suplementares em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício anterior

Os balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2023 e às demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas, para o semestre e exercício findos nesta data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do semestre e exercício correntes, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 7 de fevereiro de 2024, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações contábeis individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 19 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes CRC SP-014428/F-0

João Paulo Dal Poz Alouche Contador CRC 1SP245785/O-2



Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas do Banco do Brasil elaboradas no Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Bacen)

Segundo semestre de 2024

Apresentação

O Comitê de Auditoria (Coaud) é um órgão estatutário, cujas atribuições encontram-se definidas na Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto nº 8.945/2016, Resolução CMN nº 4.910/2021, Estatuto Social do Banco do Brasil S.A. (BB) e no seu Regimento Interno. Assessora o Conselho de Administração (CA) em caráter permanente e com independência no exercício de suas atribuições.

O Coaud avalia e monitora as exposições de risco e a gestão de capital mediante interação e atuação conjunta com o Comitê de Riscos e de Capital (Coris), em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/2017, inclusive no que se refere à proposta de destinação dos resultados do exercício.

Os administradores do Banco do Brasil e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às leis e regulamentos.

A Auditoria Interna (Audit) responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que o Conglomerado está exposto, avaliando, com independência, a efetividade dos processos de gestão de riscos, de controles internos, contábeis e de governança.

A KPMG Auditores Independentes Ltda (KPMG) é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do BB e das subsidiárias abrangidas pelo Coaud. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e suficiência dos controles internos para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis.

Atividades do Período

As atividades desenvolvidas pelo Coaud, conforme Plano Anual de Trabalho 2024, aprovado pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil em 07/12/2023, estão registradas em atas de reuniões e cobriram o conjunto de responsabilidades do Comitê. As referidas atas foram encaminhadas ao Conselho de Administração, disponibilizadas ao Conselho Fiscal e à Auditoria Independente, e estão publicadas, na forma de extratos, no endereço eletrônico www.bb.com.br/ri.

Realizou reuniões com representantes da Administração do BB e de empresas do Conglomerado, assim como com seus respectivos Conselhos de Administração e Fiscal, Coris, Conselho Diretor, Auditorias Interna e Independente e Banco Central do Brasil (Bacen), além de reuniões entre os membros do Coaud.

Nessas reuniões, abordou os temas sob seu acompanhamento, sintetizados nos seguintes eixos temáticos: sistema de controles internos, auditoria interna, auditoria independente, transações com partes relacionadas, atuarial, exposições de risco e contabilidade.

O Comitê apresentou informes periódicos ao Conselho de Administração de suas atividades e pareceres relativos aos temas abrangidos no escopo de sua atuação. Emitiu recomendações à gestão e à Auditoria Interna envolvendo os principais temas relacionados às suas atividades. As recomendações, após discutidas, foram acatadas e suas implementações acompanhadas pelo Coaud.

Não chegou ao conhecimento do Coaud a existência e/ou evidência de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição.

Não houve divergências significativas entre a Administração, Auditoria Independente e o Comitê de Auditoria relacionadas às demonstrações contábeis.



Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Coaud concluiu que:

- a) o Sistema de Controles Internos (SCI) é adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Conglomerado e é objeto de permanente atenção por parte da Administração;
- a Auditoria Interna é efetiva, dispõe de estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções e atua com independência, objetividade e qualidade;
- c) a KPMG atua com efetividade e independência;
- d) os processos relativos a transações com partes relacionadas encontram-se em conformidade com a política específica do BB e com a legislação aplicável;
- e) os parâmetros dos cálculos e os resultados atuariais dos planos de benefícios dos fundos de pensão patrocinados estão adequadamente refletidos nas demonstrações contábeis;
- f) as exposições de risco vêm sendo gerenciadas adequadamente pela Administração;
- g) as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BB em 31/12/2024, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Brasília-DF, 18 de fevereiro de 2025.

Egidio Otmar Ames Coordenador

Aramis Sá de Andrade

Marcelo Gasparino Da Silva

Rachel de Oliveira Maia

Vera Lucia de Almeida Pereira Elias



Manifestação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. declara que aprovou nesta data o Relatório da Administração e o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e, em conformidade com o inciso V do art. 142 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, tomou conhecimento e recomendou a aprovação das contas da Diretoria, que inclui a proposta de destinação do lucro líquido a ser submetida aos acionistas na assembleia geral ordinária, na forma de dividendos/juros sobre capital próprio no montante de R\$ 15.174.739.468,59 (quinze bilhões cento e setenta e quatro milhões setecentos e trinta e nove mil quatrocentos e sessenta e oito reais e cinquenta e nove centavos) e constituição de reservas, sendo reserva legal no montante de R\$ 1.763.009.461,06 (um bilhão setecentos e sessenta e três milhões nove mil quatrocentos e sessenta e um reais e seis centavos) e reservas estatutárias no montante de R\$ 18.332.720.114,05 (dezoito bilhões trezentos e trinta e dois milhões setecentos e vinte mil cento e quatorze reais e cinco centavos), todos referentes ao exercício de 2024.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2025.

Anelize Lenzi Ruas de Almeida assinada eletronicamente

Elisa Vieira Leonel

Kelly Tatiane Martins Quirino assinada eletronicamente

Marcelo Gasparino da Silva assinada eletronicamente

Robert Juenemann assinada eletronicamente

Tarciana Paula Gomes Medeiros assinada eletronicamente



Parecer do Conselho Fiscal

O CONSELHO FISCAL DO BANCO DO BRASIL S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis, incluindo a proposta de destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, os quais foram aprovados, em 18/02/2025, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Relatório dos Auditores Independentes - KPMG, sem modificações, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem encaminhados para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2025.

Bernard Appy Fernando Florêncio Campos

Conselheiro Conselheiro

Gileno Gurjão Barreto Tatiana Rosito

Conselheiro Conselheira

Renato da Motta Andrade Neto

Presidente



Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o artigo 27, § 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras do Banco do Brasil S.A. relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2024 e, baseados nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Brasília (DF), 17 de fevereiro de 2025.

Tarciana Paula Gomes Medeiros Presidente	
Ana Cristina Rosa Garcia	Carla Nesi
Vice-Presidência Corporativo	Vice-Presidência de Negócios de Varejo
Felipe Guimarães Geissler Prince	Francisco Augusto Lassalvia
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos	Vice-Presidência de Negócios de Atacado
José Ricardo Sasseron	Luiz Gustavo Braz Lage
Vice-Presidência de Negócios Governo e Sustentabilidade Empresarial	Vice-Presidência de Agronegócios e Agricultura Familiar
Marco Geovanne Tobias da Silva	Marisa Reghini Ferreira Mattos
Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações com Investidores	Vice-Presidência de Negócios Digitais e Tecnologia



Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com o artigo 27, §1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, declaramos que, baseados em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os trabalhos realizados, concordamos com as opiniões/conclusões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda., não havendo qualquer discordância.

Brasília (DF), 17 de fevereiro de 2025.

Tarciana Paula Gomes Medeiros Presidente Ana Cristina Rosa Garcia Carla Nesi Vice-Presidência Corporativo Vice-Presidência de Negócios de Varejo Felipe Guimarães Geissler Prince Francisco Augusto Lassalvia Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Vice-Presidência de Negócios de Atacado Riscos José Ricardo Sasseron Luiz Gustavo Braz Lage Vice-Presidência de Negócios Governo e Vice-Presidência de Agronegócios e Agricultura Sustentabilidade Empresarial Familiar Marco Geovanne Tobias da Silva Marisa Reghini Ferreira Mattos Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações com Vice-Presidência de Negócios Digitais e Tecnologia Investidores



Membros da Administração

PRESIDENTE

Tarciana Paula Gomes Medeiros

VICE-PRESIDENTES

Ana Cristina Rosa Garcia Carla Nesi Felipe Guimarães Geissler Prince Francisco Augusto Lassalvia José Ricardo Sasseron Luiz Gustavo Braz Lage Marco Geovanne Tobias da Silva Marisa Reghini Ferreira Mattos

DIRETORES

Alan Carlos Guedes de Oliveira Alberto Martinhago Vieira Antonio Carlos Wagner Chiarello Carlos Eduardo Guedes Pinto Eduardo Cesar Pasa Euler Antonio Luz Mathias João Francisco Fruet Júnior João Vagnes de Moura Silva Julio César Vezzaro Kamillo Tononi Oliveira Silva Larissa da Silva Novais Vieira Luciano Matarazzo Regno Lucinéia Possar Marcelo Henrique Gomes da Silva Mariana Pires Dias Neudson Peres de Freitas Paula Sayão Carvalho Araujo Pedro Bramont Rafael Machado Giovanella Rodrigo Costa Vasconcelos Rodrigo Mulinari Rosiane Barbosa Laviola Thiago Affonso Borsari

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Anelize Lenzi Ruas de Almeida Dario Carnevalli Durigan Elisa Vieira Leonel Kelly Tatiane Martins Quirino Marcelo Gasparino da Silva Paulo Roberto Simão Bijos Robert Juenemann Tarciana Paula Gomes Medeiros

CONSELHO FISCAL

Bernard Appy Fernando Florêncio Campos Gileno Gurjão Barreto Renato da Motta Andrade Neto Tatiana Rosito

COMITÊ DE AUDITORIA

Aramis Sá de Andrade Egídio Otmar Ames Marcelo Gasparino da Silva Rachel de Oliveira Maia Vera Lucia de Almeida Pereira Elias

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa Contador Geral Contador CRC-DF 017601/O-5 CPF 541.035.920-87

Pedro Henrique Duarte Oliveira Contador CRC-DF 023407/O-3 CPF 955.476.143-00